FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM GEOGRAFIA

JAQUELINE SOUSA DE ARAÚJO

GEOGRAFIA DO CRIME: Espacialização de homicídios e roubos ocorridos no município de Rio Branco como instrumento analítico de prevenção da criminalidade

Fonte: FULGÊNCIO, Caio. Bandeira do Acre. Setembro, 2015.

PORTO VELHO - RO
2018

JAQUELINE SOUSA DE ARAÚJO

GEOGRAFIA DO CRIME: Espacialização de homicídios e roubos ocorridos no município de Rio Branco como instrumento analítico de prevenção da criminalidade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia (Unir), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Território e Sociedade na Pan-Amazônia – TSP.

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva

PORTO VELHO - RO
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

A663g Araújo, Jaqueline Sousa de.

Geografia do crime: Espacialização de homicídios e roubos ocorridos no município de Rio Branco como um instrumento analítico de prevenção da criminalidade / Jaqueline Sousa de Araújo. -- Porto Velho, RO, 2018.

160 f. : il.

Orientador(a): Prof. PhD Josué da Costa Silva

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Espacialização. 2.Homicídios. 3.Roubos. 4.Políticas Públicas de Segurança. I. Silva, Josué da Costa. II. Título.

CDU 91:343(811.2)

Bibliotecário(a) Cristiane Marina Teixeira Girard CRB 11/897

PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM GEOGRAFIA
Ambiente e Território na Pan-Amazônia

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR

Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Exatas e da Terra
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG/UNIR

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jaqueline Sousa de Araújo

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pelo Orientador e Presidente **Prof. Dr. Josué da Costa Silva** e constituída pelos examinadores: **Prof. Dr. Gustavo Henrique de Abreu Silva – Examinador Externo/ULBRA; Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva - Examinadora Interna/PPGG/UNIR** e **Dr. Julien Marius Reis Thevenin – Examinador Externo/Bolsista PNPD/PPGG**, reuniram-se em 29 de outubro de 2018, às 15 horas no Auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada: ***"Geografia do Crime: Espacialização de Homicídios e Roubos ocorridos no município de Rio Branco como instrumento analítico de prevenção da Criminalidade"*** da mestranda **Jaqueline Sousa de Araújo,** matrícula 20162001700. Após a explanação da pós-graduanda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **DISSERTAÇÃO** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada APROVADA. A Candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno. Este documento tem validade de 90 dias a contar desta data.

Porto Velho-RO, 29 de outubro de 2018.

Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Abreu Silva
Examinador Externo/ULBRA

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Examinadora Interna/PPGG/UNIR

Dr. Julien Marius Reis Thevenin
Examinador Externo/Bolsista PNPD/PPGG

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa foi desenvolvida por uma mulher.
Morre uma mulher. Morre um pouco cada uma de nós.
Se a mim fosse concedido um desejo, pediria que mudasse
o destino em vida dos seis homens da minha família
que foram brutalmente assassinados.

Ao meu avô materno, José Rodrigues de Souza;
ao meu avô paterno, Manoel Nazário de Araújo;
ao meu pai, Paulo Fernandes de Araújo;
ao meu irmão, Enio Cruz Araújo;
ao meu tio Raimundo Fernandes de Araújo;
e ao meu tio José Fernandes Sabóia.

Que a morte de cada um deles não seja mais uma mera estatística.
Que fique viva a nossa luta por justiça e igualdade.
Assim, cada um continua vivo conosco.

A eles, este trabalho.

Figura 01- Mãos. Metrô em Paris/FR.
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Dezembro, 2012

A ti, que te respeito,
pela violência que passas, invisível ao outro,
desigual nas mortes violentas.

EPÍGRAFE

Realmente, vivemos tempos muito sombrios!
A inocência é loucura. Uma fronte sem rugas
denota insensibilidade. Aquele que ri
ainda não recebeu a terrível notícia
que está para chegar.
Que tempos são estes, em que
é quase um delito
falar de coisas inocentes.
Pois implica silenciar tantos horrores!
Esse que cruza tranquilamente a rua
não poderá jamais ser encontrado
pelos amigos que precisam de ajuda?
É certo: ganho o meu pão ainda,
Mas acreditai-me: é pura casualidade.
Nada do que faço justifica
que eu possa comer até fartar-me.
Por enquanto, as coisas me correm bem
(se a sorte me abandonar estou perdido).
E dizem-me: "Bebe, come! Alegra-te, pois tens o quê!"
Mas como posso comer e beber,
se ao faminto arrebato o que como,
se o copo de água falta ao sedento?
E, todavia, continuo comendo e bebendo.
Também gostaria de ser um sábio.
Os livros antigos nos falam da sabedoria:
é quedar-se afastado das lutas do mundo
e, sem temores, deixar correr o breve tempo.
Mas evitar a violência,
retribuir o mal com o bem,
não satisfazer os desejos, antes esquecê-los,
é o que chamam sabedoria.
E eu não posso fazê-lo.
Realmente, vivemos tempos sombrios.
Para as cidades, vim em tempos de desordem,
quando reinava a fome.
Misturei-me aos homens em tempos turbulentos
e indignei-me com eles.
Assim, passou o tempo
que me foi concedido na terra.
Comi o meu pão em meio às batalhas.
Deitei-me para dormir entre os assassinos.
Do amor me ocupei descuidadamente
e não tive paciência com a Natureza.
Assim, passou o tempo
que me foi concedido na terra.
(...) Vós, porém, quando chegar o momento
em que o homem seja bom para o homem,
lembrai-vos de nós com indulgência.

Aos que virão depois de nós
Bertold Brecht
[Tradução de Manuel Bandeira]

AGRADECIMENTOS

Àquele que excede todo o entendimento.

A mais afetuosa gratidão à minha mãe Isaurina, amor incondicional. À minha irmã, pela dedicação e suporte à nossa família, e aos meus sobrinhos, João Vitor e Maria Eduarda. A ausência nesses anos de dissertação foi sentida de forma recíproca. Amo vocês sem medida.

Àqueles que chamo de meus amigos e minhas amigas em Rio Branco/Acre, que sempre foram tão zelosos comigo para que eu nunca saísse do meu ponto de equilíbrio e, principalmente, por aceitarem a minha frequência afetiva.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Josué da Costa Silva, que sempre permitiu que eu seguisse com minhas próprias ideias. Foi o leitor mais rigoroso, porém, o melhor crítico. Seu envolvimento com o meu trabalho e a participação nas atividades de campo moldaram este estudo. Não consigo expressar a emoção ao escrever palavras de gratidão, seu zelo, amizade, paciência e sabedoria; foram essenciais para mim. Um exemplo de dedicação ao ser e capacidade filosófica incomensurável. “Profelindo”, cada abraço seu foi essencial para minha chegada até aqui. Obrigada!

À querida professora Maria das Graças Silva Nascimento Silva, a nossa Gracinha, o amor do Josué, a mãe da Bárbara Elis e do Thales Renan, a mãe adotiva da Flora (*in memorian*), Amélie e Frida, a filha, a mulher, a que se posiciona, a que ensina. O seu ensinamento, “Profelinda”, não só aos acadêmicos, tornou-me uma pessoa mais humana, mais sensível, e com um olhar para dentro de mim, sobretudo como mulher. Gratidão ao universo pela sua existência.

Ao Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva, ao qual tenho uma imensa admiração pelo compromisso com a academia e as pesquisas científicas.

Ao amigo “Acreoca”, historiador, Marcos Vinicius das Neves, que, com a sua imaginação histórica, narrou por diversas vezes de forma apaixonante, as histórias da “Terra Sem História”, sim, Marcos, o Acre existe.

Ao amigo Leandro Salomão, em Porto Velho/Rondônia, pela amizade e acolhida sempre que necessária.

À família Moreira da Rocha, pelo apoio emocional de sempre; à querida Dircinha e Ricardo pelas palavras de torcida; e à Isadora que, mesmo distante, manteve-se presente virtualmente alegrando meus dias.

Aos amigos Beth Oliveira e Aldo Colombo Junior, os primeiros a acreditarem em mim, responsáveis por ter me transformado numa pesquisadora. Espero que este estudo revele o aprendizado que tive com eles, sobretudo, a preocupação com a mudança social.

Ao amigo Dr. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, profissional visionário que, por mais de 10 anos, tive a honra de trabalhar e que inspirou os primeiros passos para esse desafio, dispensando todos os esforços para que eu realizasse meu sonho profissional.

Ao procurador de Justiça, Prof. Dr. Danilo Lovisaro do Nascimento, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais - (Caococ), do Ministério Público do Estado do Acre, a quem tenho profunda admiração pela sua ética, compromisso e responsabilidade com a função pública.

Aos promotores de Justiça, Dra. Marcela Cristina Ozório e Dr. Bernardo Albano Fitterman, respectivamente, coordenadora-geral e vice-coordenador do Núcleo de Apoio Técnico Especializado (NAT), do Ministério Público do Estado do Acre, pela disponibilização dos dados e apoio necessários para minha liberação funcional.

Ao secretário de Segurança Pública do estado do Acre, Dr. Vanderlei Scherer Thomas, pela entrevista concedida.

Aos meus amigos do Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia, turma 2016.2, em especial ao amigo para a vida, Daniel Delani; ao amigo Luís Augusto Pereira Lima, a quem dividi maior parte da minha rotina acadêmica, pela amizade e ensinamentos até o fim do mestrado.

À amiga Paula Onety, pelas traduções necessárias; ao André Ricardo pela revisão e adequações às normas; ao Jozadarque Alves (PhotoArt_Ac), pelas fotografias oficiais.

Ao Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, na pessoa da coordenadora, professora Maria Madalena Cavalcante; e à secretaria do curso, na pessoa de Patrícia Cardoso.

Aos grupos de pesquisa GepGênero e GepCultura, pela acolhida.

À Capes, pela concessão da bolsa de estudos.

À querida Suzanna Dourado, por ter me apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, e à sua mãe, a querida Sevy, que "cuidou" de mim durante a fase final deste trabalho no RJ, pessoas de uma energia contagiante. A ti, Suzanna, dedico, "seja como flor", a experiência mais desafiante dos últimos dois anos. Gratidão!

Ao que se foi, ao que se é.

RESUMO

RESUMO: A segurança pública é fator de maior preocupação da sociedade brasileira, liderando todos os índices de pesquisas de opinião pública[1]. As características históricas, geográficas e sociológicas do processo de formação do estado do Acre e a crescente estatística de homicídios e roubos ocorridos na capital rio-branquense, na série histórica de 2012 a 2016, evidenciam uma crescente geografia do crime. Assim, objetivou-se, nesse trabalho, espacializar os crimes de homicídios e roubos como instrumento analítico de prevenção da criminalidade. Para o desenvolvimento desse trabalho, foram consideradas duas etapas metodológicas complementares. A primeira correspondeu à definição da problemática e método de pesquisa desenvolvida sob a abordagem hipotético-dedutiva e fundamentou-se, teoricamente, em teóricos clássicos como Claval, Arendt, Foucault, Haesbaert e Raffestin. Para a segunda etapa, adotou-se a metodologia de Libault, elaborada com a finalidade de resolver os problemas referentes à articulação lógica entre as operações de análise e tratamento de dados estatísticos em geografia, bem como, para os raciocínios simples e elementares. Para a análise do impacto dos eventos de homicídios e roubos na capital acriana, foi utilizado um conjunto de variáveis que representam o comportamento desses eventos no espaço e no tempo, atinentes ao *modus operandi;* e dados secundários que englobam as informações notificadas. Como resultado, a coleta e as análises espaciais, estatísticas, criminais e de inteligência empreendidas nos dados relacionados aos indicadores de homicídios e roubos permitiu a produção de um instrumento consultivo de conhecimento válido e subsidiário ao planejamento e avaliação de ações preventivas de políticas públicas de segurança. A difusão desse instrumento instiga os diversos segmentos responsáveis pela diminuição ou estabilidade dos níveis toleráveis da violência multifacetada que causam sensação de insegurança à população acriana.

Palavras-chave: Espacialização. Homicídios. Roubos. Políticas Públicas de Segurança.

[1] Instituto Data Folha para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública – FBSP

ABSTRACT

RESUMO: Security is a major concern of Brazilian society, according to many public opinion surveys[2]. The historical, geographic and sociological aspects regarding the State of Acre formation and the increasing numbers of homicides and robberies registered between the years 2012 and 2016 show an increase in geography of crime. The main objective of this work was to spatialize homicide and robbery crimes as an analytical tool for crime prevention. For the development of this work, two complementary methodological steps were considered. The first one corresponded to the definition of the problem and method of research developed underbased with the hypothetico-deductive approach and, theoretically, on classical theorists such, Claval, Arendt, Foucault, Haesbaert and Raffestin. For the second stage, also, the Libault's methodology, designed to solve articulation problems between the analysis operations and statistical data processing in geography, as well used in simple and elementary reasoning. In order to analyze the effects of homicides and robberies in Acre's capital city, this work considered a set of variables that represent the way these events take place in time and space, related to modus operandi and; secundary data about notified information. As a result, using spacial analyses, crimminal and inteligence statistics of homicide and robbery indexes it was possible to set up a valid and useful information tool to the planning and evaluation of preventive security actions. The dissemination of this instrument instigates the various institutions responsible for the decrease or stability of the tolerable levels of multifaceted and epidemic violence that cause a sense of insecurity to the population of Acre.

Keywords: Spatialisation. Homicide. Robbery. Security Public Policies.

[2]Data Folha *Institute to the* "Anuário Brasileiro de Segurança Pública – FBSP" *Brazilian Public* Security Yearbook

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Referencial Teórico.....36
Quadro 02 - Municípios do estado do Acre situados na linha de fronteira.....62
Quadro 03 - Histórico da frequência absoluta de vítimas de homicídios por regional de segurança e por regional de desenvolvimento da ocorrência 90
Quadro 04 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 1ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco de 2012 a 2016.....95
Quadro 05 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 2ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.....97
Quadro 06 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 3ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.....100
Quadro 07 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 4ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.....101
Quadro 08 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 5ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.....103
Quadro 09 - Homicídio por tipo de local das ocorrências de 2012 a 2016.....104
Quadro 10 - Frequência relativa de reeducandos autores de homicídios que ingressaram na URS-FOC por nível de escolaridade declarada pelo reeducando, de 2012 a 2016. 112
Quadro 11 - Frequência relativa de reeducandos autores de homicídios que ingressaram na URS-FOC por estado civil declarada pelo reeducando, de 2012 a 2016.....113
Quadro 12 - Frequência relativa de reeducandos autores de homicídios que ingressaram na URS-FOC por raça/cor, de 2012 a 2016.....113
Quadro 13 - Frequência relativa da quantidade de filhos declarada pelo reeducando que ingressou na URS-FOC pela prática de homicídio, de 2012 a 2016. 114
Quadro 14 - Frequência relativa da motivação identificada para o cometimento do homicídio, no período de 2005 a 2016.....115
Quadro 15 - Resumo do perfil dos homicídios ocorridos no Acre em 2016.....117
Quadro 16 - Histórico de roubos ocorridos em Rio Branco considerando os 10 bairros de maior incidência de todas as áreas das regionais de 2012 a 2016.....128
Quadro 17 - Histórico de roubos ocorridos em Rio Branco, considerando os 10 tipos de locais de maior incidência em todas as áreas das regionais, de 2012 a 2016. 130
Quadro 18 - Número de entradas e reingresso na URS-FOC de 2014 a 2016.....144
Quadro 19 - Histórico da frequência relativa dos 10 maiores motivos de entrada na URS-FOC, de 2012 a 2016.....145

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mãos. Metrô em Paris/FR. 25
Figura 02 - Porteadora indígena na subida ao Monte Roraima, Parque Nacional Canaima, na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana. 48
Figura 03 - Rio Acre e a Gameleira 35
Figura 04 - Ciclo da violência 45
Figura 05 - Faxinalense do Faxinal Sete Saltos de Baixo, entorno de Ponta Grossa/PR. 46
Figura 06 - Os quatro níveis de pesquisa de Libault (1971). 48
Figura 07 - Principais variáveis encontradas nas circunstâncias dos CVLIs. 51
Figura 08 - Principais variáveis encontradas no roubo 51
Figura 09 – Primeira etapa do roteiro metodológico da pesquisa. 55
Figura 10 - Segunda etapa do roteiro metodológico da pesquisa. 55
Figura 11 - Pontes sobre o rio Acre, perímetro urbano. 56
Figura 12 - Charge "Para o Acre". 58
Figura 13 - Fronteiras do Brasil. 60
Figura 14 - Estado do Acre e a extensão da fronteira com a Bolívia, Peru e municípios. 61
Figura 15 - Posição geográfica de Rio Branco. 64
Figura 16 - Vista aérea do perímetro urbano da cidade e pontes sobre o rio Acre. 65
Figura 17 - Mapa das Regionais urbanas, administrativas e bairros. 66
Figura 18 - Mapa das cinco regionais de segurança. 68
Figura 19 - Área de abrangência da 1ª Regional. 69
Figura 20 - Área de abrangência da 2ª Regional. 69
Figura 21 - Área de abrangência da 3ª Regional. 70
Figura 22 - Área de abrangência da 4ª Regional. 70
Figura 23 - Área de abrangência da 5ª Regional 70
Figura 24 - Sobreposição do mapa das regionais de segurança sob o mapa das regionais administrativas. 71
Figura 25 - Mapa de logradouros da 1ª Regional de Segurança Urbana. 72
Figura 26 - Bairro Ipase, o mais antigo na parte central da cidade 73
Figura 27 - Entrada do Parque da Maternidade 73
Figura 28 - Mapa de logradouros da 2ª Regional de Segurança Urbana. 74
Figura 29 – BR-364, acesso aos bairros Belo Jardim I, II e Santo Afonso 75
Figura 30 - Via Chico Mendes, Centro de Saúde e entrada do bairro Taquari 75
Figura 31 - Mapa de logradouros da 3ª Regional de Segurança Urbana. 75
Figura 32 - Morro do Marrosa, bairro Preventório 76
Figura 33 - Estrada de acesso aos bairros Sobral e Boa União 76
Figura 34 - Mapa de logradouros da 4ª Regional de Segurança Urbana. 77
Figura 35 - Av. Antonio da Rocha Viana, via de acesso aos bairros 77
Figura 36 - Via de acesso a bairros da Paz e Joafra 77
Figura 37 - Mapa de logradouros da 5ª Regional de Segurança Urbana. 78
Figura 38 - Bairro Defesa Civil 78
Figura 39 – Bairro Caladinho 78
Figura 40 - Imóvel com marcação da facção criminosa "Bonde dos 13" no bairro Caladinho. 79
Figura 41 - Evolução das mortes violentas intencionais no Brasil de 2011 a 2017. 81

Figura 42 - Taxa de vítimas a cada 100 mil habitantes no Brasil em 2017.....82
Figura 43 - Mapa de incidência de vítimas de homicídios dolosos no estado do Acre em 2016. 85
Figura 44 - Monumento do “Cristo” e entrada de acesso aos bairros Dom Giocondo e Papoco 134
Figura 45 - Taxa de aprisionamento por unidade de federação de 2016.....141
Figura 46 - Retrato do Acre.....148

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Base de dados e fontes para a pesquisa 52
Tabela 02 - Número de habitantes, valores absolutos e relativos, em Rio Branco e nas Regionais 67
Tabela 03 - Tabela de abrangência em km^2 por regional de segurança urbana..... 71
Tabela 04 - Histórico da frequência relativa da faixa etária dos reeducandos que ingressaram na URS-FOC por ter cometido roubo, de 2012 a 2016. 131
Tabela 05 - Histórico da frequência relativa por escolaridade dos reeducandos que ingressaram na URS-FOC por ter cometido roubo, de 2012 a 2016 132
Tabela 06 - Histórico da frequência relativa por cor/raça dos reeducandos que ingressaram na URS-FOC por ter cometido roubo, de 2012 a 2016. 132
Tabela 07 - Posição da população prisional feminina brasileira no ranking internacional em 2016 147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Histórico do total de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) ocorridos no Acre de 2005 a 2016 84
Gráfico 02 - Histórico da taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes ocorridos no estado do Acre comparada ao histórico da taxa nacional de 2012 a 2016. 85
Gráfico 03 - Histórico do total de vítimas de homicídios dolosos ocorridos no estado do Acre de 2005 a 2016 86
Gráfico 04 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos na capital e interior de 2005 a 2016 87
Gráfico 05 - Homicídios ocorridos no Acre por perímetro rural e urbano no período de 2005 a 2016 88
Gráfico 06 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos na faixa e linha de fronteira no período de 2005 a 2016 89
Gráfico 07 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos por semestre de 2005 a 2016. 91
Gráfico 08 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos por quinzena do mês de 2005 a 2016. 91
Gráfico 09 - Histórico da taxa de vitimização da população negra por 100 mil habitantes ocorridos no estado do Acre, comparada ao histórico da taxa nacional de 2012 a 2016. 92
Gráfico 10 - Histórico da taxa de vitimização de mulheres negras por 100 mil habitantes ocorridos no estado do Acre, comparada ao histórico da taxa nacional de 2012 a 2016. 93
Gráfico 11 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos em Rio Branco, de 2012 a 2016. 94
Gráfico 12 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 1ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016. 95
Gráfico 13 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 2ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016. 96
Gráfico 14 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 3ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016. 99
Gráfico 15 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 4ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016 101
Gráfico 16 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 5ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016. 103
Gráfico 17 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos por dia da semana, de 2005 a 2016 106
Gráfico 18 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos por hora de ocorrência, de 2005 a 2016 107
Gráfico 19 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios por período do dia, de 2005 a 2016. 107
Gráfico 20 - Histórico da frequência relativa de homicídios dolosos por faixa etária da vítima, de 2011 a 2016. 108
Gráfico 21 - Histórico da frequência relativa de homicídios dolosos por sexo da vítima, de 2005 2016. 109

Gráfico 22 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos maiores e menores de idade, de 2010 a 2016. 110
Gráfico 23 - Histórico da frequência relativa de homicídios dolosos por faixa etária do autor, de 2010 a 2016. 110
Gráfico 24 - Histórico da frequência relativa de autores, coautores e partícipes de homicídios dolosos maiores e menores de idade, de 2010 a 2016. 111
Gráfico 25 - Histórico da frequência de homicídios dolosos por sexo do autor, de 2010 a 2016. 112
Gráfico 26 - Histórico da frequência de homicídios dolosos por instrumento utilizado para prática do delito de 2015 a 2016. 115
Gráfico 27 - Total de vítimas de homicídios dolosos por intervenção policial em serviço e fora de serviço, de 2011 a 2016. 116
Gráfico 28 - Histórico da frequência absoluta de roubos ocorridos em Rio Branco, de 2004 a 2016. 120
Gráfico 29 - Histórico da frequência relativa de roubos nas cinco regionais de segurança da ocorrência, de 2005 a 2016. 121
Gráfico 30 - Demonstrativo mensal da frequência absoluta e do desvio padrão de roubos ocorridos em Rio Branco, de 2014 a 2016. 122
Gráfico 31 - Histórico da frequência relativa de roubos por dia da semana da ocorrência de 2005 a 2016. 122
Gráfico 32 - Histórico da frequência relativa de roubos por período do dia da ocorrência, de 2005 a 2016. 123
Gráfico 33 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora da ocorrência, de 2005 a 2016. 124
Gráfico 34 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 1ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016. .. 125
Gráfico 35 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 2ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016. .. 125
Gráfico 36 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 3ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016. .. 126
Gráfico 37 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 4ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016. .. 127
Gráfico 38 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 5ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016. .. 127
Gráfico 39 - Histórico da frequência relativa de reeducandos por regional de Segurança onde declararam residir, que ingressaram na URS-FOC por ter cometido roubo, de 2013 a 2016. 131
Gráfico 40 - Histórico do efetivo carcerário do estado do Acre em dezembro de 2011 a 2016 142
Gráfico 41 - Histórico do número de entradas e saídas de reeducandos na URS-FOC de 2010 a 2016. 143

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUDH - Escritório do Alto Comissionário das Nações Unidas
Asseiac/PMAC - Assessoria de Inteligência e Análise Criminal da Polícia Militar do Acre
BO - Boletim de Ocorrência
B13 - Bonde dos 13
Capes- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
Casla - Casa Latino-Americana
Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Ciosp - Centro Integrado de Operações em Segurança Pública
Compaj - Complexo Penitenciário Anísio Jobim
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CPO - Comando de Policiamento Operacional da Polícia Militar
Cras - Centros de Referência em Assistência Social
CV - Comando Vermelho
CVLI - Crime Violento Letal Intencional
Dapc - Delegacia Antiassalto da Polícia Civil
Deam - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
Defla - Delegacia de Flagrantes
Depca- Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente
Depen - Departamento Penitenciário Nacional
Disesp - Diretoria de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública
DOE - Diário Oficial do Estado
DRE - Delegacia de Repressão a Entorpecentes
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Gaeco - Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado
Gecapc - Grupo Especial de Capturas da Polícia Civil
GepCultura - Grupo de Estudos e Pesquisas Modos de Vidas e Culturas Amazônicas
GepGênero - Grupos de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero
Iapen - Instituto de Administração Penitenciária
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ifara - Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana
Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
Infopen Mulheres - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Mulheres
Ipea - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada
ISE - Instituto Socioeducativo
Iteracre - Instituto de Terras do Acre
LAV - Laboratório de Análise da Violência
MPAC - Ministério Público do Estado do Acre
MVI - Mortes Violentas Intencionais
Nacsesp - Núcleo de Análise Criminal da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Acre
NAT-MPAC - Núcleo de Apoio Técnico Especializado do Ministério Público do Estado do Acre
Nucria - Núcleo de Atendimento a Criança e ao Adolescente Vítima

OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
Orcrim - Organização Criminosa
PC - Polícia Civil
PCC - Primeiro Comando da Capital
Penfem - Penitenciária Feminina Estadual de Rondônia
PMAC - Polícia Militar do Acre
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PMRB - Prefeitura Municipal de Rio Branco
Polinter - Polícia Interestadual
PUC/Minas Gerais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Sehab - Secretaria de Habitação
Senasp - Secretaria de Nacional de Segurança Pública
Sepc - Secretaria de Polícia Civil do Acre
Sesp - Secretaria de Estado de Segurança Pública
Sigo - Sistema Integrado de Gestão Operacional
Sinteac - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Acre
Sipen - Sistema de Informações Penitenciárias
Sisp - Sistema Integrado de Segurança Pública
SMDGU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana
Ucegeo - Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Acre
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UF - Unidade de Federação
Ufac - Universidade Federal do Acre
Unicef - Fundo das Nações Unidades para a Infância
Unir - Universidade Federal de Rondônia
Unodc - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes
URS-FOC - Unidade de Recuperação Social Francisco de Oliveira Conde

Sumário

APRESENTAÇÃO 40
INTRODUÇÃO 29

CAPÍTULO I - A GEOGRAFIA NOS ESTUDOS SOBRE A CRIMINALIDADE E A VIOLÊNCIA 35
1.1. Violência: um fenômeno multifacetado 38
1.2. Crime e Criminalidade: aspectos conceituais 41
1.3. Espaço e território como categorias de análise geográfica 42

CAPÍTULO II - MÉTODO E METODOLOGIA: OS CAMINHOS PERCORRIDOS 46
2.1. A escolha do método: A violência a partir de uma análise hipotético-dedutiva 47
2.2. Procedimentos metodológicos: A metodologia de Libault 48
2.3. Indicadores de análise: homicídios e roubos 49
2.4. Base de dados e Fontes da pesquisa 52
2.5. Instrumentos de produção de conhecimento 53
2.6. Trabalho de campo como instrumento de análise geográfica 54

CAPÍTULO III - O ACRE, A CIDADE DE RIO BRANCO E AS DIVISÕES REGIONAIS 56
3.1. O Acre: Aspectos históricos de formação 57
3.2. O Acre e a Tríplice Fronteira 60
3.3. Rio Branco: a capital 64
3.4. Regionais urbanas administrativas 65
3.5. Regionais de Segurança urbanas 67
3.6. Caracterização por Regional de Segurança Urbana 72

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS 79
4.1. O Cenário de mortes violentas no Brasil 81
4.2. O Cenário de mortes violentas no Acre 83
4.3. O Cenário de Homicídios em Rio Branco 93
4.4. O Cenário de Roubos em Rio Branco 119

CAPÍTULO V - SEGURANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS 134
5.1. A Segurança Pública e as políticas de segurança no estado do Acre 135
5.2. O retrato do sistema carcerário no Brasil e no Acre 139
5.3. Encarceramento feminino: uma questão de gênero 146

CONSIDERAÇÕES FINAIS 148
REFERÊNCIAS 153
GLOSSÁRIO 158

APRESENTAÇÃO

O início da escrita deste trabalho é marcado por sentimentos extremos. Várias vezes, emocionei-me ao perceber o quanto este trabalho é profundamente ligado ao contexto familiar. Assim, mesmo diante de tantas lembranças, e a cada notícia da morte violenta de um parente, é desafiador do ponto de vista científico. Compreendo o quanto é salutar o aprofundamento dos estudos sobre a criminalidade e a violência.

Não obstante, apresento-me. Sou licenciada em História pela Universidade Federal do Acre; bacharel em Administração pela Universidade de Brasília; e graduanda em Letras/Inglês pela Universidade Federal do Acre. Profissionalmente, identifiquei-me com a administração, na qual me especializei e atuo há duas décadas.

No Acre, nasci, cresci, morei em um bairro central da cidade; morei em lugares inóspitos; locais insalubres e, hoje, moro em um local que podemos chamar de área "privilegiada". Identifico-me como parda, "resultado" da miscigenação entre família materna negra e paterna branca. Até os oito anos de idade, recordo, absorta em pensamentos, um padrão de vida de "classe média" e, após a separação dos meus pais, a minha trajetória de vida foi marcada, sucessivamente, por situações de extrema necessidade, assumindo, ainda jovem, a responsabilidade familiar, ao passo que estudava e trabalhava ao mesmo tempo, ainda menor de idade.

Este breve relato é para situar o leitor em minha tentativa de falar como ou pela minoria, de ver o mundo com os olhos dos negros, pobres, mulheres com filhos e sem emprego, vítimas de violência doméstica, que moram em bairros pobres ou em situação de extrema necessidade.

Em 2001, ingressei no Ministério Público do Estado do Acre, instituição que tem como fundamento primário da atribuição ministerial a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Desde então, a minha atividade laboral é dedicada à atividade-meio na instituição. Em 17 anos no órgão ministerial, os últimos 12 anos foi atuando em projetos na área criminal. Destarte que, no ano de 2014, tive a oportunidade de compor a equipe do observatório de análise criminal do Núcleo de Apoio Técnico Especializado do MPAC, um projeto destinado ao estudo e acompanhamento dos fatores que desequilibram os níveis razoáveis de criminalidade e violência, tendo como tarefa prioritária, possibilitar aos tomadores de decisão, o acesso a um conhecimento de caráter

consultivo e subsidiário, e que seja útil no que se refere à formulação e avaliação de estratégias que visam à prevenção e ao controle dos eventos causadores da criminalidade que têm repercussão na sociedade em geral.

Em junho de 2016, através da amiga Suzanna Dourado, conheci o Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da Unir e suas linhas de pesquisa. Elaborei, tempestivamente, o projeto de pesquisa com dados parcialmente coletados com a ajuda e análise crítica de Beth Oliveira e Aldo Colombo Júnior, que revisaram e auxiliaram sobremaneira na construção do pré-projeto, para que eu lograsse êxito na seleção.

Aprovada, em agosto de 2016, as aulas iniciaram e a primeira disciplina, Epistemologia da Geografia, foi ministrada pelo meu orientador, Prof. Josué da Costa Silva. Através dela, passei a construir meus conhecimentos acadêmicos e, diante de diversos debates entre mestrandos e doutorandos, passei a refletir, a correlacionar a minha temática e a quebrar alguns paradigmas, e comecei a redesenhar a minha percepção diante do meu objeto de pesquisa. Recordo de forma marcante os debates intensificados pela perspectiva dada por Bachelard, ao denotar que os obstáculos podem ser compreendidos como resíduos de conceitos anteriores, que impedem mudanças de antigos conceitos importantes em um passado para novos conhecimentos.

A minha compreensão na perspectiva geográfica era muito rasa e a leitura na sequência da bibliografia indicada na disciplina foi fundamental para a construção do meu saber científico.

Ademais, as disciplinas cursadas de Geoprocessamento e Cartografia e Digital; Estado e Políticas Públicas; Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia; Geografia Cultural; e Deleuze, Guatarri e Foucault: Geografias e linguagens das Multiplicidades foram significativas para a construção da dissertação, permitindo-me um olhar de pesquisadora frente ao meu objeto de pesquisa.

Fui integrada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Modos de Vidas e Culturas Amazônicas - GepCultura, que oportunizou minha participação ativa nos eventos científicos internacionais e nacionais.

Participei da 34ª Semana de Geografia e 11º Encontro de Pós-Graduação em Geografia, apresentando projeto de pesquisa e *banner*: Geografia do Crime: Espacialização de homicídios e roubos ocorridos no município de Rio Branco como instrumento analítico de prevenção da criminalidade, realizado no *campus* da Universidade Federal de Rondônia (Unir), no período de 03 a 07 de outubro de 2016, em Porto Velho (RO).

No mesmo evento, participei da Oficina "Legislação Indigenista e sua aplicação nas pesquisas em territórios indígenas", realizada no dia 05 de outubro de 2016, sendo o início do meu despertar voltado para as comunidades tradicionais.

Como atividade complementar à disciplina de epistemologia da geografia, participei do trabalho de campo na Terra Indígena Sete de Setembro – Aldeia Paiter Suruí, (Cacoal/RO), no período de 10 a 12 de dezembro de 2016, uma experiência filosófica fora da cátedra, de imersão e compreensão da memória e história indígena.

Em junho de 2017, participei do Fórum Internacional sobre a Amazônia, promovido pelo Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília (Neaz/Ceam/UnB), realizado de 6 a 9 de junho de 2017, em Brasília/DF, com o trabalho intitulado "Relações de gêneros apresentadas nos livros didáticos distribuídos no ensino fundamental na cidade de Ariquemes: Uma análise do conteúdo apresentado sobre diversidade familiar" e com a apresentação do *pôster* intitulado "Fragilidade ambiental na microbacia da Lagoa dos Sapos, Porto Velho/RO", ambos publicados nos Anais do Evento em março de 2018.

Tive a oportunidade de participar do Encontro Internacional *"Minga para La Paz, el Buen-vivir y la No Violencia*, de 19 a 23/06/17, em *San Juan de Pasto, Nariño*, Colômbia, apresentando dois trabalhos em grupos distintos intitulados: *Geografía e Sexualidad: Una mirada de la Relación entre la Homosexualidad y la Prostitución en el Municipio de Porto Velho, Rondónia, Brasil; e Geografía del crimen: Indicadores del fenómeno de homicidios y robos como instrumento analítico de prevención de la criminalidad, Río Branco, Acre, Brasil*. Um marco importante para a história da Colômbia, logo após a assinatura do acordo de Paz com as Farc, em novembro de 2016, os níveis atuais de violência no mundo nos obrigam a fazer enormes esforços para, por um lado, deslegitimar a violência e, por outro, legitimar e disseminar a não-violência como filosofia e projeto de vida e, nesse sentido, destacar o poder transformador da não-violência como forma de busca de dignidade, respeito e boa vivência.

No período de 07 a 09/07/17, participei da agenda estratégica de pesquisa do GepCultura, com foco em saberes e populações tradicionais, no distrito de Extrema/RO.

Realizei estágio docente no segundo semestre de 2017, auxiliando meu orientador Prof. Dr. Josué da Costa Silva, na disciplina de História e Evolução do Pensamento Geográfico, ministrada ao 1º período do curso de graduação em Geografia na Universidade Federal de Rondônia - Unir.

Em complemento à disciplina de Geografia Cultural, sob a orientação do Prof. Dr. Josué da Costa Silva, e com foco em saberes e populações tradicionais, participei da atividade de campo realizada no período de 17 a 20/08/17, na Aldeia Laje Velho/RO, nos povos *Oro Waran*.

Dentre os eventos do Programa, participei e auxiliei na organização do 12° Encontro de Pós-Graduação em Geografia, promovido pela Universidade Federal de Rondônia, no período de 16 a 18 de agosto de 2017.

Em outubro de 2017, participei do XII Enanpege, promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia – Anpege, em Porto Alegre (RS).

Tive a oportunidade de participar de uma disciplina em outro estado: "Saberes Geoecológicos Tradicionais e Diversidade Socioterritorial", promovida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR, no período de 16 a 22 de outubro de 2017, em parceria com a Casa Latino-Americana - Casla, em Curitiba/PR, e com uma incrível atividade de campo que nos oportunizou conhecer o modo de vida dos faxinalenses no Faxinal[3] Sete Saltos de Baixo/PR.

Em novembro, participei da Semana de Geografia promovida pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre – Ufac, no período de 7 a 11 de novembro de 2017, em Rio Branco/AC.

Ainda em novembro, fui convidada para participar de um Grupo de Trabalho intitulado "Direitos Humanos e Segurança Pública", no I Seminário Interdisciplinar em Judicialização dos Conflitos - Sijucos, promovido pela Faculdade de Rondônia – Faro, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense - UFF, no período de 16 a 17 de novembro de 2017, em Porto Velho (RO); ao passo que fiz apresentação oral da temática "Espacialidade do crime: Indicadores da violência e da criminalidade no estado do Acre".

Contribuí como autora em dois trabalhos apresentados no XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos – SBRH, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos, com o tema: "Análise socioambiental do igarapé São Francisco em Rio Branco, ACRE-BRASIL" (apresentação oral); "Recursos hídricos urbanos: um estudo de caso do município de Rio

[3] O sistema Faxinal é uma forma de organização camponesa característica da região Centro-Sul do Paraná que ainda se apresenta de forma marcante. (CHANG, 1988, p.13)

Branco (*pôster*), realizado entre 26 de novembro a 1º de dezembro de 2017, em Florianópolis (SC).

Em março de 2018, sediamos os eventos X Seminário Temático da Rede Internacional Casla-Cepial: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas; XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia e o II Encontro Diálogos de Saberes e Conhecimentos Tradicionais em Rondônia, realizados em 26/03/2018 a 30/03/2018, realizados conjuntamente, na cidade de Porto Velho, promovido pela Universidade Federal de Rondônia, no qual tive a honra de participar da equipe de organização do evento.

Neste evento, no X Seminário Temático da Rede Internacional Casla-Cepial, apresentei o trabalho intitulado: O cenário de homicídios no estado do Acre (2005-2016).

Durante a elaboração da pesquisa, realizei seis atividades de campo na cidade de Rio Branco, sendo duas acompanhadas pelo meu orientador, Prof. Dr. Josué da Costa Silva. O escopo das atividades contemplou a visita *in loco* em todos os bairros das cinco regionais de segurança, por via terrestre e pelo rio Acre, no perímetro urbano da capital rio-branquense, ao passo que foi criado um acervo fotográfico oficial, de todos os locais visitados; e ainda, visitei as instituições para a coleta de dados secundários e notificados, destacando a reunião com o secretário de Segurança Pública do Estado do Acre, Dr. Vanderlei Thomas, em junho de 2018.

Participei do XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), "Pensar e Fazer a Geografia Brasileira no Século XXI: escalas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova geopolítica mundial", realizado no período de 01 a 07 de julho de 2018, na Universidade Federal da Paraíba, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e ministrei a oficina "A violência urbana e a urbanização da violência", em parceria com a colega mestranda Bárbara Elis Nascimento Silva e Prof. Dr. Josué da Costa Silva, atividade que superou as expectativas com a participação de pesquisadores de várias universidades brasileiras.

Durante 17 dias, vivi uma das experiências mais incríveis promovida pelo GepCultura, participando da IV Expedição Amazônica - EIXO RORAIMA/RR: Monte Roraima, Imigração, cultura tradicional e meio ambiente na fronteira, no período de 20/07/18 a 05/08/18, Boa Vista/RR; e Santa Helena de Uáiren, Venezuela, sob a coordenação do Prof. Dr. Josué da Costa Silva. Essa caminhada, defino como análoga à vida. O topo do Monte Roraima foi o ponto de chegada, a recompensa. Mas foi no percurso que vivi todas as histórias, o processo, não houve

competições. Na passagem das lágrimas[4], lidei com meus limites, dores, receios e, no meio do caminho, apesar da dor e cansaço, foi possível ver a beleza, o divino, o infinito.

Na quinzena de setembro de 2018, participei do III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território - III Congeo 2018, sediado em Niterói/RJ, com a apresentação do trabalho intitulado "O cenário de crimes transfronteiriços no Acre", onde tive a oportunidade de participar de grupos de trabalho que tratam da temática sobre a violência e criminalidade no Brasil e fronteiras.

Mesmo após a conclusão desta pesquisa, recebi o aceite de um resumo submetido ao Colóquio Nacional – Núcleo de Estudos em Espaço e Representações - Neer, intitulado "O cenário de crimes transfronteiriços e a atuação estatal", e participei do evento na cidade de Diamantina/MG, no período de 15 a 19 de outubro/2018. Concomitante ao evento, participei de reunião estratégica no Grupo de Trabalho que trata sobre a criminalidade e violência, capitaneado pelo Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz, da PUC de Minas Gerais.

Enquanto discente do programa, assisti a doze defesas de dissertações, uma defesa de tese de doutorado e uma qualificação de tese de doutorado.

Quadro-síntese de atividades

Item		Atividade	Período	Local	Forma de participação
Disciplinas e oficinas	1	Epistemologia da Geografia	16/08 a 16/12/16 Modular	UNIR	Discente
	2	Geoprocessamento e Cartografia e Digital	05 a 16/09/16	UNIR	Discente
	3	Estado e Políticas públicas	24 a 30/10/16	UNIR	Discente
	4	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia	05 a 09/12/16		Discente
	5	Geografia Cultural	28/04 a 21/07/17	UNIR	Discente
	6	Deleuze, Guatarri e Foucault: Geografias e linguagens das Multiplicidades (Seminário Temático II)	15/09 a 25/11/17 Modular	UNIR	Discente
	7	Tópicos Especiais I: Saberes Geoecológicos Tradicionais e Diversidade Socioterritorial	16 a 22/10/17	UEPG	Discente
	8	História Oral	24 e 25/09/18	UNIR	Discente
	9	Legislação Indigenista e sua aplicação nas pesquisas em territórios indígenas	05/10/16	UNIR	Participante
	10	*Abayomi* - Muito mais que um brinquedo, uma história de resistência e ancestralidade	27/03/18	UNIR	Participante
Trabalho de campo	11	Terra Indígena Sete de Setembro – Aldeia *Paiter Suruí*	10 a 12/12/16	Cacoal/Rondônia	Discente
	12	Planejamento GepCultura, Extrema/RO	07 a 09/07/17	Extrema/RO	Pesquisadora
	13	Aldeia Laje Velho/RO, povos *Oro Waran*	17 a 20/08/17	Guajará Mirim/RO	Pesquisadora

[4] Cachoeira por nome Passo das Lágrimas na trilha que dá acesso ao paredão do Monte Roraima.

	14	Coleta de dados, entrevistas, registro fotográfico	Out/16 Jan/17 Mar/17 Set/17	Nov/17 Fev/18 Abr/18 Jun/18	Rio Branco/AC	Pesquisadora
	15	IV Expedição Amazônica - EIXO RORAIMA/RR: Monte Roraima	20/07 a 05/08/18		RR e Venezuela	Pesquisadora
Defesas Públicas	16	12 defesas públicas de mestrado	2016/2017/2018		UNIR	Participante
	17	01 defesa pública de tese de doutorado	2016		UNIR	Participante
	18	01 qualificação de tese de doutorado	2017		UEPG	Participante
Estágio Docência	19	Estágio Docência	Março a julho/2017		UNIR	Estagiária
Eventos Internacionais, nacionais, locais [congressos, encontros, simpósios, seminários, oficinas]	20	34ª Semana de Geografia e 11º Encontro de Pós-Graduação em Geografia	03 a 07/10/16		UNIR	Apresentação de Pôster
	21	Fórum Internacional sobre a Amazônia	06 a 09/06/18		UNB	Apresentação Oral
	22	Fórum Internacional sobre a Amazônia	06 a 09/06/18		UNB	Apresentação de Pôster
	23	Encontro Internacional "*Minga para La Paz, el Buen-vivir y la No Violencia": Trabalho 01*	19 a 23/06/17		Universidade de Nariño, Colômbia	Apresentação Oral
	24	Encontro Internacional "*Minga para La Paz, el Buen-vivir y la No Violencia": Trabalho 02*	19 a 23/06/17		Universidade de Nariño, Colômbia	Apresentação Oral
	25	12° Encontro de Pós-Graduação em Geografia	16 a 18/08/17		UNIR	Participante
	26	XII Enanpege	12 a 15/10/17		UFRGS	Participante
	27	Semana da Geografia	7 A 11/11/17		UFAC	Participante
	28	I Seminário Interdisciplinar em Judicialização dos Conflitos	16 a 17/11/17		FARO	Participante
	29	I Seminário Interdisciplinar em Judicialização dos Conflitos	16 a 17/11/17		FARO	Apresentação Oral
	30	XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos – SBRH	26/11 a 1/12/17		UFSC	Apresentação Oral
	31	XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos – SBRH	26/11 a 1/12/17		UFSC	Apresentação de pôster
	32	X Seminário Temático da Rede Internacional Casla-Cepial: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas	26 a 30/03/18		UNIR	Participante
	33	X Seminário Temático da Rede Internacional Casla-Cepial: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas	26 a 30/03/18		UNIR	Organização
	34	XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia Tradicional	26 a 30/03/18		UNIR	Participante
	35	XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia Tradicionais	26 a 30/03/18		UNIR	Organização
	36	II Encontro Diálogos de Saberes e Conhecimentos Tradicionais	26 a 30/03/18		UNIR	Participante
	37	II Encontro Diálogos de Saberes e Conhecimentos Tradicionais	26 a 30/03/18		UNIR	Organização
	38	XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) "Pensar e Fazer a Geografia brasileira no século XXI: escalas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova geopolítica mundial	01 a 07/072018		UFPB	Participante

	39	XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) Oficina: Violência urbana e urbanização da violência	02/07/18	UFPB	Palestrante
	40	III Congeo 2018 – Congresso Brasileiro de Geografia política, geopolítica e gestão de território	10 a 15/09/18	UFF	Apresentação de pôster
	41	Neer – Colóquio Nacional – Núcleo de Estudos em Espaço e Representações	15 a 19/10/18	PUC Minas UFMG UFVJM	Apresentação de pôster

Fonte: A autora, 2018

Uma considerável parte da pesquisa foi escrita na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em setembro de 2018. Passei alguns dias diante de um cenário de desesperança que aflige o cidadão da capital fluminense, a tensão no cotidiano e a iminente polarização do ódio assola grande parte dos estados brasileiros. O que nos protege quando ninguém está protegido? Vivemos a eleição da intolerância[5]; uma memória destruída[6]; uma militante dos direitos humanos e das mulheres brutalmente assassinada[7]; um atentado a um presidenciável[8]; massacres nos presídios brasileiros[9]; decapitações monitoradas[10]; flexibilização da legislação armamentista[11]. Incitar a violência é o cenário que nos singulariza?

Estamos marchando perigosamente para a institucionalização da violência, e não praticá-la deveria ser uma prerrogativa da direita ou da esquerda e de todo cidadão brasileiro.

---

[5]27/03/18 - Dois veículos que levavam jornalistas que cobriam a viagem pelo sul do país e convidados foram atacados, a tiros, na saída de Quedas do Iguaçu, quando a caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seguia para Laranjeiras do Sul (PR).

[6]02/09/18 - Incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, instituição que completou 200 anos em 2018 e já foi residência de um rei e dois imperadores, destruindo cerca de 20 milhões de itens do acervo, entre fósseis, múmias, registros históricos, obras de arte e documentos.

[7]14/03/18 - Assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro/RJ, logo após uma agenda de trabalho com jovens negras.

[8]06/09/18 - Atentado à faca a um candidato à presidência da República em Juiz de Fora (MG), em campanha eleitoral.

[9]01/01/17 - 67 presidiários mortos no Amazonas, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (59 mortos); na Unidade Prisional Puraquequara (04 mortos); e na cadeia Raimundo Vidal Pessoa (06 mortos), todos na capital amazonense; 06/01/17 - 33 presidiários mortos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista/RR; 14/01/17 - 26 presidiários decapitados e carbonizados na Penitenciária de Alcaçuz em Nísia Floresta/RN; somado a mais registros de mortes de encarcerados nos presídios do interior de São Paulo, Santa Catarina e região metropolitana de Curitiba/PR, em 2017, ultrapassa em 111 mortes o maior massacre em presídios registrado, o massacre do Carandiru, em 1992, em São Paulo.

[10]Decapitação filmada e divulgada de uma jovem de 19 anos, ex-integrante da facção criminosa "Bonde dos 13", em janeiro de 2017, por integrantes da mesma facção, encontrada morta no bairro Caladinho, periferia da cidade de Rio Branco, no Acre.

[11]Vários projetos de lei foram impetrados no legislativo para alteração das regras quanto ao porte e posse de armas de fogo, que trata a lei federal 10.826 de 22 de dezembro de 2003, do Estatuto do Desarmamento, regulamentada pelo decreto 5.123 de 1º de julho de 2004. Sem passar pelo congresso, o atual presidente Michel Temer assinou decretos que facilitam a posse e o transporte de armas entre civis. As novas regras foram aprovadas pelo Ministério da Defesa e afetam diretamente o Estatuto do Desarmamento.

Após toda a trajetória discursada, rememoro minhas escolhas, e volto os meus pensamentos aos momentos incríveis na Venezuela, na subida ao Monte Roraima.

Os indígenas da etnia *Taurepang* foram os nossos porteadores[12] e levaram nas costas o "jamaxi[13]", um cesto que nos dá a impressão de não ter fundo, de tanta coisa que cabe lá dentro. Nos últimos dois anos, todo conhecimento, fui colocando num "jamaxi", ao passo que tenho a convicção que as minhas atividades não se encerram. Concebo o quanto o "ser" pesquisador nos instiga e será sempre esse espírito que vai permear todo esse trabalho.

Figura 02 - Porteadora indígena na subida ao Monte Roraima, Parque Nacional Canaima, na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana.
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Julho, 2018

[12] Nome dado aos indígenas que porteiam (carregam) os equipamentos, mochilas, barracas dentro do "jamaxi" para o topo do monte.
[13]Jamaxi ou jamanxim - cesto cargueiro de três lados, que dispõe de duas alças para carregar nas costas, tipo mochila.

INTRODUÇÃO

"Quando um homem deseja matar um tigre, chama a isso desporto; quando é o tigre que quer matá-lo, chama a isso ferocidade. A distinção entre crime e justiça não é muito grande."

(George Bernard Shaw)

O Brasil é o primeiro lugar no mundo em mortes por armas de fogo[14]. São 43,2 mil vítimas. A violência no Brasil gerou 3,5 vezes mais mortes do que todos os ataques terroristas[15] no mundo em 2017. O país ocupa o quinto lugar no *ranking* mundial[16] de feminicídio. No Brasil, a cada cinco segundos, uma criança de menos de 15 anos não sobrevive a doenças, violência ou acidentes no mundo. Em 2017, 6,3 milhões morreram[17]. Com uma população carcerária de 725 mil pessoas em 2017, o país figura em terceiro lugar no *ranking* mundial de países que mais aprisionam[18]. Atualmente, é o oitavo país em números absolutos de suicídio no mundo[19]. As vítimas, jovens entre 15 e 29 anos, que configuram uma morte a cada 45 minutos. Ocupamos o quarto lugar em corrupção[20] no cenário mundial. Em 2017, foram 71 massacres, camponeses e lideranças, em conflitos agrários[21]. Ocupamos a primeira posição em assassinatos a indígenas, ambientalistas e ativistas. Foram 57 mortes em 2017[22]. A maioria das vítimas lutava pela proteção e conservação da Amazônia.

É a primeira vez que a taxa de mortes violentas no Brasil ultrapassa o patamar de 30 casos por 100 mil habitantes. Em 2017, o índice ficou em 30,8. A título de comparação, a média

---

[14] Dados do Atlas da Violência, 2018.
[15] Segundo dados do *Jane's Terrorism and Insurgency Center*. Em 2017, o mundo teve 18.475 pessoas assassinadas em ataques terroristas.
[16] Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).
[17] Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS); Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Grupo Banco Mundial da Organização das Nações Unidades (ONU).
[18] Informações do Departamento Penitenciário Nacional.
[19] Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS).
[20] Segundo o índice de corrupção do Fórum Econômico Mundial.
[21] Dados do Relatório da Pastoral da Terra disponível no sítio eletrônico https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/5-assassinatos/14082-assassinatos-2017.
[22] Dados do relatório "A que preço? – Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017, produzido pela organização não-governamental britânica *Global Witness* e Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil elabora pelo Conselho Indigenista Missionário.

mundial é de 7,5 mortes por 100 mil habitantes, segundo estudo da ONG internacional *Small Arms Survey*, realizado com dados de 2016.

Esses dados e outros relatórios são contabilizados e divulgados oficialmente. É a violência explícita, que deveria nos levar a refletir sobre as consequências psíquicas e morais da vitimização da violência, que atinge diretamente não somente quem morre, mas o que sobrevive e aos seus familiares, traumas tão ou mais graves que marcam por toda a vida.

Estas são as primeiras palavras deste trabalho, uma breve introdução a uma pauta crítica nacional e que o interesse de grupos de pesquisadores da geografia na temática, talvez, seja um alento para o final desse campo dramático.

A marca de mais de 60 mil homicídios nos últimos dois anos[23], é um dos piores cenários enfrentados pela sociedade brasileira. Falar sobre a criminalidade violenta na atualidade é um tanto complexo, entre as vítimas, negros, jovens, pobres, de baixa escolaridade e moradores da periferia.

Diante desse cenário, poderíamos considerar que o traço que nos singulariza nos últimos anos tem sido a violência? Pesquisadores demonstram que a violência tem multissignificações e, para a academia, em particular, para a geografia, é desafiador compreender o enraizamento social desconsiderando a violência como um dado normal das relações sociais, sobretudo, em um país onde há segmentos sociais, políticos e econômicos, fortemente interessados em propostas potencialmente indutoras da violência.

As crescentes taxas da criminalidade violenta em Rio Branco, capital do estado do Acre, evidenciam essa trágica constatação, o da insegurança pública. A sensação de impunidade torna-se cada vez mais preocupante e representa uma ameaça aos direitos e garantias fundamentais, assegurados no Art. 5º, da Constituição Federal, que preconiza a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade dos indivíduos.

Números tão alarmantes da criminalidade e da violência nos últimos 5 (cinco) anos na capital acriana denotam uma das principais preocupações de gestores da segurança pública, e uma preocupação inerente a qualquer cidadão imerso nesse cotidiano que, consequentemente, incorre no risco de se tornar mais uma vítima.

---

[23] Em 2016, o Brasil registrou 62.517 homicídios e, em 2017, o número foi de 63.880 mortes violentas, segundo o Atlas da Violência elaborado pelo Ipea e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A compreensão e a prevenção da criminalidade colidem em perspectivas metodológicas, pois, dada a frequência progressiva do fenômeno delitivo, do ponto de vista quantitativo e social, as naturezas criminais de homicídios e roubos possuem uma dinâmica espaço-temporal que os caracteriza difusamente quanto ao local de ocorrência, produzindo uma evidente geografia do crime.

No que tange ao recorte temporal, do período pesquisado, de 2012 a 2016[24], certifica-se do aumento do número de homicídios e roubos quando comparado a anos anteriores. Dados expressivos justificam a busca pela compreensão do fenômeno. Em números absolutos, Rio Branco, capital do estado do Acre, concentra 46% da população acriana, e é o município com o maior número de homicídios no ano de 2016, registrando 370 homicídios, o que representa 62,3% do total de ocorrências no estado e um aumento de 82% em relação ao ano anterior. Em 2017, como ponto de apoio e relevante à pesquisa, 504 pessoas foram assassinadas; destes, mais de 92% das vítimas eram do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 29 anos, números que superam de forma exorbitante o total de vítimas de 2016.

De acordo com o levantamento feito pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), no período de 1º de janeiro a 31 de julho deste ano (2018), foram registrados 253 homicídios no Acre; 66,4% resulta da disputa entre facções criminosas pelo controle de território na capital e nos municípios do interior do estado.

Aliado ao fator da densidade populacional, a capital apresenta maior quantidade de áreas com instabilidade social e ocupações irregulares, o que reflete no maior número de ocorrências.

No tocante aos registros de roubos ocorridos na capital nos últimos cinco anos, demonstram um acentuado crescimento, pois ao compararmos o total de 2016 com o de 2012, verifica-se um crescimento de 84% nos registros.

Nesse contexto, questiona-se por que há uma frequência de mortes violentas e roubos na capital acriana, no estado e no Brasil? Certamente, é o país com números absolutos mais elevados de episódios violentos. A explicação para este crescimento progressivo é constituída de multifatores[25] e distende-se multifacetado[26].

---

[24] Para a pesquisa, consideramos o período de 2012 a 2016, justificado no capítulo II, que trata sobre os aspectos metodológicos da pesquisa. Todavia, na introdução, contextualização e análises, apresentaremos, sem profundidade, dados recentes e anteriores, que refletiram sobremaneira no recorte temporal pesquisado.

[25] Daremos mais profundidade a essa afirmação nos capítulos I e IV, que tratam da fundamentação teórica e dos resultados, respectivamente.

[26] Relativo ao que possui características variadas e peculiares.

Para melhor compreensão desse fenômeno[27], faz-se necessário resgatar alguns conceitos baseados nas categorias de análise geográfica que nortearam a pesquisa. Dessa forma, distinguimos 2 (duas) categorias fundamentais de análise: Espaço Geográfico (espaço usado, transformado pela ação humana) observado em Claval (2010); Território em Haesbaert (2014); e o território enquanto espaço de poder na ótica de Raffestin (1993).

Nesse sentido, a abordagem geográfica em que se inscreve este trabalho ampara a forma que evidencia a importância em exercer um olhar multidisciplinar sobre a temática. Então, ao utilizarmos conceitos e teorias de outras áreas afins, todos os elementos aqui apresentados contribuem para uma ação voltada para a adoção de "práticas preventivas de controle" da criminalidade e da violência que, por sua vez, podem demandar ajustes nos padrões operacionais vigentes das instituições responsáveis, haja vista que a repressão inadequada apenas muda o foco da violência, que se volta para espaços onde encontra, novamente, condições favoráveis para se desenvolver.

Baseado no exposto, diversos fatores[28] considerados pela geografia, sociologia e estatística são relevantes para a compreensão da causalidade de homicídios e roubos e, dessa forma, algumas questões colocam-se face a esta problemática; ou seja, estariam as relações sociais inflamadas frequentemente por razões fúteis? Estaríamos nos acostumando com a violência, ou, ainda, "ela seria natural à condição humana? " Estaríamos estigmatizando o outro pelo uso equivocado da força e do poder? Diante de dados tão alarmantes, seria possível pressupor que a sociedade possa estar alicerçada em um convívio aludido ao uso da força e da violência?

Como fundamentar o aumento irregular[29] de mortes violentas e roubos na cidade de Rio Branco? De que violência estamos falando nessa atualidade? Seriam o homicídio e o roubo os únicos indicadores que afetam a dignidade humana?

Em um país onde prevalece a exclusão, que exibe uma democracia e cidadania frágeis, não estaríamos tratando de forma tímida o enredamento da violência?

Estaríamos vivendo uma violência seletiva? Onde somente negros, pobres, jovens e moradores dos bairros periféricos são brutalmente assassinados?

---

[27] No decorrer da pesquisa, entende-se por fenômeno, a violência que é descrita e explicada cientificamente a partir das obras, A Condição Humana (2015) e Sobre a Violência (2016), em Arendt.
[28] Trataremos adequadamente os fatores nos capítulos I e IV.
[29] Cf. a Organização Mundial de Saúde – OMS, a taxa acima de 10 mortes a cada 100 mil habitantes é considerada um valor fora do parâmetro estabelecido como normal.

A temática demanda inúmeros questionamentos, os quais não pretendemos esgotar ou responder exaustivamente de forma categórica e absoluta, dada as multissignificações. Desta forma, a hipótese que rege esta pesquisa é a de que o conjunto de variáveis que representam o comportamento desses eventos no espaço e no tempo, atinentes ao *modus operandi*[30]; e dados secundários que englobam as informações notificadas após análises espaciais; análises estatísticas; análises criminais e de inteligência empreendidas nos dados relacionados aos indicadores de homicídios e roubos, resultem em um instrumento consultivo de conhecimento válido e subsidiário ao planejamento e avaliação de ações preventivas de políticas públicas de segurança.

Logo, o objetivo principal dessa pesquisa foi compreender a espacialização dos crimes de homicídios e roubos como instrumento analítico de prevenção da criminalidade.

No que tange aos objetivos específicos, destacamos: mapear os crimes de homicídios e roubos ocorridos na capital no período de 2012 a 2016[31]; identificar um perfil dos crimes de homicídios e roubos pelo *modus operandi* e outras variáveis socioespaciais que evidenciam o fenômeno da criminalidade e a sua relação com a expansão do espaço urbano; demonstrar a importância da ciência geográfica na compreensão do fenômeno da criminalidade e da violência e sua expansão progressiva no espaço urbano; demonstrar que, a partir dos dados analisados, é possível identificar o avanço da criminalidade e da violência na capital de forma que auxilie as estratégias de política de segurança pública e mitigação dos efeitos negativos das naturezas criminais de homicídio e roubo.

Dessa forma, o trabalho estrutura-se em cinco capítulos que visam responder cada uma das questões da pesquisa. Essa sequência de capítulos obedece uma linha de raciocínio em que, no capítulo I, abordamos a ciência geográfica nos estudos sobre a criminalidade e a violência, em que os pressupostos e fundamentos teorizados são importantes para referendar o capítulo seguinte, que constituiu o pano de fundo explicativo do estudo proposto. Portanto, cabe situar que a estrutura foi construída a partir de um viés hipotético-dedutivo e que será analisado no capítulo seguinte.

---

[30] Modo de operação. Esta expressão determina a maneira que determinada pessoa utiliza para trabalhar ou agir, ou seja, as suas rotinas e os seus processos de realização.

[31] Este recorte temporal deu-se em virtude da obtenção dos dados mais recentes sobre essas naturezas criminais, os quais foram sistematizados, disponibilizados e configuram dados completos e oficiais que deram uma análise mais concreta do que pretendemos apresentar.

No capítulo II, apresentamos as propostas teóricas e metodológicas em duas etapas complementares, onde adotamos o método hipotético-dedutivo a partir da análise de Sposito (2004), que dá o aporte principal sobre o fenômeno estudado e que embasam os procedimentos metodológicos adotados a partir do contexto proposto por Libault (1971), que definiu os indicadores, os instrumentos e as técnicas de pesquisa para análise e produção de conhecimento para a compreensão do avanço da criminalidade e da violência na capital.

O capítulo III contempla o resgate histórico de formação do Acre, ao passo que caracteriza o município de Rio Branco e as divisões das regionais administrativas pela Prefeitura Municipal de Rio Branco e as cinco divisões das regionais de segurança, propostas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.

O capítulo IV apresenta o cenário de mortes violentas no Brasil e no Acre e as estatísticas de homicídios e roubos na capital acriana, com a análise contextualizada dos eventos criminais dessa natureza ocorridos prioritariamente, na série histórica[32] de 2012 a 2016.

No capítulo V, contextualizamos o discurso da segurança pública no Acre e as políticas públicas vigentes para mitigação da criminalidade violenta na capital, com a contribuição do secretário de Segurança Pública do Estado do Acre em entrevista concedida para esta pesquisa; colocamos em pauta, uma reflexão sobre o sistema carcerário e direitos humanos no Brasil e no Acre.

A partir desse contexto explicativo, realizamos nossos esforços para desenvolver esta pesquisa de forma que possa contribuir de maneira prática à racionalidade de medidas que norteiam a segurança pública, sobretudo, levar à reflexão necessária de uma criminalidade que persiste em se estabelecer.

[32] Como série histórica da pesquisa, usamos a definição dada pelo IBGE onde, segundo um intervalo de tempo, essas informações são dadas pela natureza socioeconômica e demográfica de suas informações e, também, por apresentarem os conceitos das variáveis envolvidas, bem como, as mudanças que sofreram ao longo do período considerado, além da notificação, sempre quando for o caso, de alterações metodológicas na pesquisa geradora dos dados.

CAPÍTULO I - A GEOGRAFIA NOS ESTUDOS SOBRE A CRIMINALIDADE E A VIOLÊNCIA

"Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem."

(Bertold Brecht)

Figura 03 - Rio Acre e a Gameleira
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Junho, 2018.

A GEOGRAFIA NOS ESTUDOS SOBRE A CRIMINALIDADE E A VIOLÊNCIA

Nas últimas três décadas, intensificaram-se os estudos sobre a criminalidade e a violência. Enquanto perspectiva acadêmica, as bases teóricas que nortearam esta pesquisa são evidenciadas de forma multidisciplinar, adentrando outras ciências como a Filosofia, a Sociologia e a História.

Dentro desta perspectiva, das bases teóricas, refaz-se o percurso da importância da ciência geográfica aos estudos sobre essa temática, a partir das prerrogativas de geógrafos que discutem elementos essenciais, o que nos possibilita estabelecer uma relação explicativa entre os conceitos e suas recíprocas variações. Durante as narrativas, Claval, Raffestin e Haesbaert nos situaram sobre o espaço geográfico durante todo o processo científico. Trata-se de um resgate em que a ciência perpassa por diferentes causas e efeitos da violência, como um produto social, o que permite analisar todo o desencadeamento de um fenômeno que se encontra arraigado à sociedade mundial e que permanece resistente e cada vez mais atuante. Para situar a leitura da pesquisa, elaboramos o quadro referencial que trata dos teóricos consultados para a pesquisa.

Quadro 01 - Referencial Teórico

Área	Teórico	Conceito
Filosofia	Gaston Bachelard	Espírito científico
	Hannah Arendt	Violência; Condição Humana; Poder; Direitos Humanos
	Marilena Chauí	Violência; Condição Humana
	Michel Foucault	Violência; Prisões; Indivíduos
Geografia	Paul Claval	Espaço geográfico (território usado)
	Claude Raffestin	Território; Poder
	Rogério Haesbaert	Território
	Alexandre Diniz	Criminalidade e violência no Brasil
	Wagner Batella	Criminalidade e violência no Brasil
Sociologia	Zigmunt Bauman	Liquidez da sociedade
	Cláudio Beato	Criminalidade e violência no Brasil

Organizado pela autora, 2018

Segundo Bordin (2009), no Brasil, é crescente, na Geografia, as produções científicas relacionando a violência e o crime urbano, de forma a contribuir no aspecto da espacialização da criminalidade, bem como, na compreensão de como esses fatos originam-se e quais as consequências que eles geram, pautando em outras áreas do conhecimento científico.

É nesse contexto que destacamos Batella, Diniz e Teixeira (2008, p. 22), ao afirmarem que os primeiros estudos que envolvem a geografia do crime ocorreram na década de 70, nos EUA. No Brasil, pesquisadores geógrafos da PUC de Minas Gerais passaram a atentar para o espaço mais criticamente, realizando trabalhos que merecem destaque ao tratar sobre o fenômeno da criminalidade nas cidades médias mineiras.

Cabe destacar as pesquisas pioneiras realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unir, que se referem sobre a temática do crime de violência doméstica praticada contra a mulher na área urbana do município de Porto Velho, de Maria Ivanilse Ribeiro (2014) e, ainda, a forma como as mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina Estadual de Rondônia (Penfem) percebem e representam o espaço carcerário e suas expectativas para a vida pós-cárcere de Hellen Virgínia Alves (2017). As pesquisadoras debruçaram-se sobre a temática e contribuíram cada qual com a sua ótica, decisivamente, ao enriquecimento teórico de suas pesquisas. Os trabalhos foram elaborados sob a orientação da Profª. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva, coordenadora do GepGênero[33], que, com maestria, realizou importante contribuição aos estudos acadêmicos, sobretudo, quanto ao fenômeno da criminalidade violenta.

É salutar definir a fenomenalidade urbana, tal qual o que seria inerente aos espaços potencialmente urbanos, onde o fenômeno delitivo acontece, ao passo que insta saber em que medida a urbanidade, ou sua ausência, interfere na manifestação da violência.

Tal fenomenalidade apresenta uma escala e fisionomia progressivas. São notórios a mudança e o seu alcance, sobretudo o olhar que a sociedade lança sobre determinados tipos de crime, ou ainda, sobre as populações despossuídas e desprestigiadas (por *status* ou origem), que são quem, presumidamente, comete os crimes; sobre o lugar que elas ocupam na cidade e, sobretudo, a representatividade que essas populações podem estar sujeitas nos campos político e jornalístico.

Para Francisco Filho (2004, p. 27), uma geografia do crime configurar-se-ia da seguinte forma:

> O espaço urbano se apresenta como algo complexo, campo onde as relações humanas se estabelecem e se cristalizam nas suas formas e nas relações entre elas. É nesse espelhamento entre as ações e sua dinâmica no território que surge uma geografia do crime, em que cada ação de quebra da ordem e, consequentemente, de um ato de violação dos direitos do cidadão, adquire uma dinâmica e personalidade própria,

[33] Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero

> estabelecendo um conjunto de ações que se interligam a outros fenômenos urbanos, interferindo e moldando a percepção que cada indivíduo passa a ser do espaço onde vive, estabelecendo novas texturas e morfologias no crescimento do tecido urbano, como consequência final de todo o processo.

Essa configuração apresentada pelo autor pode representar a condição da maioria dos espaços, ao passo que denota a manifestação de sentimento de insegurança. Nesse contexto, Bauman (2007, p.7) expõe a passagem da fase sólida da modernidade para a líquida.

> [...] ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotina, padrões de comportamento aceitáveis) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las, e uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam.

Para ilustrar esse ponto, o sociólogo destaca que estamos vivendo em um estado de interregno[34], um momento no qual as pessoas não sabem o que fazer, onde as formas como aprendemos a lidar com os desafios da realidade não funcionam mais, diluindo certezas, crenças e práticas.

1.1.Violência: um fenômeno multifacetado

Durante a pesquisa, constatamos a vasta literatura e o interesse de pesquisadores ao conceituar a violência demonstrando suas multissignificações. Os conceitos aqui apresentados não pleiteiam apresentar uma concepção integral e acabada do que significa a violência, do seu enfrentamento ou, ainda, de concepções relacionadas em suas várias faces. Destarte que, não há um conceito universal que estime todos os atos percebidos socialmente como violentos.

Nesta perspectiva, a criminalidade é o resultado da violência, e esta não se reduz a manifestação mais explícita, a da agressão física, mas, sobretudo, pela forma que esta está diluída no cotidiano, implícita, e rotineiramente manifestando-se como um ato natural, cuja fundamentação não é interpretada ou diagnosticada.

Teoricamente, a violência[35], apresenta-se como um problema social e, portanto, não sendo exclusiva de nenhum setor e, assim, contribuindo com a evolução destas questões teóricas, Gauer (1999, p. 13) denota:

---

[34] De ausência de governo; em Estados que não têm reis.

[35] De outra forma, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) sustenta o conceito que define a violência ao "constrangimento físico ou moral, utilizada de forma intencional de força ou poder físico, por ameaça ou de fato, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulta ou tem alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, alterações do desenvolvimento ou privações. "

> [...] que a violência é um elemento estrutural, intrínseco ao fato social e não o resto anacrônico de uma ordem bárbara em vias de extinção. Esse fenômeno aparece em todas as sociedades; faz parte, portanto, de qualquer civilização ou grupo humano.

Caldeira (2000, p.57) reforça que "as experiências de violência tendem a ser específicas em cada classe. Embora todos os grupos sociais sejam vítimas do crime", corroborando às teorias de Gauer, de que não há um grupo privilegiado ou potencial, a violência sempre esteve presente e em todos os grupos sociais, sendo as classes trabalhadoras as mais vitimizadas pelos crimes violentos.

De um modo contrário aos princípios básicos e gerais que orientam o pensamento humano, Gauer (1999, p. 14) esboça que,

> [...] os tempos atuais assistem a uma escalada da violência com uma maior sensibilidade frente ao sofrimento humano. Os ícones da violência massificada no presente século trazem como resultado um estado geral de indiferença, no qual o bem e o mal expostos ao olhar, sem intermediação, tornam-se um simples dado do cotidiano, entre tantos outros, e talvez não o menos incômodo. Estabelece-se um estado de apatia, de tranquila "aceitação", tanto nos que aplicam a violência, direta o indiretamente, como naqueles que a sofrem diuturnamente.

Esta premissa é apontada por Arendt (1989, p. 128) ao tratar sobre a aceitação da sociedade quanto à banalização e rotinização da violência, sobretudo, ao excesso que tende a se cristalizar como um ato difícil de ser controlado.

> A perversidade humana, quando é aceita pela sociedade, transforma-se, e o ato deliberado assume as feições da qualidade psicológica inerente, que o homem não pode escolher nem rejeitar, que lhe é imposta de fora e que o domina de modo tão compulsivo como a droga domina o viciado. Ao assimilar e transformar o crime em vício, a sociedade nega todo responsabilidade e estabelece um mundo de fatalidades no qual os homens se veem enredados.

As formulações teóricas conceituais sobre a violência, em Hannah Arendt, são expressas no conjunto de sua obra. É à luz desse entendimento que a concepção arendtiana é centrada na condição humana, possibilitando um olhar que abrange o fenômeno em sua complexidade.

Com base no exposto, a postura crítica de Arendt (2016, p. 23) é expressiva, indicando o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, negligenciadas ao afirmar que "ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial".

Na obra Sobre a Violência, Arendt (2016, p. 73) compreende que poder e violência não se coadunam, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos, onde quer que

eles se destaquem; o poder é o fator primário e predominante, "onde um domina absolutamente, o outro está ausente".

É à luz desse entendimento que Chauí (2017, p.35) ressalta a definição e magnitude da violência como:

> 1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada).

Diferentemente, vemos em Foucault uma relação entre força e poder, que difere no discurso de Arendt. Para Foucault, o poder encontra-se por toda parte; o poder são as ações sobre as ações que ora se encontram no campo do direito, ora no campo da verdade. O poder deve ser entendido como uma relação flutuante. Não está em uma instituição e nem em ninguém. Assim, para estabelecer o poder, é preciso força.

Apesar da contrariedade nas acepções de Arendt e Foucault, consideramos que há uma proximidade nas abordagens discursadas. Quando a concepção arendtiana denota que a violência destrói o poder, e não o cria, mesmo considerando esse contexto, mas refletindo sobre os dados, acreditamos que as abordagens se aproximam. Se o poder não está presente quando a violência está, mas implicitamente a violência está com quem está no "poder", e se utiliza dela para manter o uso de violência para "corrigir a própria violência"[36] de forma que contribui sobremaneira para as análises dos dados e o seu entendimento. Ambos os teóricos norteiam a violência e é a partir desta, como objeto da pesquisa, que ora percebemos que a violência não está presente, mas o poder, sim.

Nesta compreensão, retomamos o que diz Bauman (2009) ao tratar da fluidez dos processos sociais, o qual denota que não somente a sociedade está se dissolvendo, mas as relações sociais, hoje, são muito fluídas e reconfiguram-se com muita facilidade. Talvez, as questões de resposta à violência já estejam dissolvidas dentro do processo social e precisamos de um novo olhar para essas questões, um olhar mais humano, mais integrador e, sobretudo, seja a forma que temos de superar esse aspecto da violência, ou ainda, refletir sobre alternativas

[36] Guerras civis; o poder exercido pelas forças policiais; força coercitiva e repressiva institucionalizadas; o modelo de prisão praticado no mundo, é a concretude dessa abordagem;

para vencê-la, diante da direção que se dá por uma série de valores e situações já dissolvidas, relações e estruturas sociais.

1.2. Crime e Criminalidade: aspectos conceituais

A criminalidade é a expressão dada pelo conjunto de infrações ou crimes e que são cometidas em determinado tempo e lugar. A criminalidade resulta, portanto, de crimes e violência, praticados em lugar e tempo definidos, marcando dessa forma o grau de risco para o indivíduo e para a sociedade.

Para Alvarenga (2004), é indispensável compreender como a criminalidade se apresenta em "locais[37]" distintos. Tais localidades apresentam uma produção espacial e uma dinâmica territorial que permite ou oportuniza um *modus operandi* de criminalidade e violência.

Já o crime é o resultado de uma prática contrária à lei penal, sendo devidamente previsto por ela. O Código Penal brasileiro prevê em seu artigo 1º que não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal, ou seja, somente são considerados crimes os fatos que já estejam previamente previstos em lei.

O sociólogo Ignacio Cano, coordenador do Laboratório de Análise da Violência da Uerj (LAV), em artigo intitulado "As origens da criminalidade", faz uma importante distinção conceitual entre crime violento e não violento.

> [...] o crime é um fenômeno causado por um amplo número de fatores de índole muito diversa. Obviamente, não há condições que garantam que uma pessoa cometerá crimes, mas é certo que determinados contextos favorecem mais a proliferação da delinquência. Quando se fala em crimes, fala-se na realidade de um conceito amplo que inclui realidades e dinâmicas diversas. A primeira grande diferença é a que separa o crime não violento do violento. Por sua vez, entre os violentos, costuma-se distinguir os crimes contra a propriedade, isto é, com motivação econômica, e os crimes contra a pessoa. As pessoas que cometem crimes violentos estão expostas elas mesmas a sofrer lesões ou morte, de sorte que, em termos de custo-benefício, desenvolvem uma atividade de alto risco e, em geral, de retorno limitado. Já os criminosos de classe média alta dedicam-se preferencialmente a delitos cometidos sem violência, com lucro muito maior. (CANO, 2002)

Foucault (1989) salienta que a desigualdade socioeconômica não constitui o único fator causador da violência, mas um conjunto de fatores que se correlacionam, causam-nos e fomentam-nos. Assim, afirma Foucault (1989, p. 135), em sua obra Microfísica do Poder, que:

---

[37] No contexto, o local discutido é o de oportunidade para uma ação criminosa, dada a um conjunto de variáveis espaciais, temporais e do vitimado.

> Ele rouba porque é pobre, mas sabe-se muito bem que nem todos os pobres roubam. Assim, para que ele roube é preciso que haja nele algo que não ande muito bem. Este algo é seu caráter, seu psiquismo, sua educação, seu inconsciente, seu desejo.

A ocorrência desses fenômenos não pode ser associada como uma regra da consequência de desigualdades sociais, haja vista que estamos diante de um cenário onde a maioria da população é afetada pela desigualdade e não recorre a meios violentos ou ilícitos para desviar-se dessa realidade, sendo esses fenômenos explicados, nesses casos, por traços de personalidades individuais.

Nesse contexto, enfrentamos um espaço com seus múltiplos particularismos, que refletem, sobretudo, na dinâmica criminal.

1.3. Espaço e território como categorias de análise geográfica

Geógrafos e outros teóricos como Claval, Haesbaert e Raffestin, delineiam o discurso do processo de análise geográfica empregados nesta pesquisa.

Adentrando nessa discussão, pontuamos, na Geografia, o espaço como categoria e que se impõe ao conceito de território e, neste, discutiremos a problemática do poder em sua relação indissociável com a produção do espaço geográfico. Nesse viés, torna-se o fio condutor para a compreensão dos motivos pelos quais esse mesmo espaço torna-se o *lócus* da desigualdade e, portanto, reflexo da violência.

Nessa perspectiva, o conceito de território utilizado coaduna-se com as reflexões propostas por Haesbaert (2014), Raffestin (1993) e Saquet (2015). Norteamos a pesquisa, onde o território é visto como espaço delimitado, controlado, sobretudo, no evidente exercício de algum tipo de poder. A relação entre território e poder é, aqui, discutida na perspectiva preeminente de que, para existir o território, o poder está implícito nesta relação dialética, e a forma como os grupos sociais espacializam-se, colidem na sua definição territorial.

Em vista disso, Haesbaert (2014, pág. 55) "[...] toma o pressuposto de que espaço, enquanto espaço geográfico, ou seja, aquele que parte da abordagem sobre a relação sociedade/natureza, é mais amplo que território – este sendo visto como um olhar sobre o espaço geográfico, que coloca seu foco nas relações de poder, isto é, enfatiza as relações espaço/poder".

Ainda em Haesbaert (2014, pág. 54), em sua definição territorial, reforça avaliar o uso que esses "agentes" fazem do território enquanto uma categoria da prática que, "por seu uso

indiscriminado e sem rigor, acaba não tendo a capacidade problematizadora, explicativa e mesmo mobilizadora que poderia ter".

Nestes termos, definidos por Haesbaert (2014), enquanto categoria da prática, sobretudo, no uso frequente e para consubstanciar as análises nas discussões dos resultados, usamos o território da violência e a zona da violência, haja vista que o fenômeno da violência e as naturezas criminais acontecem no que é o conceito do primeiro, e os agentes têm apenas uma relação com este território enquanto prática e, aqui, no contexto, a prática delinquente.

Enquanto "zona", sem colidir conceitualmente, tratamos como "o local", onde esse agente não se sente ameaçado; é a zona de conforto[38], é o local onde ele, o agente, ainda que delinquente, identifica-se. A concentração de vários agentes e um local definido, ora pelos resultados das análises, ora por declaração[39], definimos como zona de violência.

Destacamos as premissas de Raffestin (1993) e Saquet (2015 p. 86), onde denotam que "o território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social".

Esta relação de poder modifica o espaço então territorializado, firmando-se na perspectiva de um novo ponto de espaço, ora disputado por diversas vertentes ou atores, a exemplo, as igrejas, as lideranças comunitárias, e as organizações criminosas que se estabelecem em um espaço desenvolvendo suas práticas delitivas. Para Raffestin (1993), não existe vazio de poder. Onde o Estado não se faz presente, os agentes[40] tendem a territorializarem-se.

O território, como projeção espacial de uma relação de poder, perfaz uma relação social vigente conforme o tempo em que foram determinados, assim, são caracterizados como aduz Ferreira; Penna (2005, p. 157):

> [...] diferentes territórios da cidade não se definem apenas como uma base sobre a qual se formam as identidades urbanas, mas operam de forma ativa para a constituição dessas identidades sociais, sejam elas de posição social ou de violência.

---

[38] Conceitualmente, a zona de conforto é uma série de ações, pensamentos e comportamentos que uma pessoa está acostumada a ter e que não causam a ela nenhum tipo de medo, ansiedade ou risco. É uma região onde nenhum indivíduo sente-se ameaçado.

[39] Um agente, ainda que delinquente, declara o seu local de residência e/ou domicílio, registrados em diversos bancos de dados, seja no sistema penitenciário ou em outros órgãos de identificação (em juízo, nas audiências de custódia, nas delegacias, nos sistemas judiciário e da segurança).

[40] O conceito utilizado de agentes territoriais compreende todos os grupos sociais em um determinado espaço, ainda que delinquentes.

Partindo do pressuposto que o território é reflexo de diversas variáveis sociais, relacionadas culturalmente, socialmente, política e economicamente, a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que poderia "justificar" a territorialidade da violência. Como destaca Souza (1995, p. 78), o território "é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder".

Raffestin (1993, p.78) corrobora com essa abordagem afirmando que:

> [...] o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, como território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação, um espaço em que se delimita uma ordem jurídica e política, medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Ademais, é no território que esses diferentes aspectos do processo social articulam-se, completam-se e contradizem-se, admitindo a possibilidade que a violência se territorialize. O território não é o espaço, todavia, está ancorado nele em função das relações de poder constituídas no processo em que os indivíduos territorializam o espaço.

Haesbaert (2014) corrobora ao afirmar que a territorialidade incorpora uma dimensão mais política, mas que também diz respeito às relações econômicas e culturais e que está ligada ao modo como as pessoas utilizam esse território, e este tem a sua funcionalidade, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável.

Souza (2016, p. 87) traz um importante questionamento: "quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?". Para o autor, o poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio dele. Portanto, ao territorializar-se, a violência fixa no espaço aquelas condições inerentes aos processos que lhe deram origem e, assim, os realimenta.

Em vista dessa realidade, Saquet (2015, pág. 32) denota que "o poder é produzido nas relações, em cada instante; não é uma instituição, mas o nome que se dá a uma situação complexa da vida em sociedade".

Aliado a Foucault (1989, p.82):

> O poder não é alguma coisa que se adquire (...); o poder se exercita a partir de inumeráveis pontos e no jogo de relações desiguais e móveis; (...) onde há poder, há resistência (...). Isto significa o caráter estritamente relacional das relações de poder.

Para se entender melhor esse raciocínio, voltemos às reflexões de Arendt sobre o conceito de poder. Para ela, o poder "não pode ser armazenado e mantido e reservado para casos

de emergência, como os instrumentos da violência: só existe em sua efetivação" (ARENDT, 2015, p. 212).

Tal reflexão é revista em outra importante obra de Arendt (2016, p.11), ao afirmar que o poder não é algo palpável e, sim, uma qualidade natural de um indivíduo, correspondendo à habilidade humana de agir em uníssono, em comum acordo; ou seja, ao afirmar que alguém "está no poder, estamos na realidade nos referindo ao fator de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome".

Divergindo em Arendt, Tavares dos Santos (2002), no contexto da microfísica da violência, reflete sobre o poder mantido por alguns indivíduos e, na caracterização desta, o mais perigoso é a própria racionalidade apresentada pela violência, que exerce o controle de espaços específicos dentro de um território.

Tavares dos Santos (2002, p. 25) compreende: "a violência se manifesta com o outro mediante o uso da força e da coerção, isto significa estarmos diante de uma modalidade de dispositivo que produz um dano social"; ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano, e o homicídio é a manifestação deste.

A abordagem é multidimensional, no que tange às relações de poder, que se traduz numa compreensão ampla do território como espaço de poder e violência, onde a violência manifesta-se, inicialmente, em um território por seus agentes; migra para outro território, ou seja, desterritorializa. A violência migra, reinicia o ciclo e, assim, nota-se a sequência óbvia e lógica do que apresentamos no ciclo abaixo. Ocorre a reterritorialização da violência, ocupação por novos agentes, ou até os mesmos agentes. A presença do Estado ou algum outro componente mitigador ou de oportunidade cessa a ação de territorialização e, ao mesmo tempo, oportuniza ou dá condições para esses agentes reterritorializarem-se.

Figura 04 - Ciclo da violência
Organizado pela autora, 2018

CAPÍTULO II - MÉTODO E METODOLOGIA: OS CAMINHOS PERCORRIDOS

"[...] a procura das coisas perdidas é dificultada pelos hábitos rotineiros e é por isso que dá tanto trabalho encontrá-las."

(Gabriel Garcia Marquez)

Figura 05 - Faxinalense do Faxinal Sete Saltos de Baixo, entorno de Ponta Grossa/PR.
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Outubro, 2017

2.1. A escolha do método: A violência a partir de uma análise hipotético-dedutiva

Esta pesquisa requereu a aplicação do método hipotético-dedutivo, por entendermos que a abordagem precisa atingir um grau maior que o quantitativo, dado por aproximações estatísticas, em razão do fato de que existem hipóteses de que a violência é um fato social presente em todas as sociedades. Os estudos relacionados à violência, em sua maioria, evidenciam a correlação de variáveis no que tange às características do indivíduo, à temporalidade e ao espaço geográfico onde o fenômeno delitivo acontece, tendenciando a identificar o perfil dos indivíduos ou os espaços mais propensos à criminalidade, produzindo uma geografia do crime, de forma que direcione a subsidiar políticas públicas, mas de relevância limitada para o conhecimento teórico sobre o enredamento da violência.

Ao caracterizarmos o método, Bachelard (1983, p. 122) indica "o método é verdadeiramente uma astúcia de aquisição, um estratagema novo, útil na fronteira do saber", onde o método científico é "aquele que procura o perigo [...] e a dúvida está na frente, e não atrás", dessa maneira "não é o objeto que designa o rigor, mas o método" (1983, p.122).

Sposito (2004), inspirado em Japiassu & Marcondes (1990), denota que o método hipotético-dedutivo é aquele "através do qual se constrói uma teoria que formula hipóteses a partir das quais os resultados obtidos podem ser deduzidos, com base nas quais se podem fazer previsões que, por sua vez, podem ser confirmadas ou refutadas" (SPOSITO, 2004, p. 29-30).

O método hipotético-dedutivo defende em primeiro lugar o aparecimento do problema e da conjectura, que serão testados pela observação e experimentação. Assim, a construção de conjecturas está baseada nas hipóteses, isto é, caso as hipóteses sejam verdadeiras as conjecturas também serão.

Assim, para que pudéssemos iniciar uma investigação científica baseada no método hipotético-dedutivo, foi necessário propor algumas conjecturas até que pudesse ser lançada uma hipótese inicial de trabalho.

Partindo dessa concepção, ao descrevermos sobre todos os elementos apresentados na análise e discussão de resultados, obtidos a partir da atividade de campo, inferimos argumentos que nos levaram a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

A abordagem destacada durante as análises revela uma subjetividade implícita, a partir dos dados do espaço geográfico, em que as abordagens quantitativas são incapazes de explicar

por que entre os indivíduos com as mesmas características, e ocupando a mesma posição estrutural, alguns cometam atos violentos e outros não, direcionando a análise desta pesquisadora sob este enfoque. Na concepção de Sposito (2004, p. 34), "o objeto estudado é posicionado a montante, influenciando o pesquisador e os seus conhecimentos, mesmo que a neutralidade científica seja um pressuposto básico".

Portanto, o método utilizado, somado à metodologia empregada sobre os dados sistematizados, resultou em uma análise interpretativa, ancorada sob a perspectiva de uma pesquisa qualitativa, uma vez que a temática não tem por objetivo apresentar somente medidas numéricas, mas utilizar análise interpretativa e contextualizada.

2.2. Procedimentos metodológicos: A metodologia de Libault

A metodologia que norteia essa pesquisa é uma adaptação da proposta apresentada por Libault (1971), que divide as pesquisas geográficas em quatro etapas distintas, e que se integram para atingir os objetivos propostos, mantendo o controle operacional da investigação científica, sendo o nível compilatório, o nível correlatório, o nível semântico e o nível normativo apresentados na figura 06.

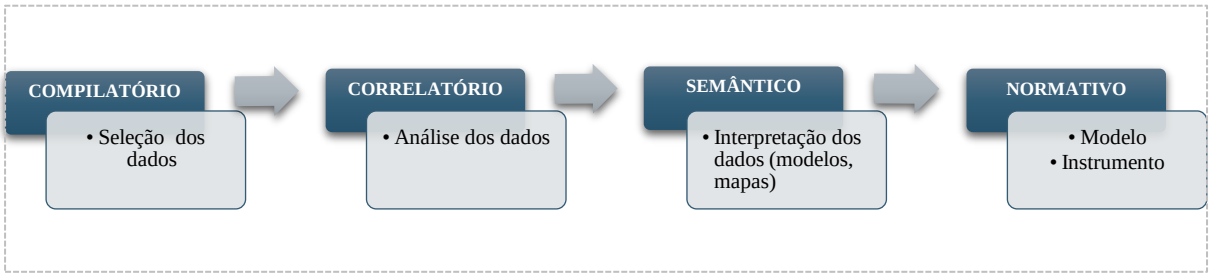


Figura 06 - Os quatro níveis de pesquisa de Libault (1971).
Fonte: Libault (1971). Organizado pela autora, 2018.

Nível compilatório: É a fase inicial da pesquisa, é onde são definidos a área de estudo, o levantamento bibliográfico do referencial teórico, seleção e coleta dos dados necessários e as fontes de pesquisas (instituições) para subsidiar as etapas posteriores.

Nível correlatório: Esta etapa refere-se à análise dos dados selecionados no nível compilatório, ao passo que são definidos os indicadores e as variáveis segundo os seus atributos, de forma que apresente o maior número de coeficientes que possam ser integrados possibilitando variadas

correlações apresentadas na forma de estatísticas ou mapas temáticos, resultando em um modelo de estudo a fim subsidiar as discussões dos capítulos seguintes da pesquisa.

Nível semântico: O nível semântico corresponde à etapa qualitativa da pesquisa, é o momento que os dados são interpretados após correlacionados, gerando informações que fomentaram a discussão da pesquisa.

Nível normativo: No nível normativo são apresentadas as principais conclusões obtidas e representados por meio de gráficos, tabelas, quadros e mapas, gerados com a utilização de *softwares* traduzidos em instrumentos ou modelos aproveitáveis.

2.3. Indicadores de análise: homicídios e roubos

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o quantitativo de homicídios[41] e roubos[42] como os indicadores de criminalidade na capital, uma vez que, são modalidades de crime adequadas para se avaliar a dimensão da violência urbana, pois além de despertar maior reação moral e institucional, tem uma menor possibilidade de subnotificação, não desprezando a relevância de outras modalidades criminais, mas por acreditar que são as naturezas que despertam o maior interesse da academia e a possibilidade de encontrar uma vasta bibliografia a partir de uma perspectiva muldimensional[43] nas pesquisas de teóricos clássicos da literatura como Becker (1968), Stigler (1970) e Ehrlich (1973).

Para esses teóricos, a escolha racional de cometer um crime é resultado de um processo de maximização de utilidade esperada, expressa na equação de ganho, risco e custo da ação criminosa.

De acordo com Becker (1968, p.170), "o crime é uma importante atividade econômica ou uma "indústria"; acreditando ser possível calcular o custo social de cada atividade criminosa. Da mesma forma, Stigler (1970, p.56) acredita que *"there is one decisive reason why the society*

[41] Homicídio no direito penal, é o ato que consiste em uma pessoa matar a outra.
[42] Roubo no direito penal, é o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, previsto no artigo 121, p. 1-2 do Código Penal Brasileiro.
[43] Com capacidade de abranger, tratar dos múltiplos aspectos de (algo).

must forego "complete" enforcement of the rule: enforcement is costly"[44]. Isso significa que parte da variação da ocorrência de um crime deve-se ao custo que a sociedade está disposta a pagar para tornar o crime menos atraente ou que geram uma maior perda coletiva; em tese, crimes contra a vida e crimes contra o patrimônio têm mercados distintos, justificando a análise em separado destas modalidades criminais.

Ehrlich (1973) defende que as atividades legais também são parte da equação. Mais precisamente, os ganhos e os custos de atividades legais e ilegais são elementos indispensáveis para análise da "economia do crime".

Com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social no Brasil, restou definido utilizar a mesma proposta[45] aplicada em pesquisas dessa natureza por Beato, Peixoto e Andrade (2004), no que tange aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)[46], o homicídio doloso[47] e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte, tais como o roubo seguido de morte (latrocínio[48]), estupro seguido de morte, lesão corporal dolosa[49] seguida de morte, e todos os outros crimes seguidos de morte[50].

Dada à natureza da pesquisa no que tange aos objetivos específicos, não aprofundaremos de forma agrupada os crimes violentos e dolosos. Portanto, as bases de dados utilizadas nesta pesquisa contemplam as principais variáveis que são encontradas nas circunstâncias dos CVLIs, demonstradas na Figura 07.

---

[44] Tradução livre pela autora: *"Há uma razão decisiva para que a sociedade renuncie à aplicação "completa" da regra: a execução é dispendiosa".*

[45] Metodologia de contagem de Crimes Violentos Letais Intencionais (Senasp).

[46] A sigla CVLI foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ) e compreende homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.

[47] O homicídio doloso é quando uma pessoa mata outra intencionalmente, previsto no artigo 121, p.1-2 do Código Penal Brasileiro.

[48] Soma de todos os casos de roubo em que a violência utilizada resultou na morte da vítima, previsto no Código Penal, artigo 157, §3º, *in fine*.

[49] Soma de todos os casos de lesão corporal seguida de morte (ofensa voluntária à integridade corporal ou à saúde de outrem, resultando na morte involuntária da vítima), previsto no Código Penal, artigo 129, § 3º.

[50] Soma de todos os demais delitos previstos no Código Penal (contra a pessoa, contra o patrimônio ou de outra natureza) e em legislação especial, que resultaram na morte da vítima, exceto aqueles já contabilizados anteriormente como homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e o roubo seguido de morte (latrocínio). Incluem-se aqui, por exemplo: ⎪ Maus tratos com resultado morte; ⎪ Abandono de incapaz ou de recém-nascido com resultado morte, ⎪ Arremesso de projétil com resultado morte; ⎪ Extorsão mediante sequestro com resultado morte; ⎪ Tortura resultando em morte; ⎪ Descarte de material genético com resultado morte; ⎪ Incêndio; ⎪ Explosão, ⎪ Remoção de órgãos com resultado morte; ⎪ Induzimento, Instigação ou auxílio ao suicídio; Devem-se incluir ainda nesta rubrica os casos de infanticídio (infantes mortos pela própria mãe durante o parto ou logo após) e os casos de aborto, previsto no único; 267, § 1º etc.); bem como, diversas leis especiais, que definem crimes que resultem em morte, por exemplo: Lei 9.434/97, art. 14, § 4º (Transplante de órgãos); Lei 9.455/97, art. 1º, § 3º (Tortura) e os art. 250, 251, 256 do CP.

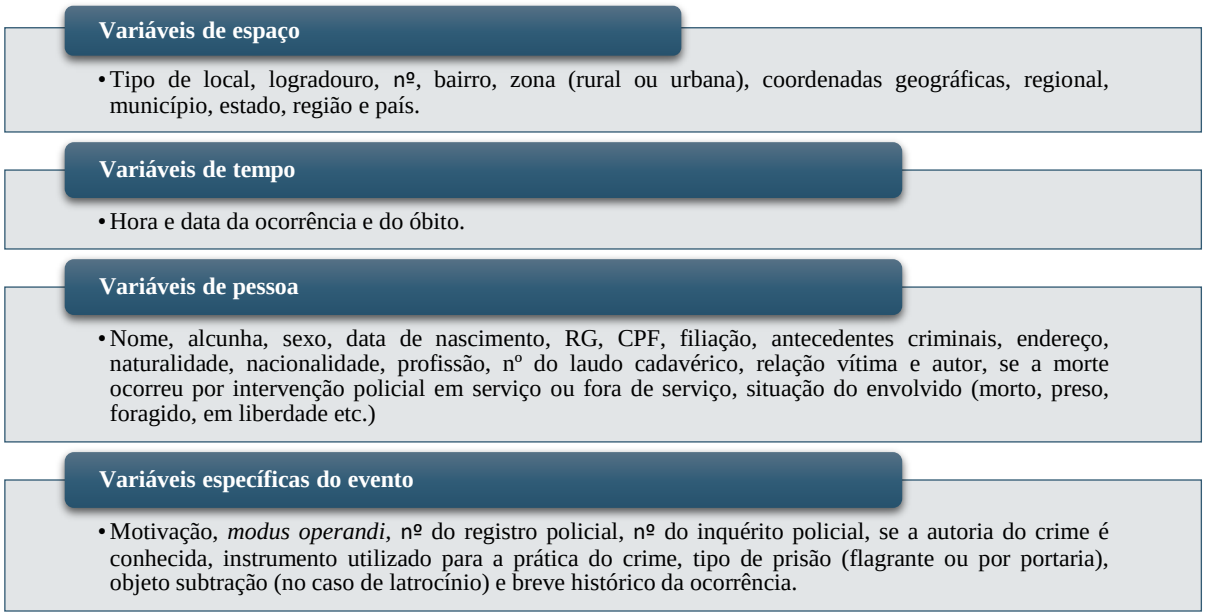


Figura 07 - Principais variáveis encontradas nas circunstâncias dos CVLIs.
Fonte: Observatório de Análise Criminal. Organizado pela autora, 2018

Ao realizarmos as análises nos dados sobre os indicadores de roubo, consideramos as variáveis propostas na figura 08. As variáveis quando correlacionadas aos dados secundários, apresentaram dados mais consistentes na contextualização.

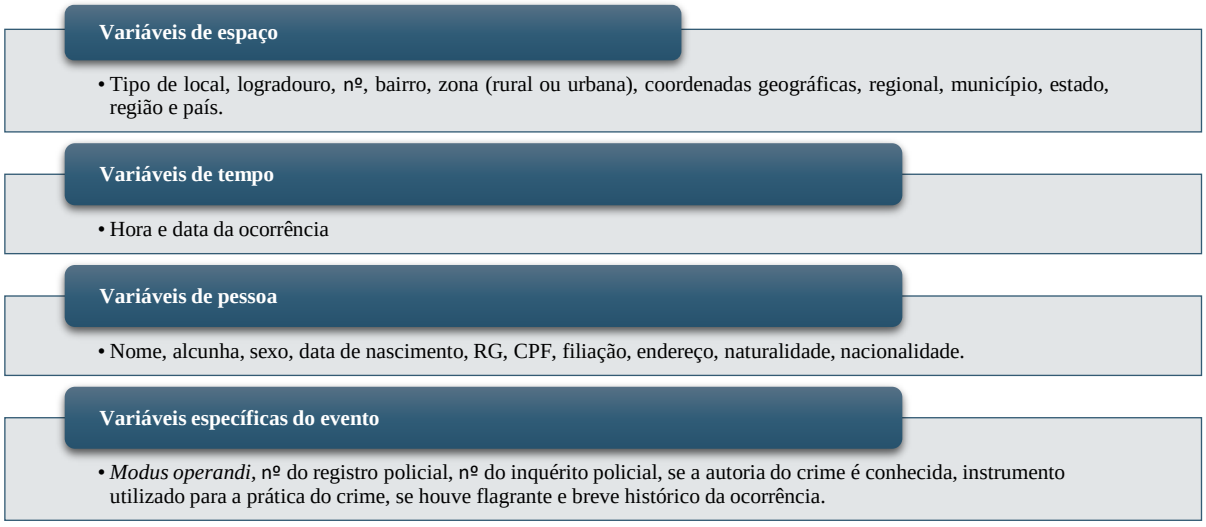


Figura 08 - Principais variáveis encontradas no roubo
Fonte: Observatório de Análise Criminal. Organizado pela autora, 2018

2.4. Base de dados e Fontes da pesquisa

As bases de dados referentes aos indicadores de homicídios e roubos utilizados na pesquisa foram extraídas a partir das informações disponibilizadas pelas instituições que integram a notificação de homicídios e roubos e a de dados secundários[51]. Por meio da tabela 01, é possível observar a base de dados empregada, o recorte espacial, a série histórica utilizada e a fonte consultada.

Tabela 01 - Base de dados e fontes para a pesquisa

Base de Dados	Recorte Espacial	Série Histórica	Fonte
Dados Demográficos	Brasil, AC e Rio Branco	2006 a 2016	IBGE
Bases Cartográficas	Brasil, AC e Rio Branco	Atualidade	SMDGU
Vítimas fatais	Mundo e Brasil	2016	OMS
Informações do sistema penitenciário brasileiro	Brasil e AC	2016	Depen
Informações do sistema penitenciário brasileiro	Brasil	2016	Infopen Mulheres
Reeducandos da URS-FOC	Rio Branco	Atualidade	Sipen
Boletins individuais de ocorrência	AC e Rio Branco	2012 a 2016	Sigo
Histórico de homicídios	AC e Rio Branco	2012 a 2016	OAC/NAT/MPAC
Histórico de roubos	AC e Rio Branco	2012 a 2016	OAC/NAT/MPAC
Frequência de homicídios	AC e Rio Branco	2012 a 2016	Ciosp
Frequência de roubos	AC e Rio Branco	2012 a 2016	Ciosp
Anuários da segurança pública	Brasil, AC e Rio Branco	2011 a 2017	FBSP
Organizações criminosas	AC	Atualidade	Gaeco

Organizado pela autora, 2018.

É importante destacar que a conciliação entre a disponibilidade de dados confiáveis, ferramentas automatizadas e capacidade técnica-analítica que possibilitaram trabalhar com várias categorias de dados e informações criminais e suas variáveis, capazes de determinar padrões e tendências improváveis de serem analisados ‘manualmente’. Durante as análises, são consideradas ainda, o cenário vigente à época, que interferem nas estatísticas, alguns aspectos, sobretudo o político, que interferem sobremaneira nos dados, não foram tratados, ou vinculados aos resultados, salvo os dados de 2011, que houve um decréscimo relevante, o qual destacamos na contextualização dos resultados.

[51] Dados já publicados anteriormente que não foram coletados em prol da pesquisa em questão, mas que estão disponíveis para consultas.

2.5. Instrumentos de produção de conhecimento

Bachelard (1996, p. 18) nos incita a refletir que “para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído”. Para produzirmos um conhecimento válido e subsidiário proposto na pesquisa, utilizamos das análises estatística, espacial e criminal sob o viés da inteligência criminal. Tais instrumentos nos permitiram responder às questões da pesquisa, ou ainda, parte delas, sobretudo, sob o fulcro que não pretendemos com esta pesquisa, esgotar ou buscar exaustivamente respostas que expliquem as motivações da frequência das naturezas criminais pesquisadas, mas, propor uma reflexão sobre os dados apresentados que refletem no cotidiano das pessoas independente de fatores socioeconômicos, ambientais, culturais e políticos.

Mensurar índices, calcular taxas e acompanhar a evolução de indicadores são análises estáticas que resultam na elaboração de tendências do objeto em estudo; a análise espacial na concepção de Klosgen e Zytkow (2002, p.243-244) compreende “os dados espaciais que têm como objetivo representar fenômenos ocorridos no mundo real através de alguns modelos de representações básicas”, são procedimentos automáticos realizados em plataformas intermediárias de cruzamento de informações; a análise criminal, apreende processar sistematicamente as informações já analisadas estatística e espacialmente, de forma que resulte em uma demonstração no que se refere ao aumento, estabilidade ou o declínio de uma natureza criminal específica.

Sobre as estatísticas, Foucault (1987) orienta a entendê-las como parte do poder disciplinar e como um elemento de poder dos Estados modernos, as informações criminais, oficiais, fornecem não somente dados sobre crimes, mas também o ciclo de funcionamento de uma sociedade.

Nesta concepção, Dantas *et al*. (2006), assevera que a inteligência e a análise criminal são instrumentos de produção de conhecimento que coletam, processam e disseminam informações sobre o crime, criminoso e questões conexas. Contudo, faz a seguinte distinção:

> Inteligência é o conhecimento das condições passadas, presentes e projetadas para o futuro de uma comunidade, em relação aos seus problemas potenciais e atividades criminais de forma que possa alertar para um perigo potencial, esse processo descreve um tratamento dado a uma informação para que ela seja útil para uma atividade operacional e corresponde a uma característica da ocorrência de um determinado delito, segundo o qual pelo menos uma mesma variável daquela ocorrência se repete em outra, ou outras ocorrências ao longo do tempo (antes e/ou depois). A categoria de

> variável repetida pode ser o dia da semana, hora, local, tipo de vítima, descrição do autor, *modus operandi* ou outra variável qualquer da ocorrência sob análise.

Quanto ao recurso de utilizarmos a valoração por taxas, adotamos o critério utilizado nas pesquisas desta natureza e que são expressas pelo número de vítimas observadas para cada 100.000 habitantes, tomando como parâmetro a taxa de homicídios considerada aceitável pela ONU, de 10 homicídios para cada 100.000 habitantes e; para o cálculo das taxas por 100 mil habitantes, são utilizadas estimativas elaboradas com base no Censo do IBGE de 2018, recém-publicado.

Quanto a este critério, foram observadas, as taxas de criminalidade no que tange ao período de 2012 a 2016, procurando compará-las às taxas observadas nos anos anteriores, porém, destacando os últimos cinco anos como recorte temporal da pesquisa, de forma que pudéssemos identificar padrões e alterações na incidência de homicídios e roubos, tanto em relação às suas características sazonais quanto à evolução no longo prazo, analisados de acordo com a divisão regional adotada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre.

Os estudos comparativos contribuem sobremaneira à produção do conhecimento, trazendo resultados que propiciam análises dentro de um contexto, ao passo que se justifica o recorte em cinco anos, sobretudo, pela mudança de cenários, não sendo confiável determinar o aumento da criminalidade e da violência numa série histórica muito longa, dada as variações influenciadas pelo contexto socioeconômico e político do período a ser analisado.

Um outro recurso importante, sobretudo na visualização da concentração de fenômenos delitivos, é a utilização de uma plataforma de geoprocessamento, a exemplo, o ArqGis, para a construção de mapas temáticos, de forma que possa ser elaborada uma representação da concentração e migração de uma natureza criminal. Uma tipificação sugerida e adotada na pesquisa, foi a elaboração de mapas com a apresentação de "*hot spot"* (ponto quente), que demonstram uma concentração em um determinado período, dada a sazonalidade ou migração de um crime.

2.6. Trabalho de campo como instrumento de análise geográfica

Como escreve Bachelard (2005, p. 12), é "observando que as coisas nos 'falam' e que, por isso temos, se dermos pleno valor a essa linguagem, um contato com as coisas [...]".

De acordo com Minayo (1994, p.53), a pesquisa de campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Para isso, decidimos como recorte espacial, o perímetro urbano e as margens do rio Acre, que “cortam” as 3 (três) regionais administrativas de segurança de Rio Branco.

O trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo.

Nesse aspecto, montamos um acervo fotográfico de todos os bairros, para que pudéssemos ter um contato mais direto com a realidade social e, possivelmente, identificar outros condicionantes que colaborassem com as análises empreendidas no objeto da pesquisa.

A seguir, descrevemos as etapas anteriores em dois momentos, representados pelas figuras 09 e 10 que tratam do roteiro metodológico da pesquisa:

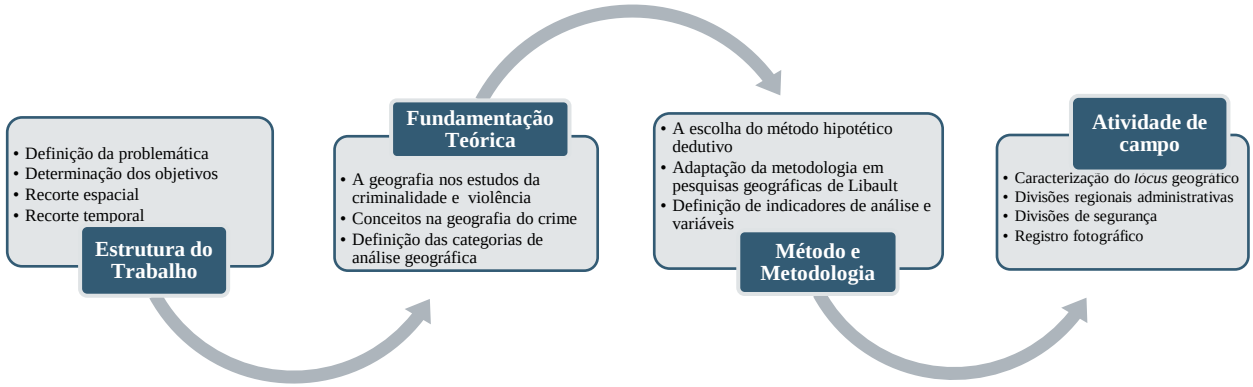


Figura 09 – Primeira etapa do roteiro metodológico da pesquisa.
Organizado pela autora, 2018

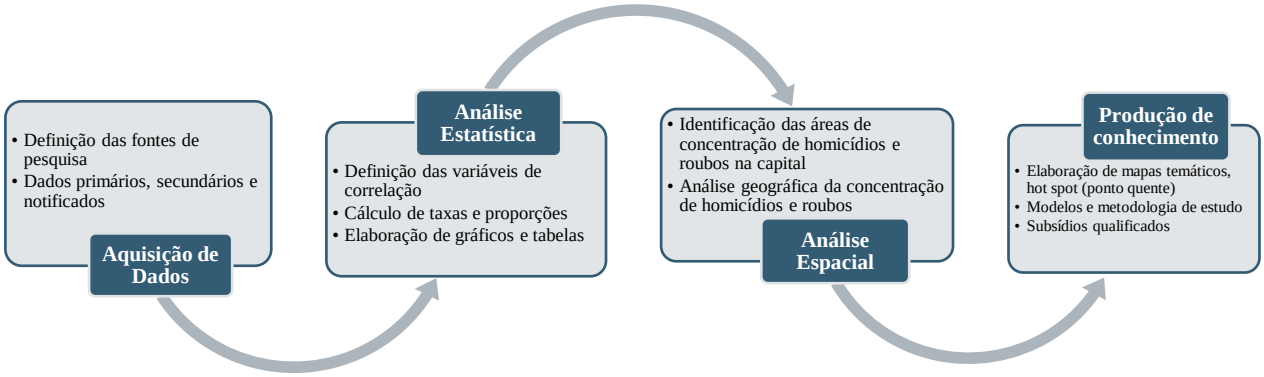


Figura 10 - Segunda etapa do roteiro metodológico da pesquisa.
Organizado pela autora, 2018

Assim, o roteiro e suas etapas acima apresentadas foi instrumentalizado sequencialmente, em atendimento a proposta da pesquisa mencionada no início deste capítulo.

CAPÍTULO III - O ACRE, A CIDADE DE RIO BRANCO E AS DIVISÕES REGIONAIS

"Ser forçado a descer naquele horror, mesmo que se aterre incólume, é ficar onde se desceu e morrer sepultado na sombra".

(Marquês de Pinedo - sobre a Amazônia)

Figura 11 - Pontes sobre o rio Acre, perímetro urbano.
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Junho, 2018

3.1. O Acre: Aspectos históricos de formação

Dados do IBGE apontam que o Acre possui uma população estimada em 869.265 mil habitantes (2018) distribuídos em 22 municípios.

O Acre está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, Região Norte, entre as latitudes de -7°06´56 N e longitude - 73º 48' 05"N, latitude de - 11º 08' 41"S e longitude - 68º 42' 59"S. Sua superfície territorial é de 164.123,737 km^2 (2017), correspondente a 4% da área amazônica brasileira e a 1,9% do território nacional.

O processo de formação do Estado do Acre foi envolto por conflitos armados. Ao correlacionarmos ao tema da pesquisa, em um breve resgate histórico e de configuração cultural, pontuamos alguns aspectos relacionados à segurança pública.

Silva (2017, p. 31), respaldado em farta e diversificada documentação, faz um importante resgate da formação populacional na historiografia acriana na primeira década do século XX, quando das Revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910) foi decretada a pena: o desterro para a Amazônia[52].

> [...] a expulsão do Rio de Janeiro para a Amazônia representava na prática uma ida sem volta daqueles que à ela foram enviados contra suas vontades. [...] havia subjacentes muitos significados negativos relacionados à simbologia de isolar e penalizar homens e mulheres para o interior dos *sertões*. Por isso, foram condenados ao desterro nas *regiões do Acre*.

Os desterros foram adotados pelo governo federal como medidas de "limpeza" daqueles que divergiam às normas ou provocavam revoltas populares, daqueles que estavam em presídios e até os que cometeram alguns delitos como roubos, furtos, jogos de azar, prostituição (à época, uma aversão a essa atividade), dentre outros nessa seara e, ainda, àqueles que não se enquadravam nesse perfil de “criminosos”; eram os homens, mulheres e crianças pobres e trabalhadores que foram apanhados na rua em protesto ao governo e às medidas civilizatórias que estavam sendo implantadas.

A partir dessa concepção, a lógica dos desterros para o Acre, evidenciou-se uma iminente violação dos direitos humanos de que a lei não foi aplicada para a criminalidade, mas

---

[52] Era comum referir-se à Amazônia como *Inferno verde* e a expressão “ir para o Acre”, no *Dicionário Houaiss* (2001), é sinônimo de morrer, em voga desde a segunda metade do século XIX, quando chegam os primeiros migrantes na região para trabalharem na extração do látex. Muitos morriam acometidos por doenças endêmicas da região.

para as classes sociais, ao inclinar um olhar diferenciado aos contemplados com o desterro, como afirma Silva (2017, p.126):

> [...] daquele dado aos militares de alta patente, aos políticos influentes e jornalistas que em ambos os eventos forma também acusados de sedição, processados e continuaram no Rio de Janeiro, presos, anistiados e, em seguida, todos retornando a vida pública. [...] não foram "premiados" com o desterro, [...] denota a percepção que aos acusados de sedição oriundos dos estratos sociais mais baixos – e para a população de uma maneira geral – o tratamento punitivo era também diferenciado. Isso refletia as particularidades de uma sociedade onde predominava e muito as distinções de posição, status e poder

Destarte que, a história do estado do Acre é maculada de graves conflitos desde a sua origem. Os conflitos fundiários estabelecidos na região, somado aos desterros[53], caracterizou a região acriana como sinônimo de morrer; daí, o surgimento da expressão "ir para o Acre", que culminava em uma espécie de morte simbólica, pois quem ao Acre destinava-se, entrava para o rol daqueles de quem não se tinha mais notícias no lugar de onde partira. Os jornais, à época, faziam menção à expressão, como demonstrada na figura 12.

Figura 12 - Charge "Para o Acre".
Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Charge. Gazeta de Notícias, nº 331, de 26/11/1904

[53] Mais de duas mil pessoas foram desterradas do Rio de Janeiro para o Acre pelo governo federal como criminosos políticos, sem condenação judicial, por participarem das revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910).

Nessa perspectiva, Silva (2017, p. 314) retoma o modelo estudado por Foucault (1987, p. 198), de prisão celular, com a quebra de certas sociabilidades como método de controle sob olhar vigilante do poder, ao caracterizar "o espaço de confinamento dos desterrados era ao mesmo tempo o espaço da pena. [...] a Amazônia acriana era simbolicamente uma espécie de prisão sem grades para aqueles sujeitos considerados como 'epidemias morais'".

Estima-se que mais de 2 mil pessoas foram desterradas para a Amazônia. É nesse contexto que os condenados ao "acricídio" foram a demonstração de como as autoridades calavam aqueles que eram subversivos à lógica de discursos e práticas do então governo republicano, e revela, em grande medida, sobre as relações de domínio e das profundas desigualdades sociais vigentes no Brasil.

Paralelamente aos desterros, ocorria a disputa às terras acrianas, culminada pela Revolução Acreana, marco da incorporação do então Território do Acre ao Brasil, pela assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903. O dia 15 de junho de 1962 representou uma nova trajetória do povo Acre. O então presidente João Goulart assinava o decreto que conferia ao território federal do Acre a categoria de estado, com autonomia política e administrativa e, significativamente, a criação de uma identidade acriana.

As instituições não eram definidas à época, em face disso, o personagem em destaque era os seringalistas, donos da vida e da morte de seus subordinados, agravando-se durante o período de território federal, pois, quando alguém era preso, o pedido de *habeas-corpus* era encaminhado para Manaus (AM), de navio, e demorava meses.

A crise social que se instalou na década de 70, a partir de um novo modelo econômico, e o desumano êxodo rural, substituindo o extrativismo pela pecuária, culminou na expulsão de famílias inteiras das terras que ocupavam, sendo obrigadas a migrarem para a cidade, multiplicando o cenário de ordem social e o econômico, creditando o aumento da criminalidade na capital.

Tocantins (2001, p. 73) destaca que "o fluxo migratório seringais-cidade culminou numa ocupação desordenada na capital, iniciando a prática das "invasões", nome regional usado para designar terrenos públicos ou privados invadidos por trabalhadores para construção de moradias, e que dão origem a novos bairros populares sem nenhuma infraestrutura básica."

Esses eventos históricos aqui apresentados não tencionam justificar a expansão da criminalidade no estado, mas propõe uma reflexão sobre o processo de formação do Acre, sobretudo um olhar diferenciado para o Acre na Amazônia.

3.2. O Acre e a Tríplice Fronteira[54]

Com uma extensão territorial de 445 km no sentido norte-sul e 809 km entre seus extremos leste-oeste, o estado do Acre, em suas divisas internacionais, possui uma extensa faixa de fronteira seca[55] com a Bolívia, que corresponde a 618 km e cerca de 1.350 km com o Peru, ocupando uma localização estratégica para a integração da América do Sul com os mercados da América Central, Ásia e Oceania, dado ao acesso à rodovia Transoceânica, estrada que liga o Brasil aos portos do oceano Pacífico, que dentro do Brasil começa na BR-364, em Porto Velho (RO), e, no Acre, continua pela BR-317, demonstrado na figura 13.

Figura 13 - Fronteiras do Brasil.
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea. Relatório Institucional 2017. Organizado pela autora, 2018

[54] Lugar comum que une os limites territoriais e políticos de três países diferentes.
[55] Divisa entre dois lugares onde não existe um rio, lago, ou oceano separando, apenas uma delimitação simbólica (em terra) de que ali acaba um e começa o outro.

O Relatório Mundial sobre Drogas de 2018[56] aponta que os maiores produtores de cocaína são a Colômbia, o Peru, a Bolívia e a Venezuela; o Paraguai lidera a produção de maconha. O Peru e a Bolívia, juntos, são responsáveis por mais de 10% do cultivo de cocaína no mundo.

Os dados do relatório (2015) destacam, ainda, que temos mais de 255 milhões de consumidores no mundo e que representam uma profunda transformação no enredamento dos padrões de uso das drogas, bem como, na acepção em grupos por idade e gênero, tornando o mercado mundial da droga um negócio promissor.

No que tange ao estado do Acre, os fatos demonstram o grau de vulnerabilidade a que estamos expostos. Demonstrado pela figura 14, é possível observar todos os municípios do estado do Acre situados na faixa de fronteira. Dos 22 (vinte e dois) municípios acrianos, 17 (dezessete) deles estão em uma posição geográfica frágil, composta basicamente por mata fechada, inúmeras bacias hidrográficas, o que contribui sobremaneira para entrada e saída do tráfico de entorpecentes, armas de fogo, furtos e roubos de carros e criminosos foragidos.

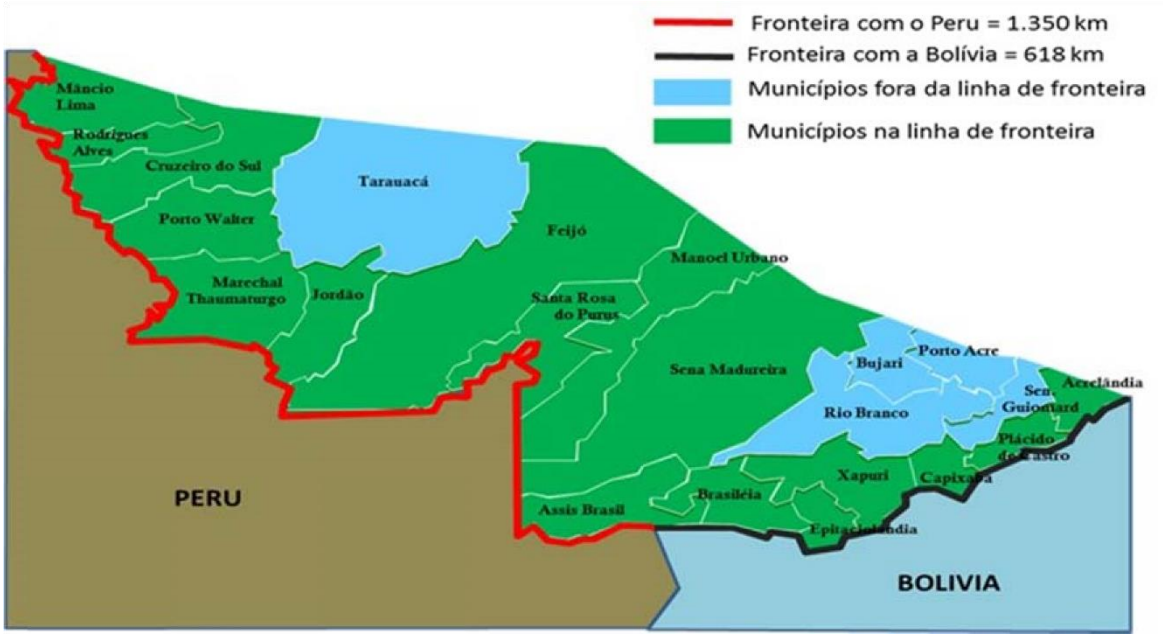


Figura 14 - Estado do Acre e a extensão da fronteira com a Bolívia, Peru e municípios.
Fonte: Anuário 2016. Observatório de Análise Criminal do MPAC. Organizado pela autora, 2018

[56] Documento oficial do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (Unodc), que reúne os principais dados e análises de tendências sobre a produção, o tráfico e o consumo de drogas ilegais em todo o mundo. Os dados são compilados pelo Unodc a partir de questionários enviados aos países-membros e compõem um documento de referência para nortear as políticas globais sobre drogas.

O quadro 02 demonstra a configuração desses municípios em sua posição, no lado acriano, na condição de municípios lindeiros. Dispostos especificamente ao longo da linha limítrofe, encontram-se: Acrelândia, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Walter, Rodrigues Alves, Sena Madureira e Xapuri. Ademais, recebem a classificação como cidades-gêmeas[57], os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Santa Rosa do Purus. Estes configuram o território dos municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, e sua sede localiza-se no limite internacional. Objetivamente, a existência destas cidades configura o desejável processo de integração entre os países.

Quadro 02 - Municípios do estado do Acre situados na linha de fronteira

Municípios		**Tipo de Fronteira**	**População (2018)**[58]
1	Acrelândia	Município Lindeiro-Bolívia	15.020
2	Assis Brasil	Cidade Gêmea - Peru/Bolívia	7.300
3	Brasiléia	Cidade Gêmea - Bolívia	25.848
4	Capixaba	Município Lindeiro-Bolívia	11.456
5	Cruzeiro do Sul	Município Lindeiro-Peru	87.673
6	Epitaciolândia	Cidade Gêmea - Bolívia	18.122
7	Feijó	Município Lindeiro-Peru	34.675
8	Jordão	Município Lindeiro-Peru	8.159
9	Mâncio Lima	Município Lindeiro-Peru	18.638
10	Manoel Urbano	Município Lindeiro-Peru	9.336
11	Marechal Thaumaturgo	Município Lindeiro-Peru	18.430
12	Plácido de Castro	Município Lindeiro-Bolívia	19.565
13	Porto Walter	Município Lindeiro-Peru	11.720
14	Rodrigues Alves	Município Lindeiro-Peru	18.504
15	Santa Rosa do Purus	Cidade Gêmea - Peru	6.362
16	Sena Madureira	Município Lindeiro-Bolívia	45.177
17	Xapuri	Município Lindeiro-Bolívia	19.048

Fonte: Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração na Faixa de Fronteira; quantitativo populacional extraído do IBGE. Organizado pela autora, 2018

[57] Estabelecido pela Portaria n° 215 de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional, publicado no Diário Oficial da União.
[58] Dados do IBGE, 2018.

De um modo geral, a linha limítrofe entre os dois países, particularmente, os trechos definidos por linhas secas e hidrovias, tornam-se facilmente caminhos alternativos e, somado a cobertura insuficiente de fiscalizações, um ambiente propício aos criminosos, que preferem trafegar através dessas rotas, ao passo que aliciam os ribeirinhos, colonos, indígenas e produtores familiares que ocupam essas matas e têm acesso as áreas urbanas de suas cidades, apoiados no transporte de grandes quantidades de entorpecentes e armas de fogo que abastecem as quadrilhas e facções nos grandes centros urbanos, visto que a presença de guarnição nesses locais é comprometida em razão de algumas dificuldades, como a capacidade logística e operacional que são insuficientes para atender à demanda mínima verificada em tais localidades, sobretudo as de difícil acesso.

Os aspectos geográficos dos 17 municípios acrianos reafirmam as dificuldades com as quais os órgãos estaduais deparam-se na oferta do serviço de segurança às comunidades longínquas e isoladas, os rios são as estradas; temos a maior bacia hidrográfica do mundo, bem como, no combate ao narcotráfico e demais crimes fronteiriços[59].

De um modo geral, a realidade na fronteira é diversa, de acordo com as peculiaridades da região na qual está inserida. Possui um modelo exclusivo de organização parametrizado por uma estrutura legal bastante complexa.

Isso reflete em uma crise humanitária e sem precedentes, na Venezuela, e que tem se traduzido em uma proporção que afeta sobremaneira a cidade de Boa Vista, a capital de Roraima. Estima-se que, só na capital, há mais de 25 mil venezuelanos.

No que concerne ao fluxo econômico nesses municípios, é predominante o comércio e a venda de combustível, principais atrativos para os brasileiros. Todavia, é evidente a transformação socioeconômica nessas áreas ao constatarmos a decadência de seringais que cederam o lugar às fazendas, e a exploração madeireira passou a representar uma das principais fontes econômicas para as populações da região. Os setores da agropecuária, administração pública, serviços e indústria, representam, nessa ordem, a economia em todos os municípios do Acre.

---

[59] Definido pelo Ministério da Defesa os crimes de Tráfico de Drogas; Tráfico internacional de armas de fogo, munições e explosivos; Contrabando, pirataria e descaminho; Evasão de divisas; Roubo e Furto; Rota de veículos de procedência ilícita; Imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil e tráfico de pessoas; Refúgio de criminosos.

Quanto aos crimes que ocorrem nas regiões de fronteira do Acre com os países vizinhos, temos o homicídio, tráfico de drogas; prostituição com exploração sexual infantil; exploração ilegal de recursos naturais; furto de animais; contrabando de armas; roubo e furto de veículos; imigração clandestina e refúgio para criminosos.

As informações apresentadas nos levam a uma primeira reflexão, de que as fronteiras são vistas como espaços de conflitos e não na sua concretude de espaço de oportunidades de integração e desenvolvimento, sobretudo, por ser evidente a participação limitada do poder público. Diante do exposto, torna-se necessário questionarmos em como pensar a Amazônia no ponto de vista de fronteira em suas peculiaridades.

3.3. Rio Branco: a capital

Rio Branco, a capital do estado do Acre, possui uma área de 8.834,942 km². Geograficamente, limita-se ao norte com os municípios de Bujari e Porto Acre; ao sul, com os municípios de Xapuri, Brasiléia e Capixaba; a leste, com o município de Senador Guiomard, e a oeste, com o município de Sena Madureira. A figura 15 demonstra a posição geográfica de Rio Branco, destacando a área de estudo com as dez regionais administrativas urbanas.

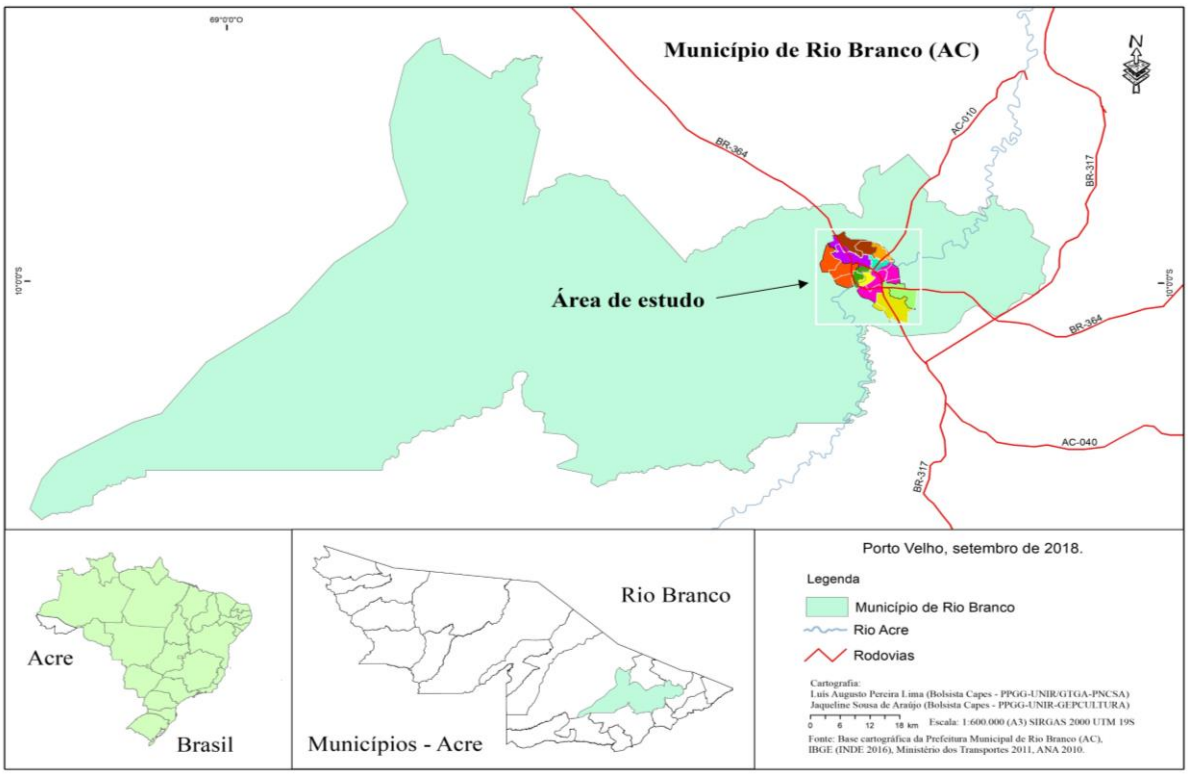


Figura 15 - Posição geográfica de Rio Branco.
Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB. Organizado pela autora, 2018

Versão em A3 ⟶

Estima-se, com base nos dados do Censo Demográfico de 2018 do IBGE, que a zona urbana de Rio Branco conta com 401.155 habitantes. A cidade é cortada pelo rio Acre, dividida em primeiro e segundo distritos. As cidades mais populosas do estado do Acre são: Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá e Sena Madureira. Abaixo, a figura 16, da vista área de Rio Branco e as primeiras pontes construídas, na parte central da cidade.

Figura 16 - Vista aérea do perímetro urbano da cidade e pontes sobre o rio Acre.
Fonte: CAETANO, Edson. Vista aérea de Rio Branco. Outubro, 2014

3.4. Regionais urbanas administrativas

A prefeitura municipal de Rio Branco dividiu a cidade em dez regionais urbanas administrativas, demonstradas na figura 17 (pág. 67), regulamentadas pela Lei Municipal 2.166 de 14/01/2016[60]. Cada regional possui peculiaridades, já que foram definidas com base em

[60] Altera a Lei 2.030 de 23/12/13, que trata sobre a denominação de delimitação dos logradouros públicos, bairros, regionais administrativas, limites cartográficos e regionais urbanos.

fatores socioeconômicos, compreendendo bairros e conjuntos com características semelhantes. Sete regionais estão localizadas no 1º distrito; e as outras três, no 2º distrito. Conjuntamente, as cinco regionais são compostas por aproximadamente 195 bairros.

O processo acelerado de ocupação nos bairros teve seu início durante a década de 70 e início da década de 80 e, hoje, compõe a maioria dos bairros da capital, resultante da dinâmica de expansão da fronteira acriana com seus feitos sobre a estrutura fundiária. A ocupação na cidade de Rio Branco, aliada à falência dos seringais acrianos, contribuíram para a intensificação do movimento das populações para a periferia da cidade, ocasionando o surgimento de várias ocupações irregulares, as "invasões" que, depois, constituiriam a maior parte dos bairros da capital.

Desde 2008, vem sendo implementada uma Política de Regularização Fundiária, por parte do governo do Estado, através da Secretaria de Habitação e Urbanismo (Sehab), Instituto de Terras do Acre (Iteracre) e Prefeitura Municipal de Rio Branco (PMRB).

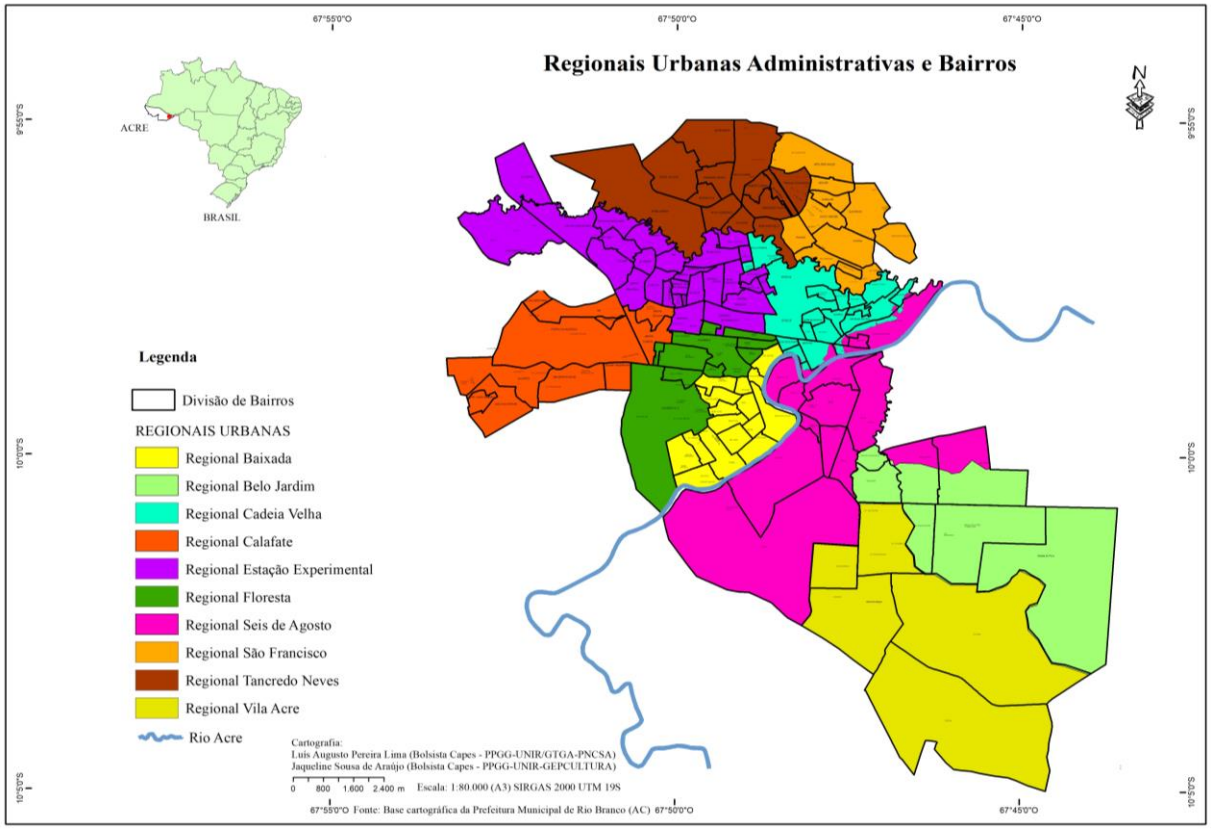


Figura 17 - Mapa das Regionais urbanas, administrativas e bairros.
Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB. Organizado pela autora, 2018.

Versão em A3 ⟶

3.5. Regionais de Segurança urbanas

Em virtude aos objetivos da pesquisa, para a análise e discussão dos resultados, adotamos a divisão proposta pela Secretaria de Segurança do Estado, a qual consiste na divisão em 5 (cinco) regionais de segurança urbanas[61], instituídas em 2010, com a proposta de seguir o mesmo modelo que o estado de Minas Gerais adotava.

O conceito de regionais, usado pela Secretaria de Segurança Pública, consiste em aproximações dos bairros constituídos por lei ou reconhecidos pela população, caracterizando-se por relativa homogeneidade em termos sociais, econômicos e ambientais. Assim, a capital foi subdivida em cinco áreas, que apresentam internamente características socioeconômicas similares, possibilitando explorar as dimensões da segregação espacial[62] em uma escala representativa dos seus bairros.

Cada uma dessas áreas conta com uma Delegacia Regional, que tem como função registrar Boletins de Ocorrências de furto, extravio de documentos, vias de fato, lesão corporal dentre outros crimes, inclusive em casos de flagrante delito, exceto quando a sua especificidade se enquadrar em alguma das outras delegacias especializadas.

Na divisão pelas cinco regionais, a mais populosa é a 4ª Regional, que conta com 34,1% do total; e a menos populosa é a 1ª Regional, que compreende 12,7% da população. A tabela 02 demonstra a distribuição estimada de habitantes por regional.

Tabela 02 - Número de habitantes, valores absolutos e relativos, em Rio Branco e nas Regionais

Rio Branco e Regionais	Habitantes	
	abs.	%
Rio Branco	**401.155**	**100**
1ª Regional	50.947	12,7
2ª Regional	97.480	24,3
3ª Regional	55.761	13,9
4ª Regional	136.794	34,1
5ª Regional	60.173	15

Fonte: Censo Demográfico de 2018 do IBGE; Prefeitura Municipal de Rio Branco. Cálculos e projeções realizados pela autora, 2018.

[61] Criada na gestão de governo de Binho Marques (PT).
[62] Concentração de classes sociais onde há uma grande diferença de renda, condições de moradias e serviços entre os grupos, em determinadas regiões ou bairros de uma cidade.

Nos últimos 3 (três) anos, houve um significativo aumento da população da 2ª Regional, considerando a transferência de famílias de pelo menos onze bairros alagadiços[63] para as casas habitacionais da Cidade do Povo.

Na figura 18, é possível observar as delimitações de cada regional de segurança. A regional de segurança compreende uma área de atuação da Polícia Civil do Estado do Acre. Cada uma dessas áreas conta com uma Delegacia Regional que tem como função registrar Boletins de Ocorrências (BOs) de furto, extravio de documentos, vias de fato, lesão corporal, dentre outros crimes, inclusive em casos de flagrante delito; exceto quando a sua especificidade se enquadrar em alguma das outras delegacias especializadas[64].

Aliada à política de segurança, a capital é atendida pelo Batalhão da Polícia Militar, instalado em cada regional, e objetiva realizar o policiamento ostensivo, diuturnamente e com várias modalidades de patrulhamento, por viaturas, motocicletas, rádio e cavalaria.

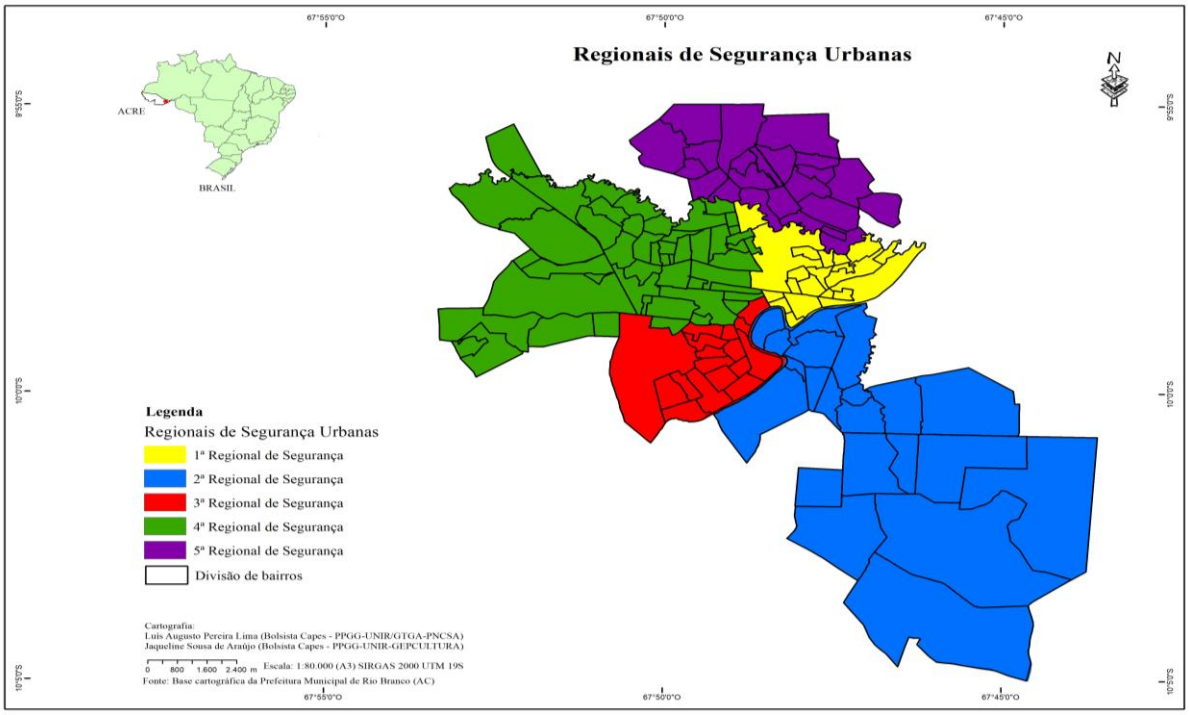


Figura 18 - Mapa das cinco regionais de segurança.
Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB. Organizado pela autora, 2018.

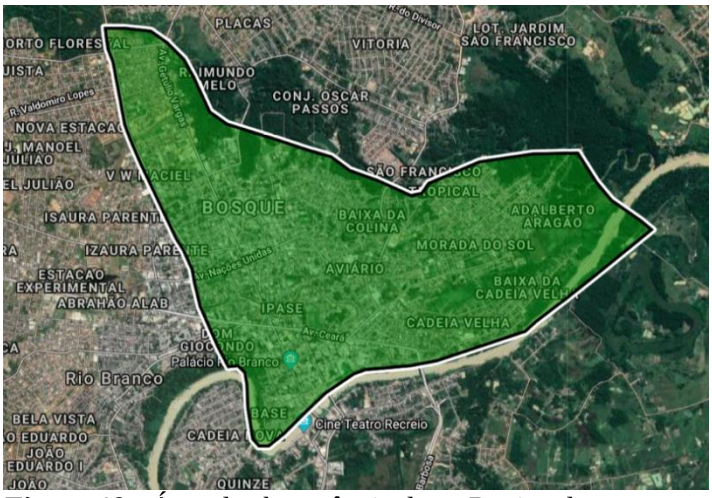
Versão em A3 ⟶

[63] Famílias que residiam nas áreas de risco de Rio Branco, dos bairros Ayrton Senna, Baixa da Colina, Baixada do Habitasa, Capitão Ciríaco, Cidade Nova, Cadeia Velha, Preventório, Seis de Agosto, Triângulo Novo, Taquari e Adalberto Aragão.

[64] Delegacia de Flagrantes – Defla; Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam; Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima – Nucria; Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente – Depca; Delegacia Antiassalto da Polícia Civil – Dapc; Polícia Interestadual – Polinter; Grupo Especial de Capturas da Polícia Civil – Gecapc; Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE.

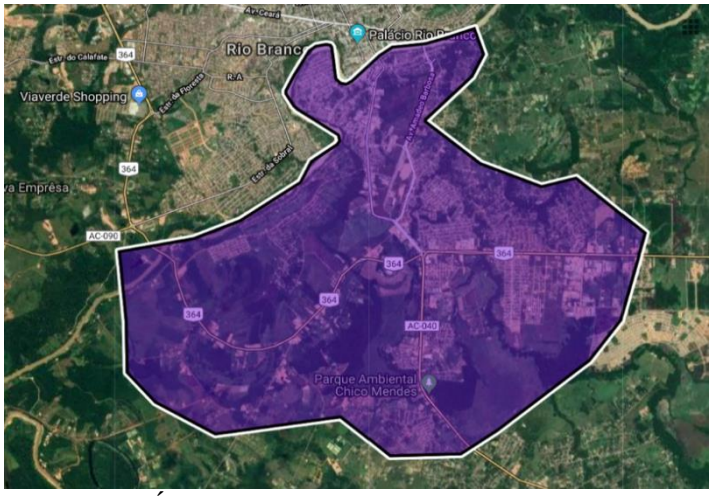
Uma portaria da Secretaria de Polícia Civil do Acre (Sepc), publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em 02/05/18, redefiniu os horários de atendimento ao público de 7h às 14h nas unidades periciais, sede administrativa, departamentos internos da Direção Geral e na Corregedoria. Nas delegacias regionais, após esse horário, priorizam os trabalhos investigativos e operacionais, exceto Defla, Deam e Depca, permanecendo com o atendimento de 24 horas.

As figuras de 19 a 23 demonstram a área de abrangência de cada regional de segurança e o bairro de localização no qual está situada. Após, trataremos detalhadamente, as características de cada regional.



Delegacia da 1ª Regional
Bairro: Cadeia Velha

Figura 19 - Área de abrangência da 1ª Regional.
Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre



Delegacia da 2ª Regional
Bairro: Seis de Agosto

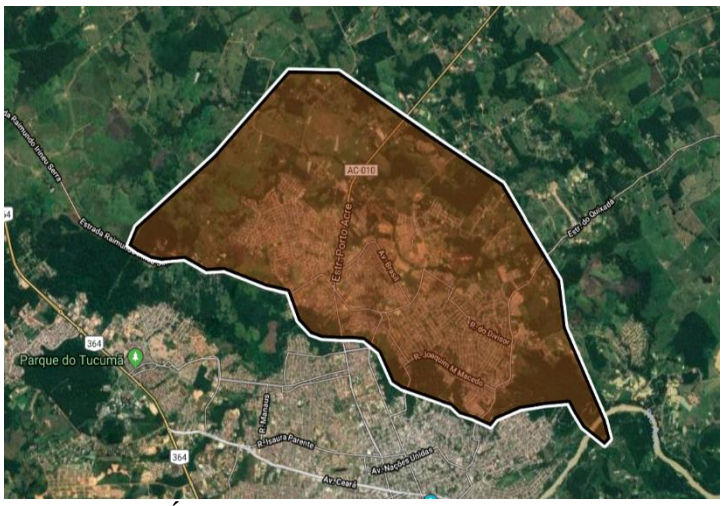
Figura 20 - Área de abrangência da 2ª Regional.
Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre

Delegacia da 3ª Regional
Bairro: Aeroporto Velho

Figura 21 - Área de abrangência da 3ª Regional.
Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre

Delegacia da 4ª Regional
Bairro: Conjunto Tucumã

Figura 22 - Área de abrangência da 4ª Regional.
Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre



Delegacia da 5ª Regional
Bairro: Adalberto Sena

Figura 23 - Área de abrangência da 5ª Regional
Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre.

As cinco regionais utilizadas pela Segurança Pública são demonstradas na figura 24, através de uma sobreposição no mapa das regionais administrativas da capital.

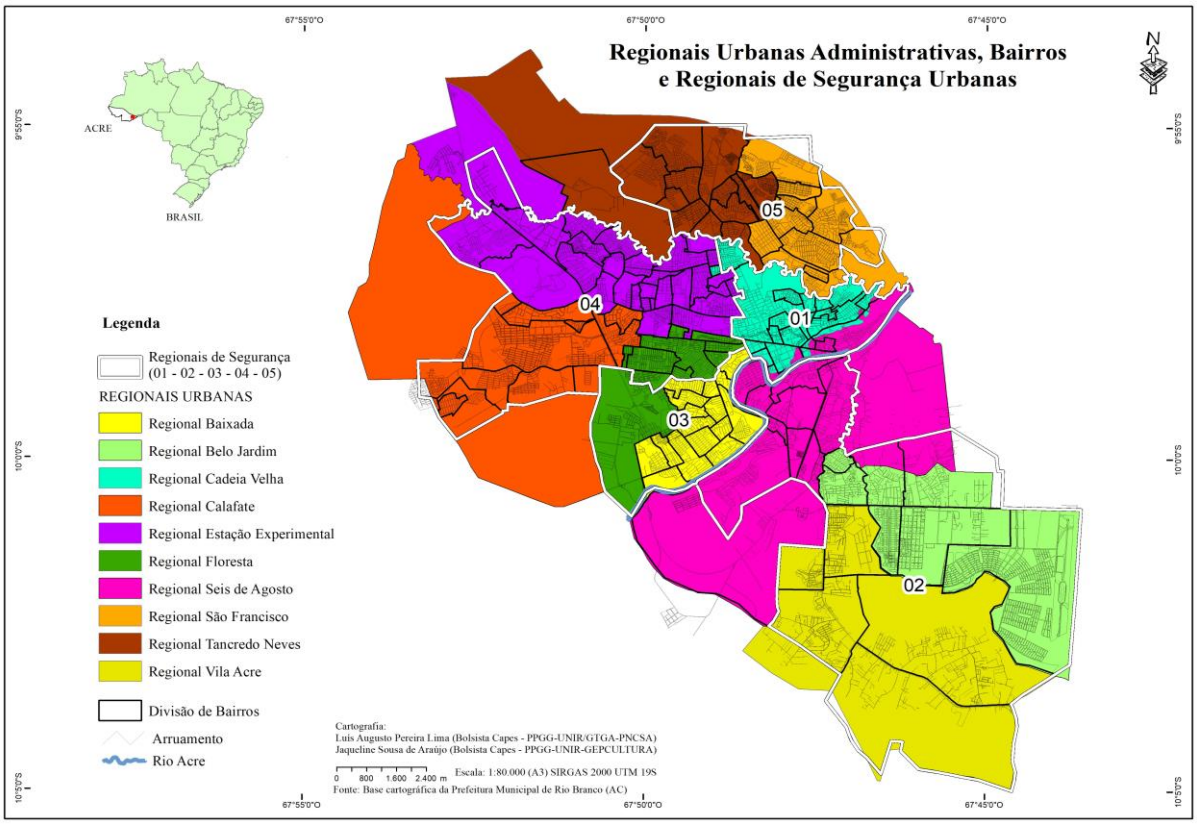


Figura 24 - Sobreposição do mapa das regionais de segurança sob o mapa das regionais administrativas.
Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB. Organizado pela autora, 2018

Versão em A3 ⟶

Na figura, é possível observar a abrangência geográfica de cada regional de segurança em km^2, destacados com a numeração de cada regional, informação utilizada para os planejamentos em segurança pública.

Tabela 03 - Tabela de abrangência em km^2 por regional de segurança urbana

Regionais	Abrangência
1ª Regional	9,3 km^2
2ª Regional	66,4 km^2
3ª Regional	12,5 km^2
4ª Regional	35,6 km^2
5ª Regional	19,1 km^2

Fonte: Base cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco. Cálculos e projeções realizados pela autora, 2018

3.6. Caracterização por Regional de Segurança Urbana

A 1ª Regional é constituída, aproximadamente, por 22 bairros, e a população é estimada em 50.947 mil habitantes. É considerada a regional menos populosa da capital.

É a área a que chamamos de "centro da cidade", a mais antiga e melhor estruturada de sistema de coleta e esgoto; dotada de organizações de saúde pública (Pronto Socorro e Maternidade) e privada; agências bancárias; praças; rede hoteleira; escolas públicas e privadas em boa parte dos bairros; concentração do centro comercial da capital; terminal e linhas de ônibus; órgãos públicos do legislativo, executivo e judiciário; biblioteca pública; supermercados; mercado de produtores agrícolas; pontos de catraia[65]; pontos turísticos e bairros de classe média e média alta. Destacamos o Parque da Maternidade, uma obra de 6 km, inaugurada em 2002, e que abrange parte da cidade e com diversas funcionalidades para práticas de caminhada, esporte adulto e infanto-juvenil, e concentra ainda uma biblioteca, museu, praças, restaurantes e lanchonetes em toda a sua extensão. A figura 25 demonstra o recorte que representa a 1ª Regional de Segurança, e nela é possível visualizar o "corte da cidade" pelo rio Acre.

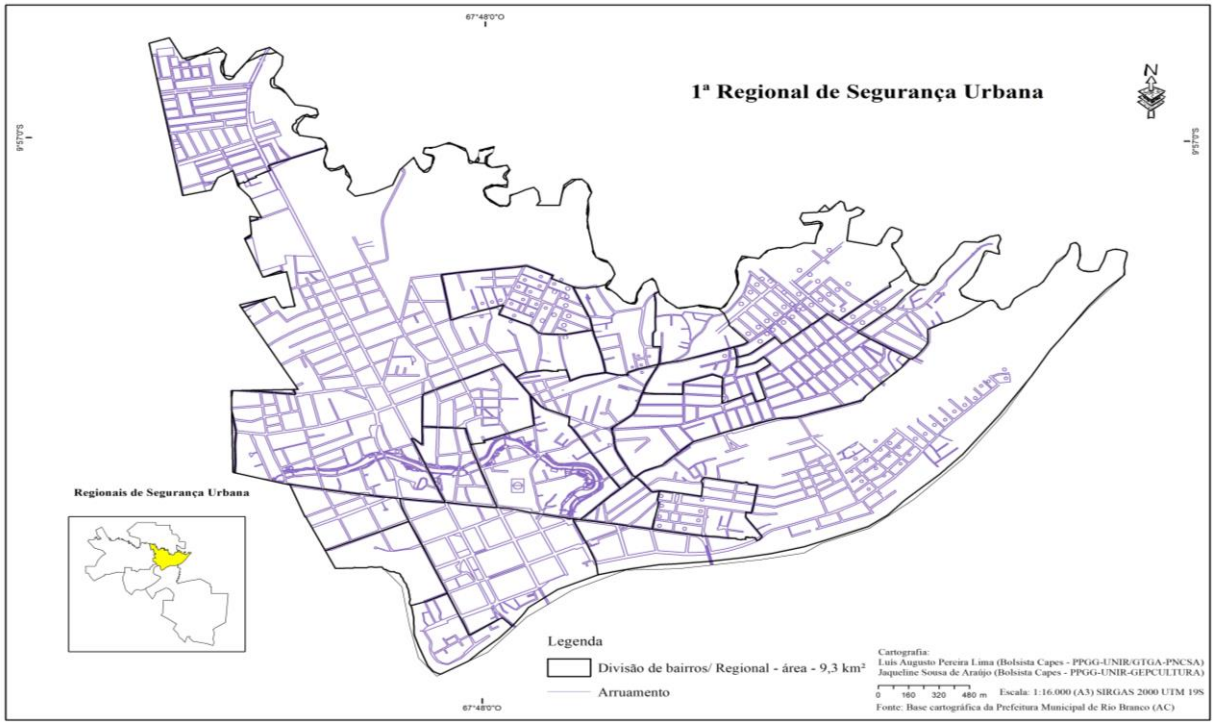


Figura 25 - Mapa de logradouros da 1ª Regional de Segurança Urbana
Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB. Organizado pela autora, 2018.

Versão em A3 ⟶

[65] Embarcação miúda robusta, de duas proas, para serviço nos rios, açudes, portos, praticagem e pesca.

As figuras 26 e 27 retratam a parte central da cidade, o bairro mais antigo e a entrada de acesso ao Parque da Maternidade.

Figura 26 - Bairro Ipase, o mais antigo na parte central da cidade
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Junho, 2018

Figura 27 - Entrada do Parque da Maternidade

A 2ª Regional é constituída por 26 bairros e 179 vias rurais, e a população é estimada em 97.480 mil habitantes. Compreende a segunda região de segurança mais populosa.

No início de formação da cidade, as construções e instituições concentraram-se na margem direita do rio, hoje conhecida como 2º distrito. Em 1908, a sede da prefeitura mudou-se para a margem esquerda, atual 1º distrito, iniciando, assim, a futura mudança da cidade para aquela margem. É, ainda, uma das principais áreas de invasão da cidade, em reflexo ao fluxo migratório da década de 70.

A 2ª Regional concentra monumentos naturais e culturais do estado do Acre, como a histórica Gameleira, Tentamen, Cine Teatro Recreio, monumento erguido à bandeira acriana, parques, casas comerciais, residências antigas e unidades básicas de saúde.

Concentram-se nessa região as principais vias de acesso aos outros municípios e a BR-364 que dá acesso a outros estados, bem como, o terminal rodoviário internacional, em face disso, é a rota com maior fluxo de passagem de veículos de médio e grande porte. Contempla, ainda, pequenas indústrias, pequenos sítios e chácaras, e vários pontos de açudes e igarapés.

Essa regional é uma das mais afetadas no período da cheia do rio Acre. Destacamos a Cidade do Povo[66], um empreendimento financiado pelo PMCMV e governo estadual, para a

[66] Projeto habitacional inaugurado em 22/05/14, idealizado pelo Governo do Acre, do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal para beneficiar as famílias que sofriam com as enchentes, moradores de áreas alagadiças, com capacidade para 50 mil pessoas.

oferta de moradias dignas para a população que ocupam as áreas de risco da capital. O processo de transferência teve seu início em 2015. A dinâmica para a seleção das famílias para a ocupação das casas deu-se através da Secretaria de Habitação do Estado do Acre (Sehab). Os imóveis em áreas de risco e maior vulnerabilidade receberam uma "marcação" que compôs o cadastro para seleção do processo de distribuição das casas. Hoje, a área tem cerca de 320 famílias e, aproximadamente, 16 mil pessoas. É dotada de uma estrutura de atendimento à população transferida e adjacências, contempla unidades de saúde, pronto-atendimento, creches, escolas de nível fundamental e médio, escolas técnicas profissionalizantes, assistência social, transporte coletivo, e outras instituições que pudessem suprir as necessidades básicas. Não obstante, a ocupação dos imóveis nos bairros atingidos pelas cheias ainda configura uma pauta na agenda dos gestores, haja vista que a retirada ou transferência dessas famílias não caracterizou um "fim" do imóvel, que voltou a ser ocupado por novos moradores, ou ainda, vendido pela família que ocupava anteriormente, retomando a mesma problemática no período das enchentes.

Na parte superior da figura 28, é possível observar a linha limite ao rio Acre, onde refletem as enchentes nos limites destacados por regional.

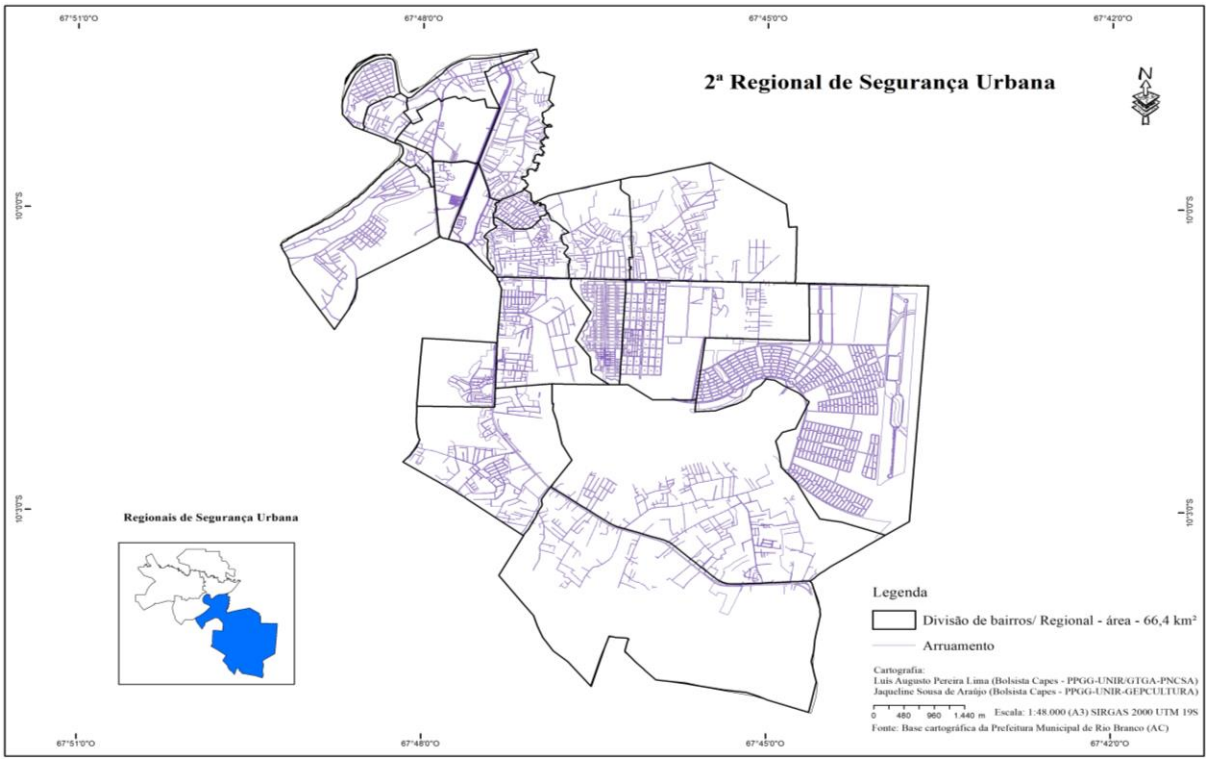


Figura 28 - Mapa de logradouros da 2ª Regional de Segurança Urbana.
Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB. Organizado pela autora, 2018

Versão em A3 ⟶

As figuras 29 e 30, em destaque, retratam, respectivamente, a rota de acesso (BR-364) à capital e a entrada de um dos bairros considerados mais vulneráveis em seus aspectos sociais, demográficos e, principalmente, um dos mais afetados pela cheia.

Figura 29 – BR-364, acesso aos bairros Belo Jardim I, II e Santo Afonso
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Junho, 2018.

Figura 30 - Via Chico Mendes, Centro de Saúde e entrada do bairro Taquari

A 3ª Regional é constituída por 19 bairros e 106 vias rurais e a população é estimada em 55.761 mil habitantes.

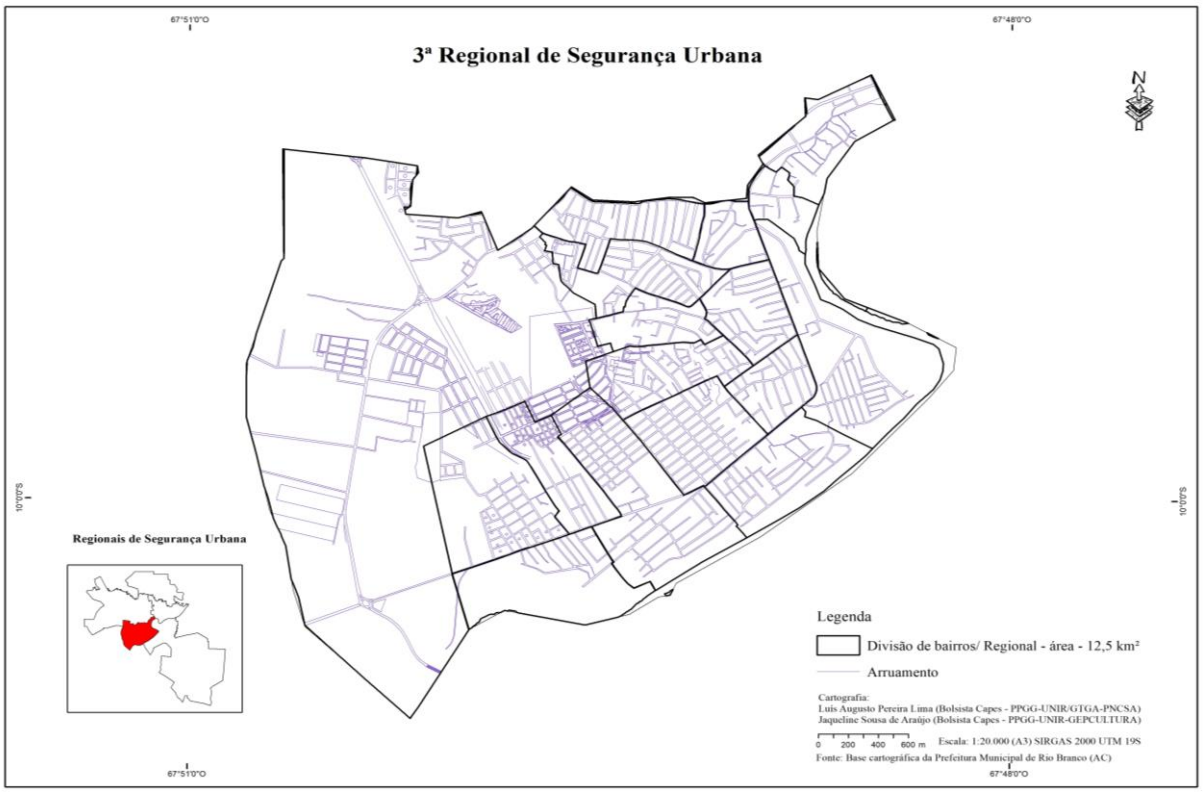


Figura 31 - Mapa de logradouros da 3ª Regional de Segurança Urbana.
Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB. Organizado pela autora, 2018

Versão em A3 →

Nos últimos 4 anos, houve uma diminuição na quantidade de habitantes, que foram transferidos para a 2ª Regional, ocupando as casas habitacionais da Cidade do Povo, devido às alagações intensificadas nos últimos anos.

Nas figuras abaixo, destacamos um dos bairros que representam uma estatística elevada nas estatísticas de crimes, em todas as naturezas criminais.

Figura 32 - Morro do Marrosa[67], bairro Preventório
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Junho, 2018

Figura 33 - Estrada de acesso aos bairros Sobral e Boa União

A 4ª Regional é constituída, aproximadamente, de 65 bairros e 31 vias rurais, com uma população estimada em 136.794 mil habitantes. É a regional mais populosa e dotada de uma maior concentração de escolas públicas, universidade e faculdades particulares, unidade de pronto atendimento, um restaurante popular, hospital público, loteamentos privados, órgãos públicos, escolas técnicas, aeroporto, penitenciária estadual, *shopping* e as estradas de acesso à BR-364 e Transacreana[68].

Nessa área, nos últimos cinco anos, tem ocorrido um crescente investimento imobiliário. É a área que possui mais loteamentos privados, de classe média e média alta, e onde notamos uma "verticalização" de imóveis na capital, haja vista que as características da distribuição imobiliária na capital são de casas térreas.

---

[67] O Morro do Marrosa é um tradicional ponto de venda de drogas da cidade, situado na lateral e fundos da sede da Secretaria de Educação do Estado do Acre, no bairro Preventório. José Afonso Cândido da Silva, o "Marrosa", que comandava o tráfico no "morro", morreu durante uma operação da polícia, em dezembro de 1988. Era um dos bandidos mais temidos, à época, na capital.

[68] Estrada de acesso para a capital, que concentra projetos de assentamento, reservas e comunidades com fluxo de produção agrícola.

A região concentra, também, a maior parte de conjuntos habitacionais populares na Regional Administrativa do Calafate e, em outra vertente, os conjuntos habitacionais mais antigos na região, Conj. Universitário e Conj. Tucumã.

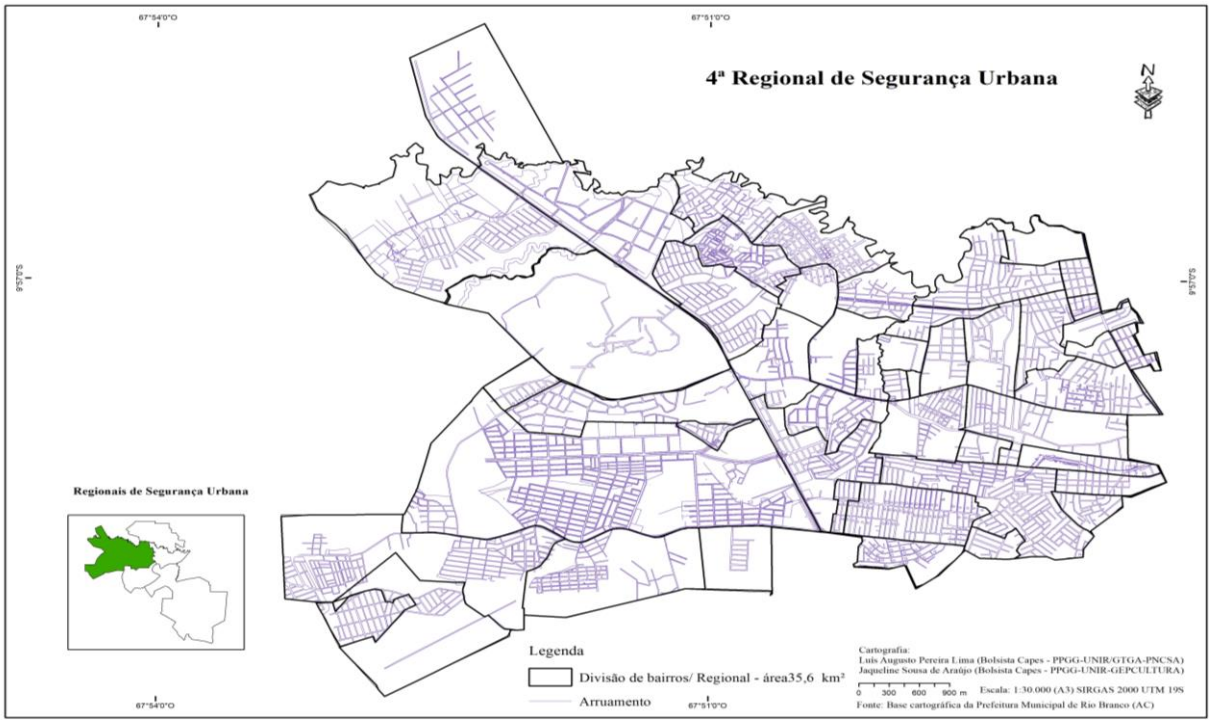


Figura 34 - Mapa de logradouros da 4ª Regional de Segurança Urbana.
Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB. Organizado pela autora, 2018

Versão em A3 ⟶

As figuras 35 e 36 retratam, respectivamente, duas vias principais de acesso aos bairros nesta regional, a Avenida Antônio da Rocha Viana, que dá acesso a três regionais de segurança, e a via de acesso localizada no final do bairro da Paz, que dá acesso às universidades, aeroporto e às demais vias.

Figura 35 - Av. Antonio da Rocha Viana, via de acesso aos bairros
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Junho, 2018

Figura 36 - Via de acesso a bairros da Paz e Joafra

A 5ª Regional é constituída de 29 bairros e 62 vias rurais. É a terceira regional mais populosa com aproximadamente 60.173 habitantes. Essa regional concentra os bairros mais periféricos da capital, sendo a maioria oriunda de invasões. Possui pouca infraestrutura, sistema de coleta de lixo e saneamento básico limitados, iluminação pública deficiente. Parte dela é assistida por programas habitacionais, escolas públicas de ensino fundamental e médio, unidade de saúde, e uma extensa área de mata fechada e ramais de difícil acesso.

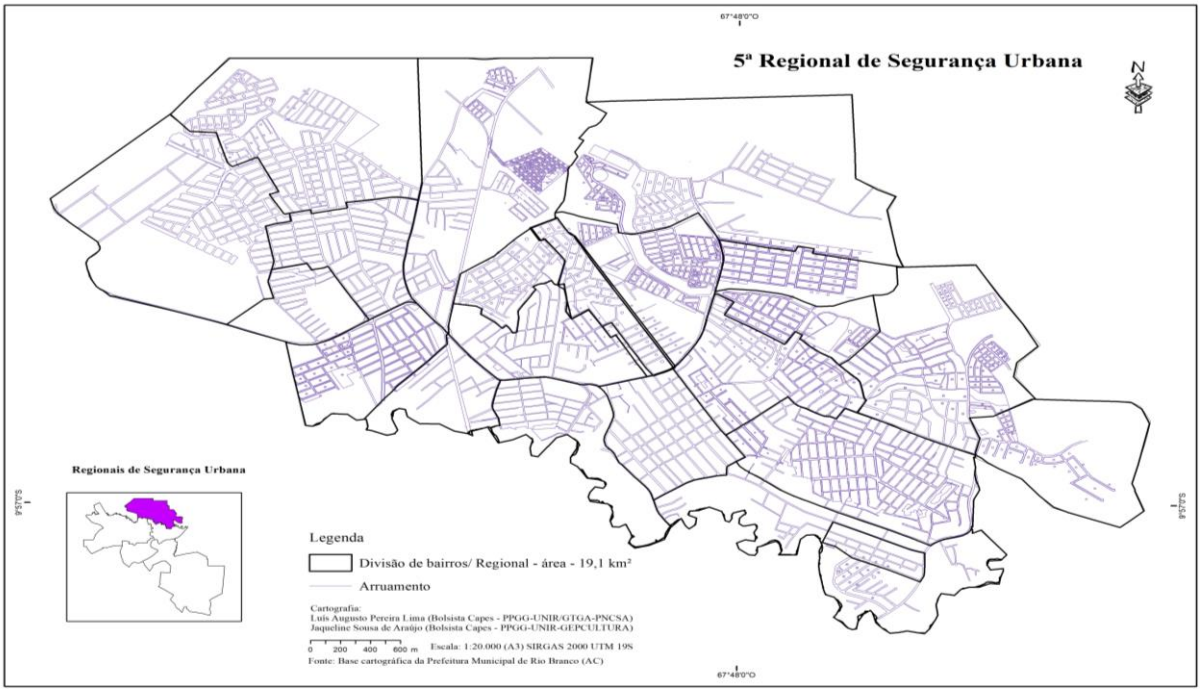


Figura 37 - Mapa de logradouros da 5ª Regional de Segurança Urbana.
Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco – PMRB. Organizado pela autora, 2018

Versão em A3 ⟶

As figuras 38 e 39 retratam um dos locais com o menor índice de desenvolvimento. São bairros que têm, na sua configuração de formação, várias vulnerabilidades.

Figura 38 - Bairro Defesa Civil
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Junho, 2018

Figura 39 – Bairro Caladinho

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

"Vivo em uma época que, por causa de nossas guerras civis, abundam os exemplos de incrível crueldade. Não vejo na história antiga, nada pior do que os fatos dessa natureza, que se verificam diariamente e aos quais não me acostumo. Mal podia eu conceber, antes de o ver, que existissem pessoas capazes de matar pelo simples prazer de matar; pessoas que esquartejam o próximo, inventam engenhosos e desconhecidos suplícios e novos gêneros de assassínios, sem ser movidos nem pelo ódio nem pela cobiça, no intuito único de assistir ao espetáculo dos gestos, das contrações lamentáveis, dos gemidos, dos gritos angustiados de um homem que agoniza entre torturas. "

(Michel de Montaigne (1996, p. 367)

Figura 40 - Imóvel com marcação da facção criminosa "Bonde dos 13" no bairro Caladinho.
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Junho, 2018.

Teoricamente, o tratamento e análise dos dados resultam em cenários diversos e podem indicar tendências e focos críticos da criminalidade violenta. A sistematização e o aprimoramento dessa prática denotam um arcabouço consultivo, sobretudo em revelar a tendência do fenômeno da violência em espaços que encontram condições de se territorializar.

As informações que serão analisadas e discutidas na pesquisa não ficarão à mera análise quantitativa. Serão analisadas de forma que possamos construir uma reflexão geográfica e sociológica das condições que são criadas para a criminalidade violenta estabelecer-se.

A metodologia empregada possibilitou desenvolvermos cenários que pudessem extrapolar a análise da evolução estatística do crime, abrangendo causas delitivas. Para isso, fez-se necessário analisar um "conjunto de fenômenos[69]" políticos, econômicos, socioculturais, ambientais e legais que colaborassem com essa prática.

Assim, para efeito deste contexto, cabe refletirmos sobre as premissas que o governo federal concebe à segurança pública e à forma que o estado é conduzido, e que exercem, sobremaneira, influências na vida das pessoas e da sociedade em geral, uma vez que a política exercida pelos poderes executivo e legislativo reflete-se na economia, na educação, no social e, consequentemente, na segurança pública, a exemplo, evidentemente, o descompasso da legislação brasileira ao defender a liberação do porte de armas de fogo e a notória resistência ao processo de reforma agrária, dentre outros aspectos que contribuem para crise social no país.

O aumento do desemprego, a escassez econômica por si só leva à prática da delinqüência. Jovens sem uma orientação ou profissão, sem uma perspectiva de futuro, potencializam a criminalidade.

Há que se pensar também que, independente da presença da criminalidade violenta, as políticas públicas devem ser implementadas, haja vista que existem correntes que defendem que há uma relação de causalidade entre pobreza, analfabetismo, desemprego, desníveis de renda com a criminalidade[70] e outras não, uma vez que, inegavelmente, esses cenários ensejam uma mudança comportamental na sociedade.

Todavia, em última análise, a decisão por praticar ou não um delito é individual e intrínseco. Assim, o meio pode vir a influenciar um comportamento delinquente, mas não é

---

[69] O conceito dado a fenômeno, nesse contexto, é o de interpretar os cenários da atualidade, e difere do utilizado no discorrer da pesquisa, que tratou o fenômeno como uma prática delitiva.

[70] Estudos iniciais que trataram os condicionantes da criminalidade na década de 80 apontavam que essas variáveis contribuíam para o enraizamento da violência.

determinante para que esse indivíduo, obrigatoriamente, aja assim, não se podendo rotular os indivíduos como possíveis criminosos em virtude das suas condições socioeconômicas.

4.1. O Cenário de mortes violentas no Brasil

A última publicação do Anuário Brasileiro de Segurança Pública[71] demonstrou que 63.880 pessoas foram assassinadas em 2017, o que representa uma taxa de 30,8 vítimas de homicídio para cada grupo de 100 mil habitantes, o equivalente a 175 por dia, sete por hora, e um crescimento de 3% em relação às 61.283 pessoas mortas da mesma maneira em 2016[72].

Os dados de 2016 e 2017 colocam o Brasil entre os países mais violentos do mundo. Pela primeira vez na história, o número de homicídios no Brasil superou a casa dos 60 mil por ano, comparado-se a 2015, registrando 58.467 vítimas.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que taxas acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes caracterizam um dado anormal e acima do limite aceitável. A figura 41 demonstra a evolução em números absolutos das mortes violentas intencionais no Brasil no período de 2011 a 2017.

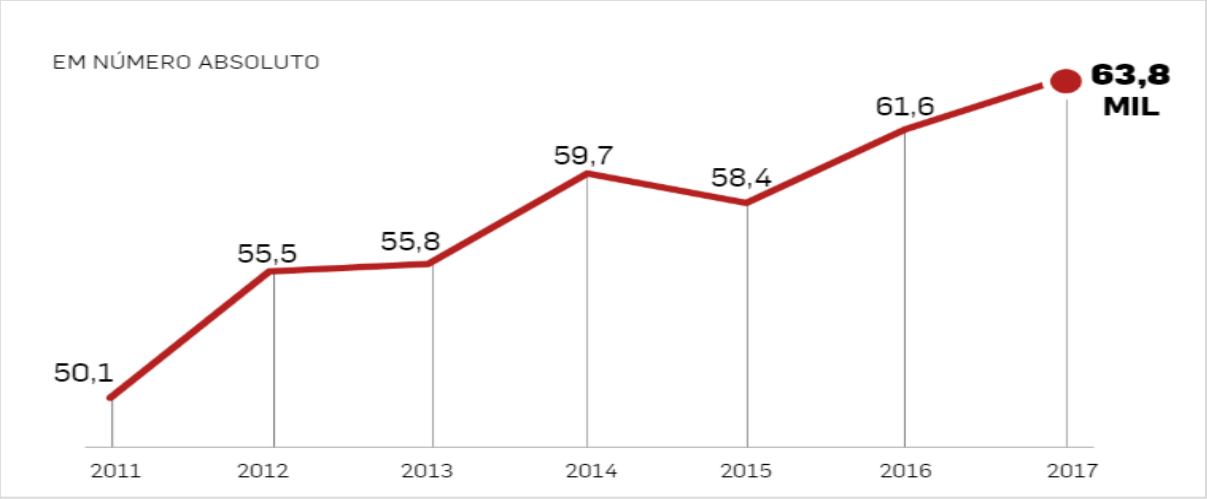


Figura 41 - Evolução das mortes violentas intencionais no Brasil de 2011 a 2017.
Fonte: Secretaria de Segurança, IBGE, Fórum Brasileiro de Segurança

[71] Anuário Brasileiro de Segurança Pública – ano 12 – 2018.
[72] Anuário Brasileiro de Segurança Pública – ano 11 – 2017.

Os dados de 2017 contabilizam que, entre as vítimas, 367 são policiais; os padrões operacionais inaceitáveis de letalidade e vitimização policial, que vitimam, ao menos 14 pessoas por dia pela intervenção das polícias, faz com que o risco de um policial ser morto seja, em média, três vezes superior ao da população como um todo. Em cinco anos, as polícias mataram cerca de 5.144 mil pessoas, factuando que o uso da força pelos agentes estatais é um tema central para a democracia brasileira, já que, frequentemente, as polícias brasileiras têm sido acusadas de violações de direitos e de serem violentas, o que reforça a necessidade de registros fidedignos para mensuração do fenômeno.

No ano de 2017, o mapa da violência demonstrou que, entre os estados que apresentaram as mais altas taxas, estão Rio Grande do Norte, com 68%; Acre, com 63,9%; e Ceará, com 59,1%. Dentre os que apresentaram as menores taxas, estão São Paulo, com 10,7%; Santa Catarina, com 16,5%; e Distrito Federal com 18,2%, correspondendo a taxa de 34 vítimas por 100 mil habitantes, nível inaceitável pela ONU, demonstrados na figura 42.

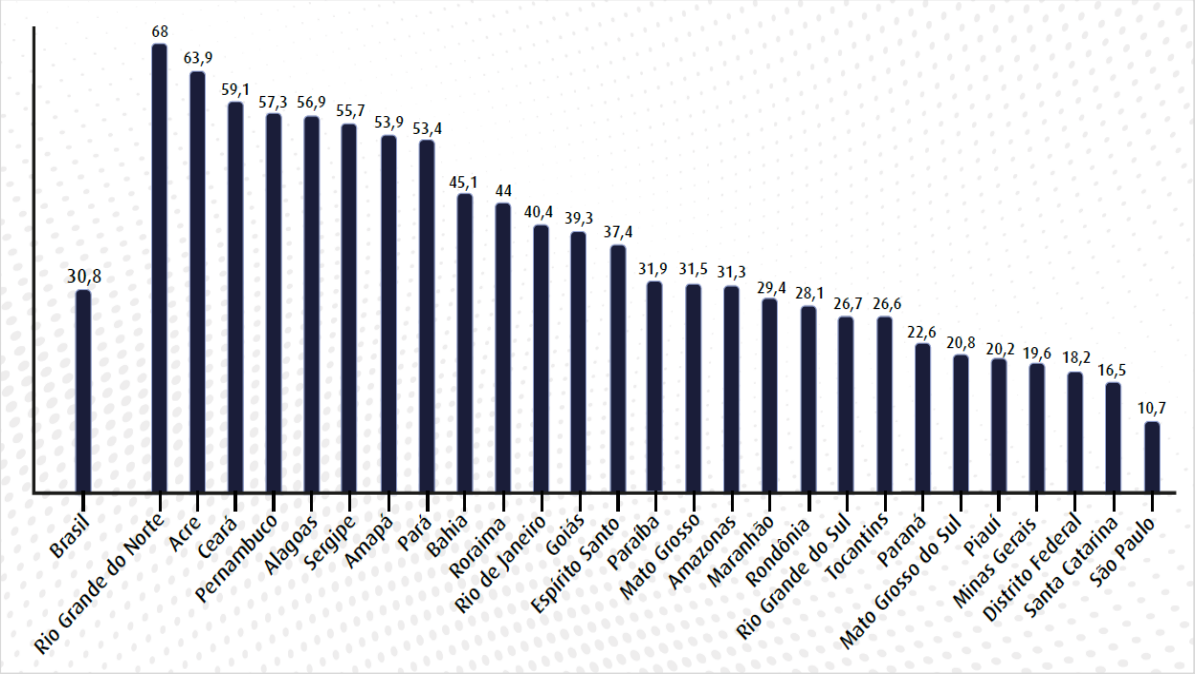


Figura 42 - Taxa de vítimas a cada 100 mil habitantes no Brasil em 2017.
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018

O ano de 2017, no Brasil, foi marcado por brigas entre facções criminosas que causaram, já no primeiro dia do ano, 67 homicídios no Amazonas, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (59); na Unidade Prisional Puraquequara (04); e na cadeia Raimundo Vidal Pessoa (06). Na mesma intensidade, o massacre repetiu-se em Boa Vista/RR, na Penitenciária Agrícola Monte Cristo, onde 33 indivíduos morreram e; na Penitenciária de Alcaçuz, em Nísia

Floresta/RN, foram 26 assassinatos entre decapitados e carbonizados; somado a mais registros de mortes de encarcerados nos presídios do interior de São Paulo, Santa Catarina e região metropolitana de Curitiba/PR em 2017, ultrapassamos em 111 mortes do maior massacre em presídios registrado, o massacre do Carandiru, em 1992, em São Paulo.

O contexto de confronto entre essas facções criminosas permaneceu fora das prisões, elevando o número de assassinatos cometidos em diversos estados, liderados por associados ao Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV).

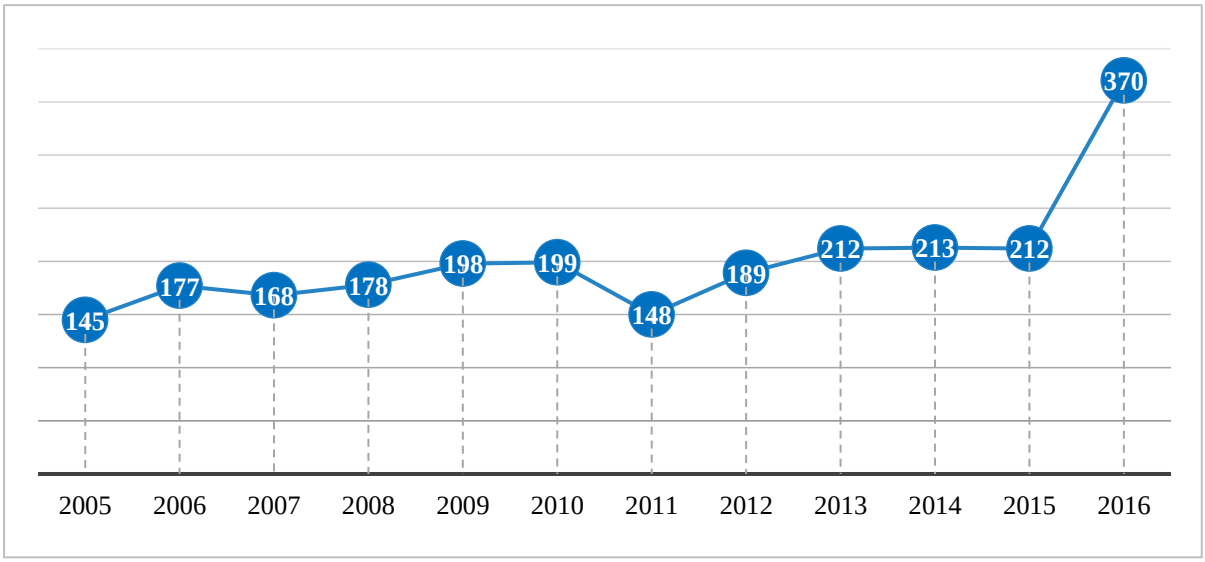
4.2. O Cenário de mortes violentas no Acre

O crescimento acelerado de mortes violentas não é exclusivo do estado do Acre. As taxas cresceram sobremaneira em outras capitais brasileiras, em face disso, o que nos chamou a atenção foi o comparativo desse cenário à taxa de todo o Brasil, demonstrado no gráfico 01. O histórico de mortes violentas no Acre, no período de 2005 a 2016, demonstra que a menor taxa de homicídios ocorreu no ano de 2011[73], onde houve uma redução de 26,4% em relação ao ano anterior. Em 2012, houve um aumento significativo, ultrapassando o índice de redução em 28,3% em relação ao ano anterior. Os anos seguintes foram de sucessivos aumentos, culminado com o maior número de ocorrência do período, representado por 370[74] vítimas em 2016, representados no gráfico 01 (pág.84).

[73] Nos anos de 2009 e 2010, a então secretária de Estado de Segurança Pública, Dra. Márcia Regina de Souza Pereira, criou com a sua equipe um inovador modelo de gestão orientada para solução de problemas e a busca por resultados. Definiu e normatizou processos de integração das polícias, criou metodologia de integração e apostou na qualidade dos serviços como um direito do cidadão. Na sua gestão, foi adquirido o sistema SIGO, junto ao Governo Federal, buscou recursos e credibilidade ao sistema de segurança do Acre junto com o governador Binho Marques e o senador Tião Viana, à época. Em 2011, foi empregada a primeira operação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) pelo Ministério da Justiça, com o objetivo de cooperar com as atividades de fiscalização, prevenção e repressão aos crimes de contrabando e tráfico de drogas e armas, precisamente na capital Rio Branco e, no Estado o fortalecimento do policiamento na região de fronteira com o Peru e a Bolívia.

[74] CVLI compreende todos os homicídios dolosos somados à letalidade policial (mortes decorrentes de intervenções policias e homicídios por policiais) e a vitimização policial (policiais mortos) fora e em serviço.

Gráfico 01 - Histórico do total de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) ocorridos no Acre de 2005 a 2016



Fonte Acre: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Considerando a série histórica do gráfico acima, observa-se uma elevação expressiva da taxa no ano de 2016, fato este que aproximou o Acre dos estados que apresentam as piores taxas do país e que, repetidamente, tem se "consagrado" no *ranking*, sendo o segundo mais violento em 2017 e o quarto mais violento no primeiro semestre de 2018.

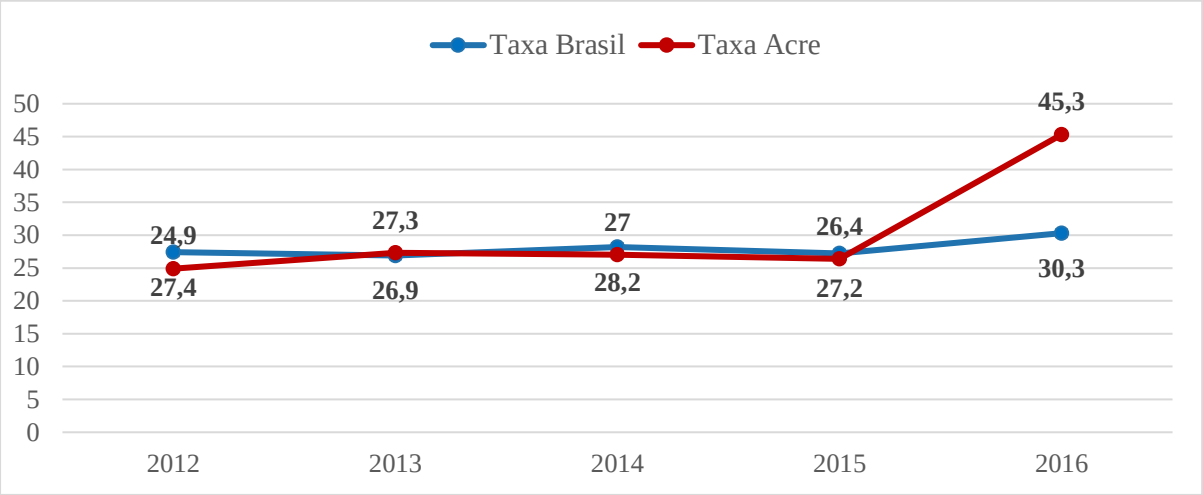
A série histórica apresentada demonstra um crescimento progressivo de mortes violentas que impactam sobremaneira em outros segmentos no estado, que vão além da segurança pública, a exemplo, na saúde, educação, bem-estar social, previdência social. Além da pessoa que é vitimada, sua família também precisa de tratamento. Os números são elevados, conta-se em milhares de pessoas e refletem sobremaneira em um custo social e econômico da violência eminente[75].

Algumas "peculiaridades" da posição geográfica que nos encontramos nos levaram a refletir que os dados, ora apresentados como oficiais, estão passivos de subnotificação, considerando os crimes transfronteiriços já esboçados. Esse histórico, absoluto ou não, direciona a pauta nas análises discursadas para compreender, ainda que em parte, a concentração de uma parte significativa de mortes violentas em todo estado, sobretudo nas fronteiras.

[75] Coletânea de relatórios da OMS disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Saúde.

O gráfico 02, apresenta a taxa de mortes violentas no Acre em relação à posição do Brasil. Em 2016, atingimos a marca de 45,3 mortes para cada 100 mil habitantes, o equivalente a 49,5% acima da taxa nacional que é de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes em todo Brasil.

Gráfico 02 - Histórico da taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes ocorridos no estado do Acre comparada ao histórico da taxa nacional de 2012 a 2016



Fonte Acre: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Fonte Brasil: Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. Organizado pela autora, 2018

O mapa da figura 43 apresenta a incidência de homicídios em todo o estado do Acre e demonstra que a maior concentração de mortes violentas deu-se na capital, seguidamente, o município de Cruzeiro do Sul, a segunda maior cidade do estado, e o município limite, Tarauacá.

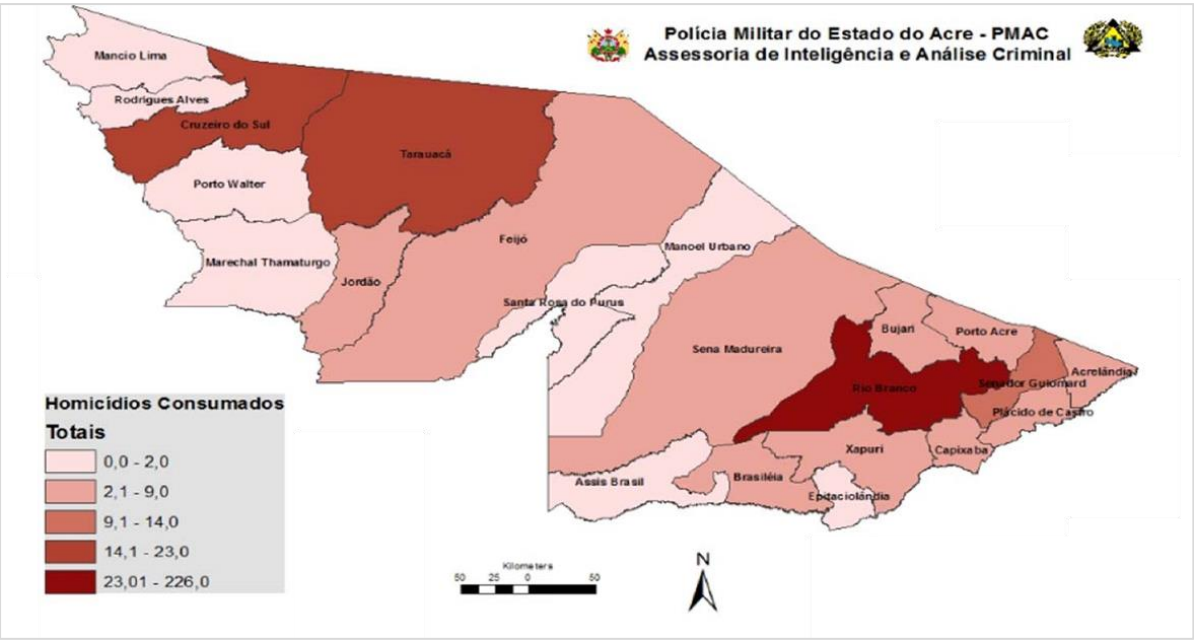
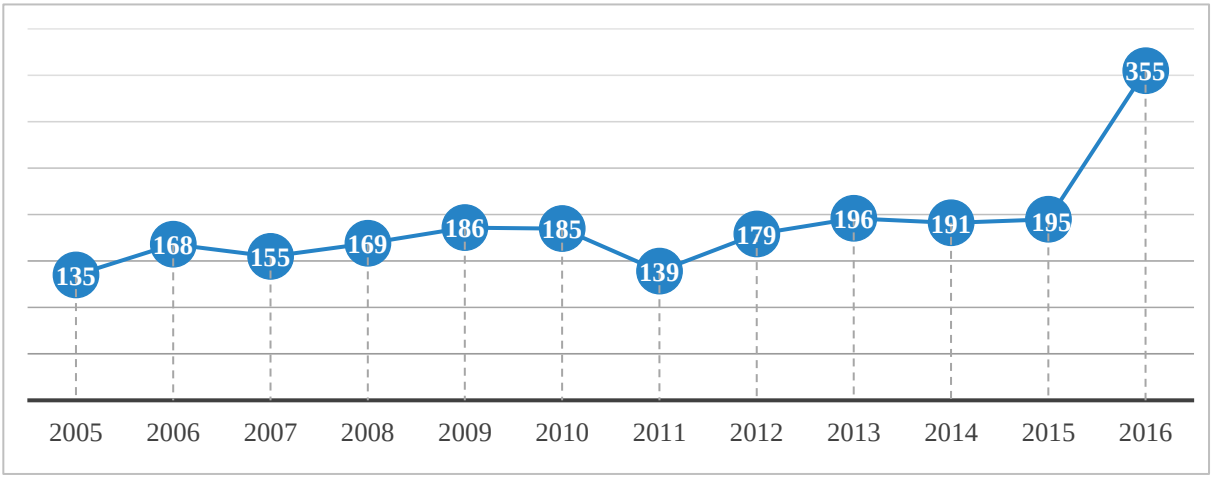


Figura 43 - Mapa de incidência de vítimas de homicídios dolosos no estado do Acre em 2016.
Fonte: Assessoria de Inteligência e Análise Criminal da Polícia Militar. Organizado pela autora, 2018

O gráfico 03 apresenta o histórico do total de vítimas de homicídios dolosos ocorridos no estado do Acre de 2005 a 2016. O quantitativo informado neste gráfico não inclui as mortes[76] de policiais em confrontos e mortes decorrentes de intervenções policiais; portanto, todos os gráficos elaborados que tratam sobre homicídios dolosos foram analisados e discutidos, parametrizados na série histórica de 2005 a 2016, que não incluem essas vítimas.

Gráfico 03 - Histórico do total de vítimas de homicídios dolosos ocorridos no estado do Acre de 2005 a 2016



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Não obstante, o gráfico 03 difere do gráfico 01 (pág. 84), que demonstrou o total de crimes violentos letais intencionais,[77] no estado do Acre, que inclui, além dos homicídios dolosos, todos os demais crimes violentos e dolosos que resultaram em morte. Até o final do ano de 2016, a contagem era realizada de forma diferente, separando as vítimas em que configurasse uma ação policial.

De forma a auxiliar os gestores de segurança pública e as análises dos indicadores da violência, em setembro de 2016, foi apresentada no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma proposta de padronização de indicadores sobre mortes violentas intencionais produzidos

76 A categoria de mortes decorrentes de intervenção legal é subnotificada no sistema da saúde, sendo a maioria desses eventos incluída na categoria 'Agressões', dada a dificuldade de obter essa informação na declaração de óbito e fonte das estatísticas epidemiológicas. Assim a correspondência formal é apresentada, mas os resultados ficam prejudicados.

77 O critério para soma de mortes violentas intencionais inclui homicídios dolosos, latrocínio, lesões corporais seguidas de morte, mortes de policiais em confrontos e mortes decorrentes de intervenções policiais, esse somatório é feito desde 2013, não sendo possível comparar com o balanço dos anos anteriores.

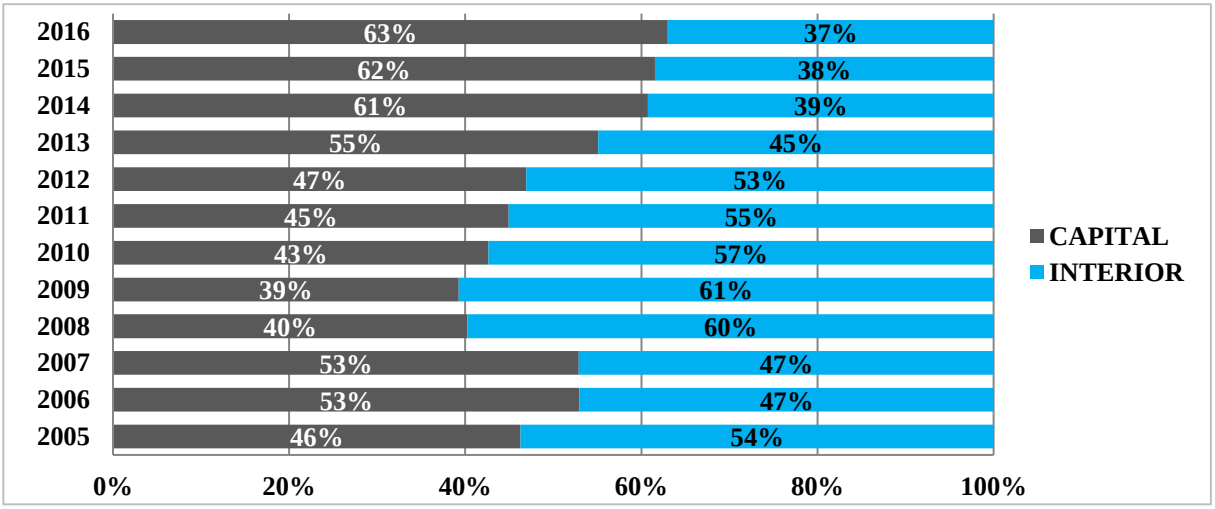
em âmbito nacional. Assim, foi proposta uma tabela de correspondência que partiu das categorias penais para a composição dos indicadores agregados de Crimes Violentos Intencionais - CVLI e de Mortes Violentas Intencionais - MVI, o qual modificou essa contagem, superando as divergências e omissões que poderiam ocorrer nas informações enviadas de todos os estados brasileiros.[78]

Portanto, ao tratarmos somente os homicídios dolosos, antes da proposta de inclusão de todas as mortes violentas, temos o gráfico a seguir. É a partir desses dados que as demais estatísticas e análises seguintes serão parametrizadas.

O aumento do número de vítimas de homicídios dolosos teve seu ápice em 2016 e representa uma variação de 82% em relação ao ano anterior. Após 2011, a série histórica de 2012 a 2016 representa uma variação progressiva contínua equivalente a 123% nos últimos cinco anos, indicando uma das maiores do país.

Dos homicídios ocorridos no estado do Acre, em 2016, 63% foram vitimados na capital (gráfico 04), onde posiciona Rio Branco como a cidade mais violenta do estado. Após 2012, a dinâmica de mortes violentas tem sido expressiva na capital, culminando em um crescimento progressivo nos últimos três anos nesta série histórica (2012-2016), e que, se comparado aos dados atuais, não houve um declínio.

Gráfico 04 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos na capital e interior de 2005 a 2016



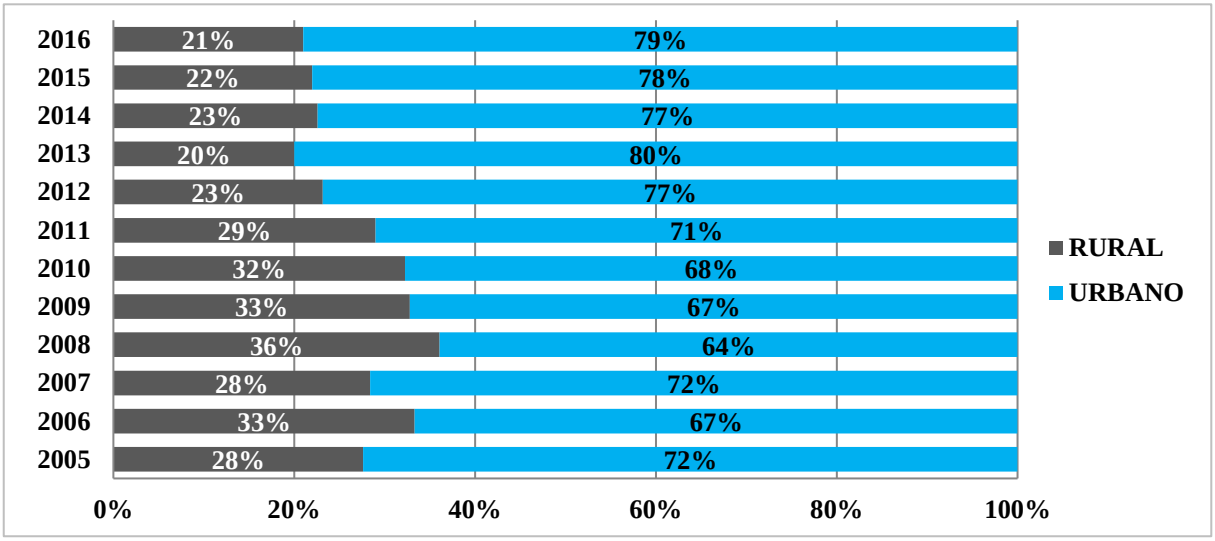
Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

[78] Relatório de estudo da CONSULTORIA Nº 001/2016. ATN/OC 15628 – BR (BR-T 1324) - Fortalecimento do Diálogo e Disseminação de Conhecimento em Segurança Cidadã, que trata sobre a Proposta de Equivalência dos Indicadores de Morte Violenta Intencional nos Sistemas da Segurança (Sinesp) e da Saúde.

Os dados apontam ainda que, 79% das mortes ocorrem no perímetro urbano e se concentram na capital, Rio Branco. O aumento contínuo de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na capital acriana, principalmente nos últimos três anos, relaciona-se diretamente com o aumento dos conflitos entre as facções criminosas e a disputa pelo domínio do tráfico de drogas. Dessas mortes, 70% ocorreram em circunstâncias que envolviam conflitos entre esses grupos criminosos.

O gráfico 05 demonstra uma maior concentração de homicídios na área urbana e um decréscimo na área rural se comparado aos anos que antecedem o ano de 2012. Esse "comportamento" reforça os dados da violência urbana, sobretudo nos bairros mais segregados, onde prevalece a disputa pelos pontos de drogas.

Gráfico 05 - Homicídios ocorridos no Acre por perímetro rural e urbano no período de 2005 a 2016



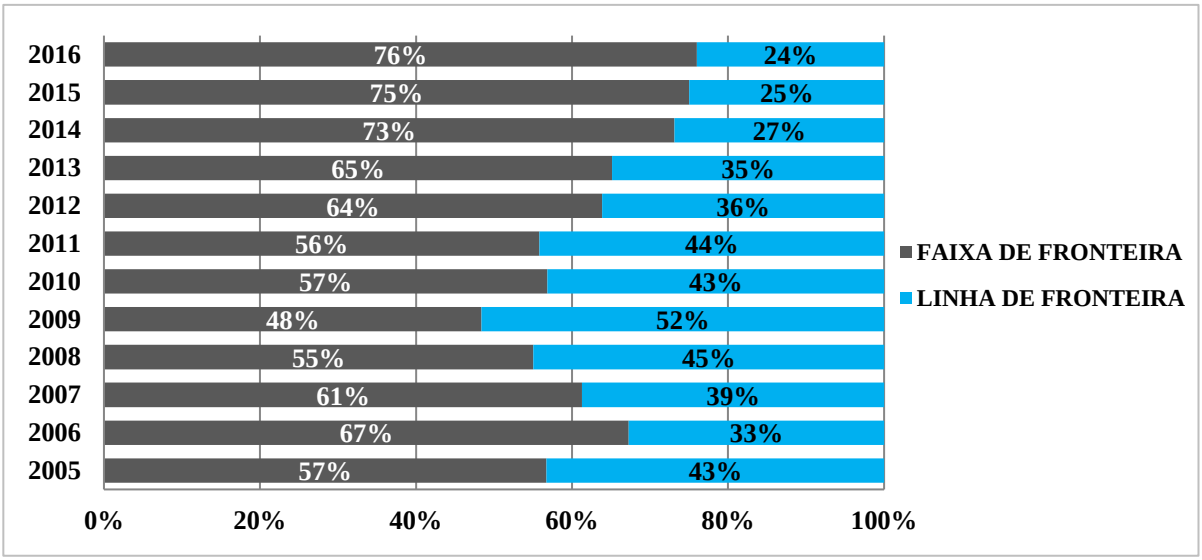
Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

O capítulo III demonstrou a distribuição geográfica de todos os municípios que encontram-se na faixa de fronteira; 17 estão situados nestas condições, sejam eles cidades gêmeas ou apenas municípios lindeiros[79]. Todavia, o município de Rio Branco concentra 63% das ocorrências (gráfico 04, pág.88) e, mesmo situado na faixa de fronteira, eleva sobremaneira o percentual relativo ao conjunto de municípios que não são lindeiros, considerando este conjunto, composto por apenas cinco municípios dos 22 do estado.

[79] Demarcação, delimitação de um espaço;linha que separa duas terras, terrenos; fronteira.

Na série histórica de 2005 a 2016, o índice de vítimas de homicídios na faixa de fronteira é crescente, numa variação "estável"[80]. A exemplo, o ano de 2016 concentra 76% do índice de vítimas de homicídios e a média dos últimos cinco anos é de 70,6% de concentração somente nesta área.

Gráfico 06 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos na faixa e linha de fronteira no período de 2005 a 2016



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018.

Os dados revelam que a posição geográfica e os policiamentos precários do estado do Acre contribuem para que o estado faça parte dos sete estados brasileiros que constam no mapa do tráfico internacional, juntamente com Amazonas, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Carregamentos de cocaína, heroína e maconha ingressam no Brasil pelas fronteiras com Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai. A fronteira com a Bolívia é o ponto mais crítico. A droga que chega da Bolívia ingressa no Brasil pelo Acre, Rondônia e Mato Grosso. Em meio à floresta amazônica, chegam por via aérea, em aviões de pequeno porte, pelas pistas clandestinas abertas para o tráfico. Esses dados potencializam outro agravante, o uso da arma de fogo, face à intensificação dos crimes relacionados ao tráfico de drogas e outras organizações criminosas a eles relacionados.

[80] A estabilidade permite a previsão. A variação do ano vigente ao ano anterior demonstra uma frequência previsível.

O estado divide-se, politicamente, em cinco regionais de desenvolvimento[81]: Regional Purus, Regional Alto Acre, Regional Baixo Acre, Regional Juruá e Regional Tarauacá-Envira, que correspondem às microrregiões estabelecidas pelo IBGE e que compreende os 22 municípios do estado do Acre.

Para fins de responsabilidade sob a regional de segurança pública de Rio Branco, a capital passa a não integrar a regional político-administrativa (Baixo Acre), por ter a subdivisão em cinco regionais de segurança estabelecidas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Ao analisarmos a distribuição do número de vítimas no estado, por regional de desenvolvimento e por regional de segurança, constatamos que, em 2016, a maior concentração deu-se na área da 2ª regional de segurança, repetidamente à estatística do ano anterior, 2015, que concentrou 23% do total de vítimas no estado.

De um modo geral, a violência apresentou-se de forma mais intensa na 2ª, 4ª e 5ª regionais nos últimos cinco anos, concentrando não somente o crime de homicídio e roubos, mas a concentração de outras naturezas criminais[82], demonstrado no quadro 03.

Quadro 03 - Histórico da frequência absoluta de vítimas de homicídios por regional de segurança e por regional de desenvolvimento da ocorrência

REGIONAIS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1ª REGIONAL	9	11	6	7	6	16	4	13	10	10	10	11
2ª REGIONAL	18	25	28	23	19	18	21	21	28	35	45	82
3ª REGIONAL	13	17	16	13	18	16	12	22	15	22	22	33
4ª REGIONAL	12	13	19	18	18	17	12	15	35	27	27	52
5ª REGIONAL	14	30	17	16	21	20	15	19	24	31	25	56
REGIONAL ALTO ACRE	13	15	16	11	21	11	12	12	18	11	5	18
REGIONAL BAIXO ACRE	11	20	16	20	15	23	6	12	11	9	16	30
REGIONAL JURUÁ	22	16	21	33	42	25	20	24	15	16	16	28
REGIONAL PURUS	10	5	5	8	14	18	15	15	20	13	10	9
REGIONAL TARAUACÁ/ENVIRA	12	16	11	20	12	19	21	26	20	17	19	36
Total no Estado	**134**	**168**	**155**	**169**	**186**	**183**	**138**	**179**	**196**	**191**	**195**	**355**

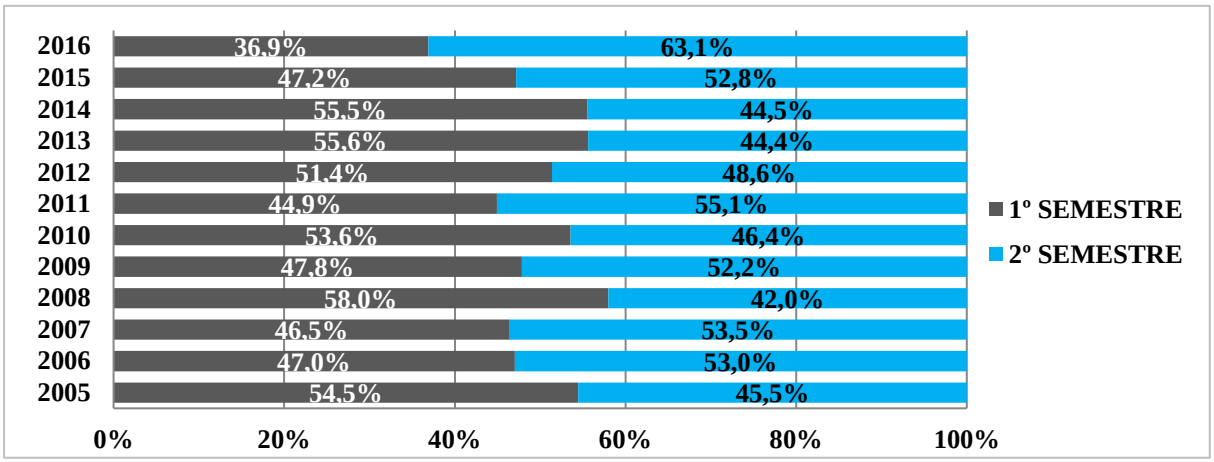
Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018.

[81] Divisão definida pela Resolução Nº PR-07, de 04 de dezembro de 2015, que aprovou os valores de áreas territoriais do Brasil, Estados e Municípios, segundo o quadro territorial vigente em 01/07/2014, data de referência das Estimativas Populacionais 2014, processada em 2015.

[82] Compreende os crimes que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente, previstos no Código Penal Brasileiro.

A frequência de homicídios por semestre nos últimos 10 anos tem sido sazonal. Através do gráfico 07, nos últimos dois anos, nota-se uma maior frequência no segundo semestre. Hipoteticamente, atribuímos esta sazonalidade às estratégias utilizadas por organizações criminosas, sobretudo no segundo semestre, onde a economia local, relativamente, tem uma "melhoria", intensificando os crimes de latrocínio, roubos, roubo de carros, tráfico de drogas e armas, legítima defesa e acerto de contas.

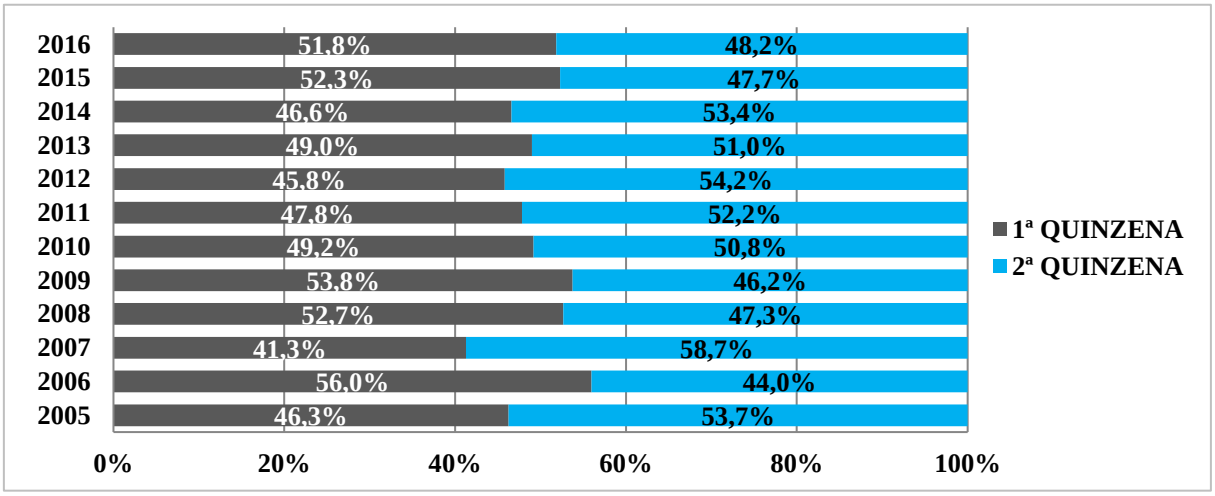
Gráfico 07 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos por semestre de 2005 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Aliada a essa informação, ao distribuirmos esses indicadores na quinzena (gráfico 08) e calcularmos uma frequência média, constatamos uma diferença mínima entre uma quinzena e outra, configurando ainda como hipotética, a relação da frequência de homicídios relacionados à economia local.

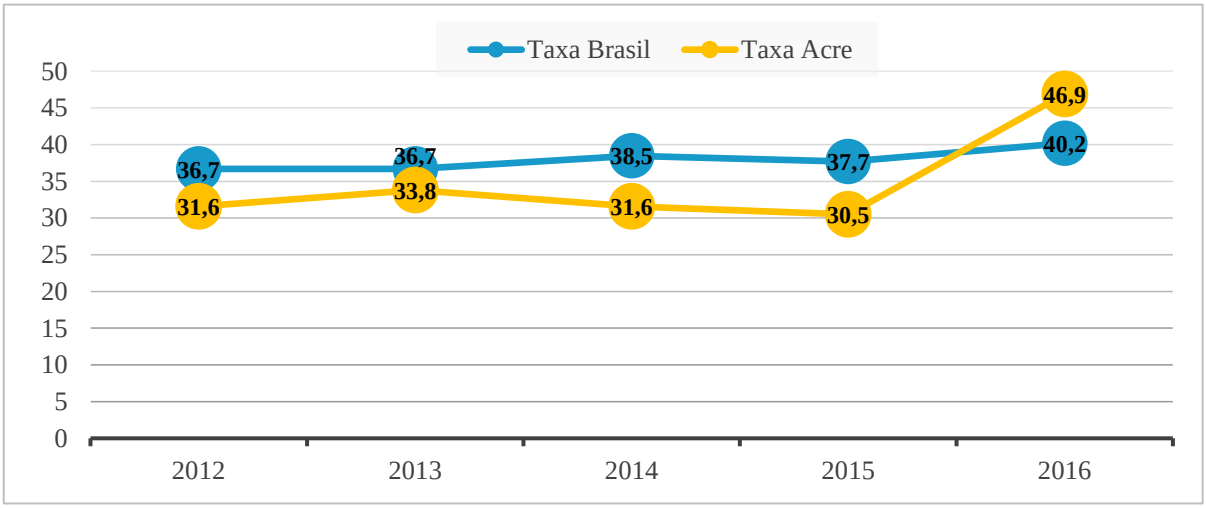
Gráfico 08 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos por quinzena do mês de 2005 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Uma problemática evidenciada foi a incidência de vitimização da população negra[83], as exclusões e a desigualdade de acesso, sobretudo às políticas públicas. São situações de natureza cumulativa e que, diante de todo o contexto social, configura um ciclo de marginalizações correlacionadas a esse pressuposto. Ao analisarmos o gráfico 09, da quantidade de vítimas negras e pardas no Acre relacionados à taxa nacional, nota-se uma proximidade nos últimos cinco anos e uma taxa superior a do Brasil, de 46,9 vítimas a cada 100 mil habitantes no ano de 2016, e uma série histórica completa, quatro vezes superior à taxa aceitável pela ONU.

Gráfico 09 - Histórico da taxa de vitimização da população negra por 100 mil habitantes ocorridos no estado do Acre, comparada ao histórico da taxa nacional de 2012 a 2016.



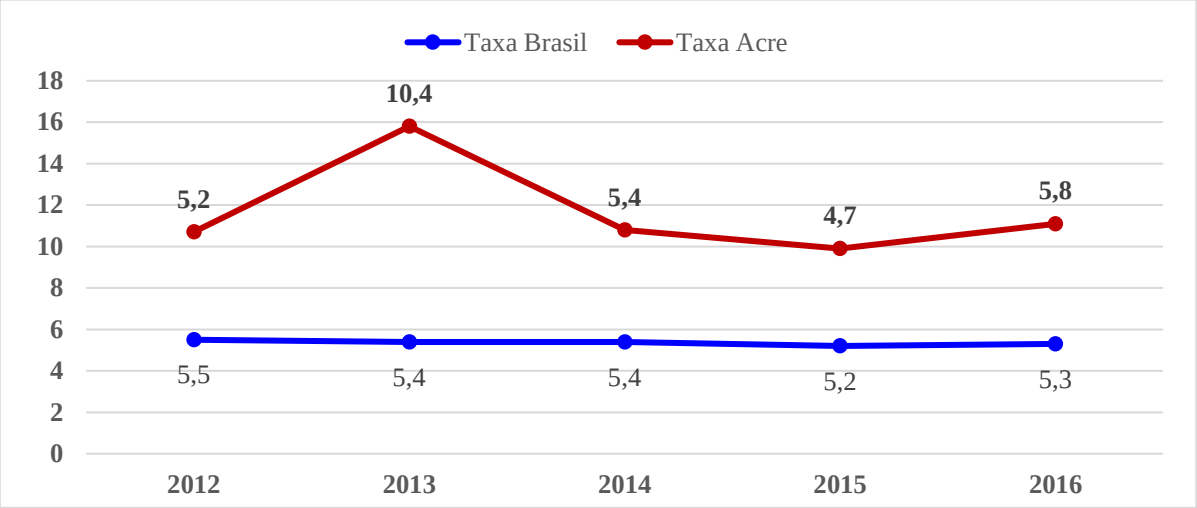
Fonte: Atlas da Violência, Ipea, 2018. Organizado pela autora, 2018

A existência de situações de preconceito, falta de oportunidade de emprego e renda, falta de moradia, a dificuldade de acesso a escolas e universidades, a ausência de reconhecimento social, sobretudo pela cor, são pressupostos que materializam esse ciclo de marginalizações. Um perfil vulnerável é a chave de acesso ao mundo do tráfico de drogas e "atividades informais[84]" e a possibilidade de um "reconhecimento" em um espaço, ainda que delinquente.

Nessa estatística, calculamos a taxa do Acre em relação ao Brasil na vitimização de mulheres negras e revelou-se um aumento progressivo de vítimas mulheres, superior à taxa nacional, demonstrado no gráfico 10.

[83] Grupos populacionais de negros (pretos e pardos) definido pelo Ipea, 2018.
[84] Outras atividades ilícitas que compõem a criminalidade.

Gráfico 10 - Histórico da taxa de vitimização de mulheres negras por 100 mil habitantes ocorridos no estado do Acre, comparada ao histórico da taxa nacional de 2012 a 2016.



Fonte: Atlas da Violência, Ipea, 2018. Organizado pela autora, 2018

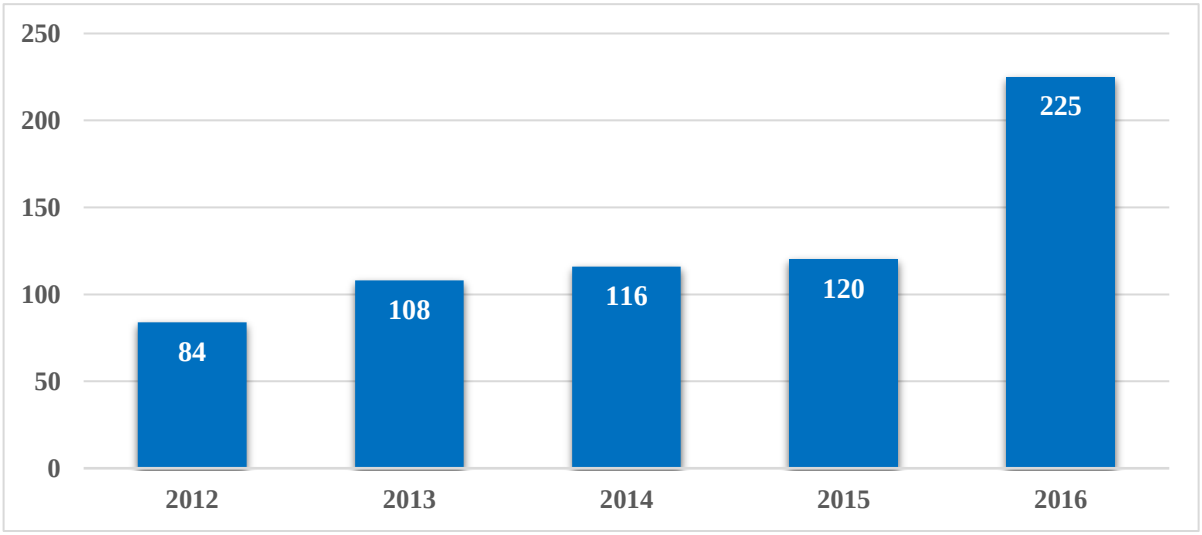
4.3. O Cenário de Homicídios em Rio Branco

De acordo com Soares (2003, p.29) "o homicídio é um fenômeno estável e, no agregado, altamente previsível, cujas taxas variam pouco de ano a ano". Partindo desse pressuposto, as mortes violentas, incluindo os homicídios, seriam previsíveis no seu conjunto, o quantitativo de homicídios, de forma estável, assemelha-se ao ano anterior, comprovadamente através das estatísticas dos anos anteriores de países, estados e na maioria das capitais brasileiras. O imprevisível é saber quais indivíduos serão as próximas vítimas.

Ao analisarmos o gráfico 11 (pág.94), que trata sobre o histórico de vítimas na capital, no período de 2012 a 2016, notou-se essa "estabilidade" em um período de três anos, compreendido por 2013, 2014 e 2015. Se analisarmos os anos anteriores a 2012, essa "estabilidade" também ocorreu. Ao observarmos o gráfico 03 (pág. 86), já contextualizado, que trata sobre esses dados no Estado.

Todavia, a instabilidade surge após o segundo semestre de 2015, quando houve os conflitos entre as facções B13 e CV, que deram início a diversas ações violentas na capital e que configuram, em 2016, o aumento de 87,5% em relação ao ano anterior.

Gráfico 11 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos em Rio Branco, de 2012 a 2016.



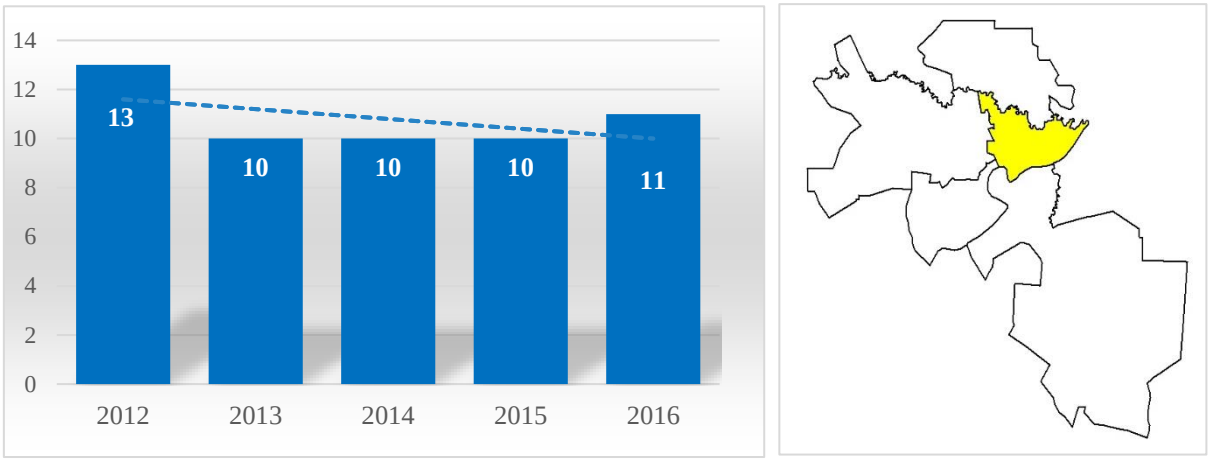
Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Dados recentes da Secretaria de Segurança Pública (Sesp) apontam que as mortes violentas pelos conflitos entre facções não cessaram e o estado do Acre continua acima da taxa nacional. Dos 253 homicídios registrados no primeiro semestre deste ano (2018), no Acre, 66,4% resultaram da disputa entre facções criminosas rivais pelo controle de território na capital e nos municípios do interior do estado.

Os gráficos e quadros seguintes demonstram as vítimas de homicídios dolosos ocorridos em cada área das regionais de segurança e a distribuição dessas mortes por bairro de cada regional, no período de 2012 a 2016.

O gráfico 12 apresenta os dados da 1ª Regional de Segurança em Rio Branco. É a parte central da cidade e concentra o menor índice de homicídios nos últimos cinco anos e não difere dos anos anteriores. A taxa de 2016 se assemelhou aos anos anteriores, como podemos observar, não houve um decréscimo, porém, não ocorreu uma frequência maior nessa área que concentra os pontos históricos da cidade, o maior número de instituições, agências bancárias, praças e o maior fluxo de pessoas, estudantes e trabalhadores, durante a semana. Em atividade de campo, identificamos uma maior concentração nessa área, de homens, mulheres e indígenas em situação de rua, em sua maioria, dependentes químicos.

Gráfico 12 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 1ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado | autora, 2018

No quadro 04, temos a distribuição de homicídios ocorridos na 1ª Regional por bairro, e notamos que os cinco primeiros bairros que registraram a maior ocorrência de homicídios são bem próximos, ou ainda, um ao lado do outro, quatro deles, Centro, Papoco, Base e Cadeia Velha ficam no mesmo quadrante e concentram o maior contingente de pessoas em situação de rua, dependentes químicos.

As circunstâncias dos homicídios configuram em sua maioria por motivos de brigas na hora do evento, vingança, latrocínio, disputa por pontos de venda e cobrança de dívidas de drogas e em situações que o autor ou a vítima estava sob o efeito de entorpecentes e/ou álcool[85]. Verificou-se ainda que a maioria dos casos de homicídios têm uma relação secundária, ou seja, são autor e vítima, conhecidos, rivais ou estranhos. Foram 54 vítimas nos últimos cinco anos na 1ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco.

Quadro 04 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 1ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco de 2012 a 2016.

REGIONAL	BAIRRO (OCORRÊNCIA)	2012	2013	2014	2015	2016	Total
1ª REGIONAL	CENTRO	3	2	0	0	3	**8**
	CADEIA VELHA	2	2	2	0	1	**7**
	PAPOCO	2	0	2	0	1	**5**
	BASE	2	2	0	0	0	**4**

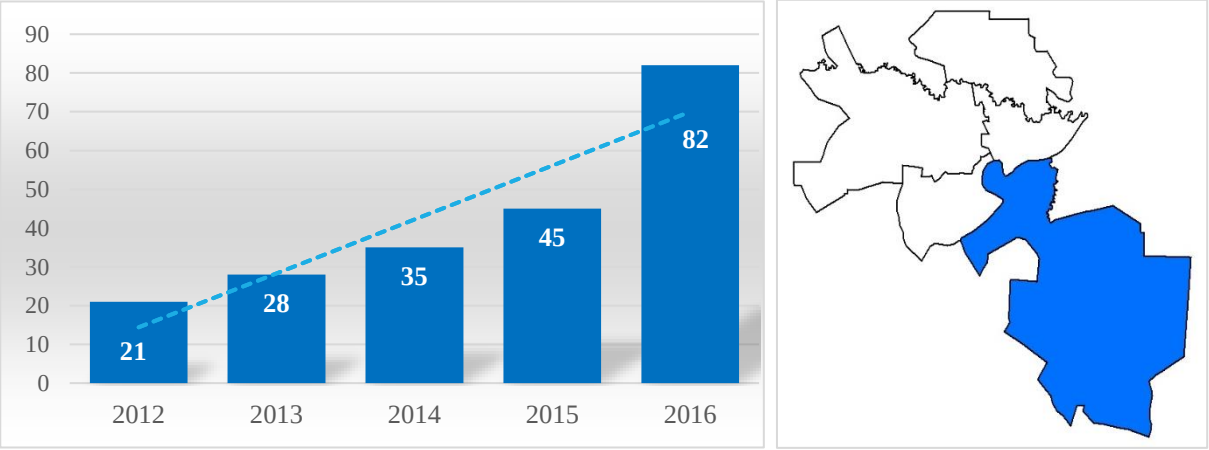
[85] Cfe. Dados descritos no Boletim de Ocorrência (BO) e/ou inquéritos policiais registrados nas delegacias

	BAIXA DA COLINA	0	1	1	2	0	**4**
	BAIXA DA HABITASA	0	1	0	1	1	**3**
	BOSQUE	1	0	0	2	0	**3**
	AVIARIO	0	0	0	0	2	**2**
	IPASE	0	0	0	1	1	**2**
	ADALBERTO ARAGAO	0	0	1	0	1	**2**
	DOM GIOCONDO	0	1	0	0	1	**2**
	MORADA DO SOL	0	0	2	0	0	**2**
	BAIXA DA CADEIA VELHA	1	1	0	0	0	**2**
	TROPICAL	1	0	0	1	0	**2**
	CASA NOVA	0	0	0	2	0	**2**
	CONJ SÃO FRANCISCO	0	0	1	0	0	**1**
	JOSE AUGUSTO	0	0	0	1	0	**1**
	VILA IVONETE/PROCON/SOLAR	1	0	0	0	0	**1**
	CAPOEIRA	0	0	1	0	0	**1**
TOTAL		**13**	**10**	**10**	**10**	**11**	**54**

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

O gráfico 13 apresenta os dados da 2ª Regional de Segurança em Rio Branco. É a segunda regional mais populosa e possui algumas ocorrências nos últimos anos que contribuíram para 85% do aumento de vítimas de homicídios dolosos em 2016 em relação ao ano anterior.

Gráfico 13 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 2ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

A quantidade da população da 2ª Regional tem aumentado sobremaneira desde 2015, e é caracterizada por uma concentração de jovens adultos de 15 a 30 anos[86]. Dados do levantamento realizado pela Sehab apontam que, desde a inauguração do conjunto habitacional "Cidade do Povo", a população cresceu e estima em quase 17 mil pessoas. Foram 3348 famílias de 12 bairros localizados em áreas de risco que foram beneficiadas pelo programa e transferidas, gradativamente, desde maio de 2015, na sua implantação.

No quadro 05, temos a distribuição de homicídios ocorridos na 2ª regional por bairro, e analisamos que a maior concentração de homicídios deu-se nos bairros Taquari, Belo Jardim I e II, Vila Acre, Recanto dos Buritis e Seis de Agosto, áreas que concentram os maiores casos de estupro de vulnerável, famílias em situação de dependência química, e crianças em situação de risco e abandono.[87]

Quadro 05 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 2ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016

REGIONAL	BAIRRO (OCORRÊNCIA)	2012	2013	2014	2015	2016	Total
2ª REGIONAL	TAQUARI	5	4	8	7	9	**33**
	BELO JARDIM I E II	0	4	5	4	13	**26**
	VILA ACRE	0	3	1	3	11	**18**
	RECANTO DOS BURITIS	1	3	5	5	2	**16**
	6 DE AGOSTO	3	4	4	1	2	**14**
	CIDADE DO POVO	0	0	0	2	11	**13**
	CIDADE NOVA	2	3	3	2	3	**13**
	LOTEAMENTO AMAPÁ	2	0	0	5	4	**11**
	SANTA INES	0	0	2	3	5	**10**
	ZONA RURAL SUL	2	1	1	3	3	**10**
	TRIANGULO NOVO	1	2	0	1	5	**9**
	AREIAL	0	1	2	0	4	**7**
	SANTA MARIA	0	0	0	3	2	**5**
	LOTEAMENTO ROSALINDA	0	1	1	0	2	**4**
	QUINZE	0	1	0	2	1	**4**
	AMAPA	1	0	2	0	0	**3**
	BENFICA	0	0	0	1	1	**2**
	LOTEAMENTO FARHAT	0	0	0	0	2	**2**
	CORRENTE	1	1	0	0	0	**2**
	VILA SANTA MARIA	2	0	0	0	0	**2**
	COMARA	0	0	0	1	1	**2**
	LOTEAMENTO SANTA HELENA	0	0	1	1	0	**2**

[86] Diagnóstico social da Cidade do Povo realizado pela Secretaria de Habitação do estado do Acre – Sehab.
[87] Diagnóstico realizado pelos Centros de Referência em Assistência Social – Cras e relatório de inventário social do Ministério Público realizado em 2015.

	CANAÃ	0	0	0	0	1	**1**
	TRIANGULO VELHO	1	0	0	0	0	**1**
	SANTA CECILIA	0	0	0	1	0	**1**
TOTAL		**21**	**28**	**35**	**45**	**82**	**211**

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Foi possível constatar, pelo quadro, que a partir de 2015, após instalação da Cidade do Povo, houve o registro de 13 homicídios, e que posicionou o conjunto/bairro em sexto lugar na distribuição dos homicídios por bairro na 2ª regional. Pela análise, houve um decréscimo em alguns bairros, em média, um homicídio por bairro, o que configura uma "migração" da criminalidade, sobretudo no contingente de pessoas que foram transferidas dos 12 bairros em situação de risco para a nova estrutura habitacional.

A área da cidade do povo foi projetada e construída para uma independência funcional, sobretudo nos segmentos da educação e saúde, além de toda infraestrutura necessária para a garantia da qualidade de vida no ambiente ao qual foram inseridos.

A estrutura foi estabelecida nos limites do perímetro urbano. Todavia, é crescente a urbanização nessa área denominada "zona rural sul", que compreende a extensão pertencente à capital, da Rodovia BR-364 sentido Porto Velho, da Rodovia BR-317 (estrada de Boca do Acre), da Rodovia AC-40 e ramais adjacentes.

Destarte que, o aumento da população não configurou um aumento do efetivo e ações da polícia civil e militar nessa região, que continua sendo atendida pelo mesmo Batalhão e Delegacia Regional[88], e o aumento de ações violentas tem se constituído, ao passo que alguns questionamentos são evidenciados, sobretudo se a 2ª regional estaria potencialmente preparada para acolher e atender[89] todas as famílias transferidas para área selecionada ou comportar um inchaço populacional no seu entorno.

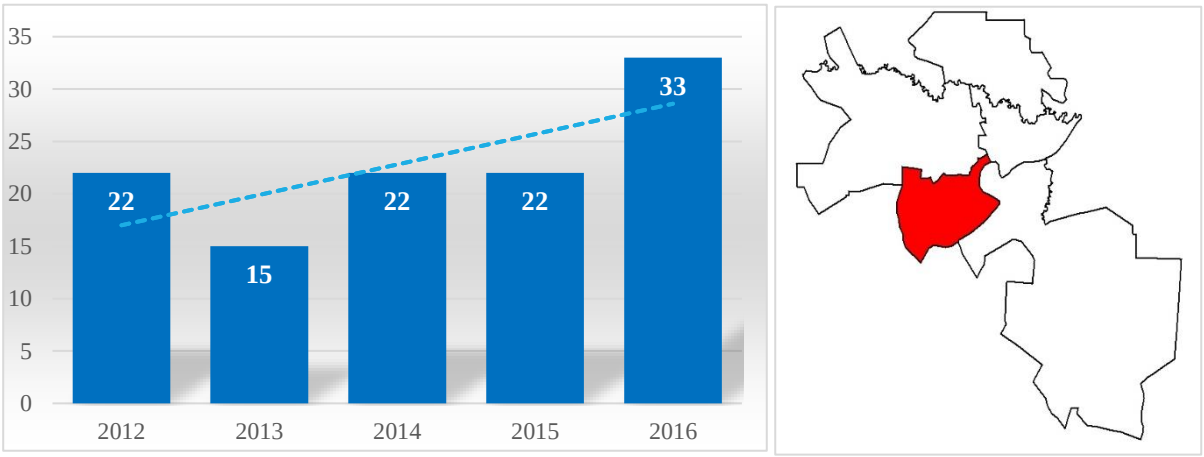
No gráfico 14, temos o histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na 3ª Regional de Segurança em Rio Branco. As mortes, no ano de 2015, aumentaram em 50%, registrando 33 homicídios dolosos em 2016. Essa regional é composta pelos bairros que ficam,

[88] A 2ª Regional é composta por três regionais administrativas na divisão da prefeitura de Rio Branco, e a maior em termos proporcionais em relação às outras regionais de segurança.

[89] Lei n.º 11.977 de 7 de julho de 2009, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamento localizados em áreas urbanas que, em seu Art. 3º, § III, que trata sobre a "prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero."

em sua maioria, às margens do rio Acre, e compõem uma população em situação de vulnerabilidade maior que em outras áreas, e estigmatizadas como "a área mais violenta[90]" da capital.

Gráfico 14 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 3ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

No quadro 06, temos a classificação do bairro como maiores registros de homicídios. Esta regional abriga um grande número de escolas estaduais e municipais, tem uma grande concentração comercial e atividades informais superiores às outras regionais. É nesta regional que está localizado o Restaurante Popular José Marques de Souza (Matias)[91], ginásios esportivos, centro de convivência do idoso e uma das Unidades de Pronto Atendimento 24 horas, a UPA Franco Silva.

[90] O entorno da 3ª Regional, que compreende a Transacreana, foi considerado uma das áreas mais violentas se comparado aos bairros de outras regionais.

[91] O Restaurante Popular faz parte da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional implantada pelo município de Rio Branco há 10 anos, resultado da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social nas ações do programa Fome Zero, uma política de inclusão social estabelecida em 2003 pela Presidência da República, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. O principal objetivo é garantir o direito a uma refeição de qualidade ao preço de R$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos). Inaugurado em junho de 2008, serve, atualmente, mais de 700 refeições por dia. Leva o nome de José Marques de Souza, o Matias – um artista popular da Baixada da Sobral, e atende não somente os moradores da Baixada, mas de várias regiões da cidade, principalmente os idosos, porque têm gratuidade no transporte coletivo.

Quadro 06 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 3ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016

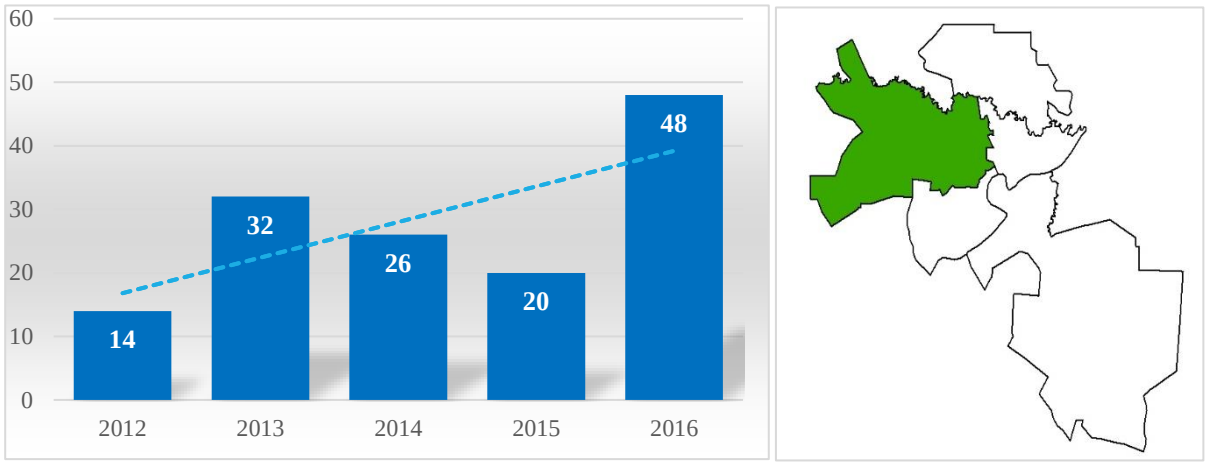
REGIONAL	BAIRRO (OCORRÊNCIA)	2012	2013	2014	2015	2016	Total
3ª REGIONAL	ZONA RURAL OESTE (Transacreana)	4	3	4	6	8	**25**
	AYRTON SENNA	4	1	4	3	2	**14**
	JOAO EDUARDO I E II	1	1	2	2	4	**10**
	BOA UNIAO	0	3	2	1	4	**10**
	BAHIA NOVA E VELHA	3	1	3	0	3	**10**
	SOBRAL	3	0	1	2	3	**9**
	AEROPORTO VELHO	1	1	1	3	2	**8**
	PREVENTÓRIO	3	0	1	1	1	**6**
	PLACIDO DE CASTRO	0	1	0	2	1	**4**
	PALHEIRAL	0	1	1	0	1	**3**
	JOAO PAULO II	2	1	0	0	0	**3**
	BOA VISTA	0	0	2	0	1	**3**
	PISTA	1	0	0	0	2	**3**
	CABREUVA	0	1	0	0	1	**2**
	FLORESTA SUL	0	1	1	0	0	**2**
	CONJ CARANDA	0	0	0	1	0	**1**
	GLORIA	0	0	0	1	0	**1**
TOTAL		**22**	**15**	**22**	**22**	**33**	**114**

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

O gráfico 15 apresenta o histórico de homicídios dolosos em uma das áreas que concentra o maior contingente populacional, cerca de 134 mil habitantes. As características da 4ª Regional foram contextualizadas anteriormente e constitui o grupo de regionais[92] que tiveram um aumento expressivo de mortes em 2016, 140% em relação ao ano anterior. Comparada a aos anteriores, essa regional tem estatísticas contínuas de várias outras naturezas criminais.

[92] A 2ª, 4ª e 5ª regionais de segurança urbana tiveram, em média, 90% de aumento de homicídios dolosos em 2016, em relação a 2015.

Gráfico 15 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 4ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Nesta regional está localizada a Unidade de Recuperação Social Francisco de Oliveira Conde (URS-FOC), o presídio, no bairro Distrito Industrial, e concentra, conjuntamente, o maior índice de homicídios dolosos nos últimos cinco anos. Uma área que tem demonstrado muita "fragilidade" é o da regional do Calafate, que concentra, em segundo, o maior número de homicídios. A Regional Administrativa Calafate é uma das mais distantes da 4ª Regional e tem uma população estimada em 50 mil pessoas, o equivalente a 38% da população de toda a regional. A regional do Calafate é uma das áreas mais assistidas por programas habitacionais em relação as outras regionais.

Quadro 07 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 4ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.

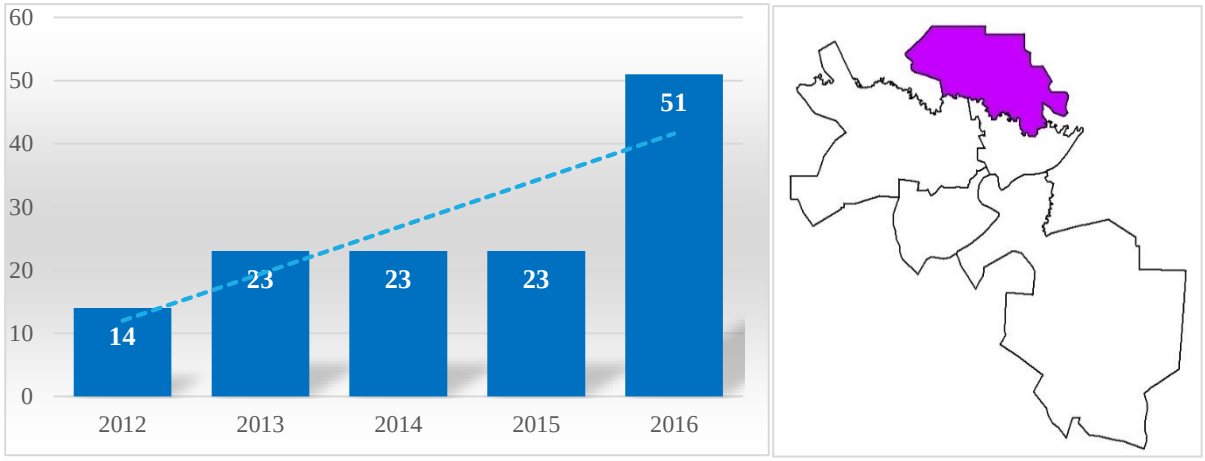
REGIONAL	BAIRRO (OCORRÊNCIA)	2012	2013	2014	2015	2016	Total
4ª REGIONAL	DISTRITO INDUSTRIAL E URS-FOC	0	1	3	4	10	**18**
	CALAFATE	4	5	3	1	4	**17**
	CONQUISTA	1	2	2	1	5	**11**
	PAZ	1	0	2	4	2	**9**
	ILSON RIBEIRO	2	3	2	1	1	**9**
	NOVA ESPERANCA	1	2	1	0	4	**8**
	CONJ ESPERANCA	0	2	0	1	4	**7**
	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL	0	1	1	1	2	**5**
	MOCINHA MAGALHAES	1	2	1	0	0	**4**
	NOVO CALAFATE	0	0	1	0	3	**4**

	ABRAAO ALAB	0	1	1	0	1	**3**
	LAELIA ALCANTARA	0	2	0	0	1	**3**
	PORTAL DA AMAZONIA	0	2	0	0	1	**3**
	FLORESTA SUL	0	0	2	0	1	**3**
	WALDEMAR MACIEL	0	1	1	0	0	**2**
	DOCA FURTADO	0	1	0	1	0	**2**
	NOVO HORIZONTE	0	0	0	0	2	**2**
	NOVA ESTACAO	0	1	0	0	1	**2**
	PRIMAVERA	1	0	1	0	0	**2**
	PEDRO ROSENO	0	0	0	1	1	**2**
	MAURO BITTAR/LBA/VILA BETEL	0	1	0	0	1	**2**
	CONJ AROEIRA	0	1	0	0	1	**2**
	VILA CUSTODIO FREIRE	0	1	0	1	0	**2**
	TUCUMA I E II	1	0	1	0	0	**2**
	CONJ UNIVERSITARIO I, II E III	1	0	0	1	0	**2**
	CONJ BELA VISTA	0	1	1	0	0	**2**
	MANOEL JULIAO	0	0	0	1	0	**1**
	IVETE VARGAS	1	0	0	0	0	**1**
	HABITAR BRASIL	0	1	0	0	0	**1**
	ZONA RURAL NORTE	0	0	0	0	1	**1**
	ISAURA PARENTE	0	0	0	0	1	**1**
	CONJ JEQUITIBA	0	0	1	0	0	**1**
	GERALDO FLEMING	0	1	0	0	0	**1**
	RUI LINO	0	0	0	1	0	**1**
	CONJ NOVA MORADA	0	0	0	1	0	**1**
	PARQUE DAS PALMEIRAS	0	0	1	0	0	**1**
	RESIDENCIAL JOSE FURTADO	0	0	1	0	0	**1**
	POLO AGROFLOR.G. MESQUITA	0	0	0	0	1	**1**
TOTAL		**14**	**32**	**26**	**20**	**48**	**140**

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

O gráfico 16 apresenta o histórico de homicídios dolosos em uma das regionais com as maiores áreas de invasão, uma população reconhecidamente vulnerável e com um índice alto de menores de idade como autores, coautores e partícipes em crimes, sobretudo os violentos. É na 5ª regional que tem os maiores índices de violência escolar, que envolvem alunos, professores e parentes (pais) de alunos. Dados do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Acre (Sinteac) apontam a insegurança diária vivida pela classe e por funcionários de escolas instaladas nas áreas mais vulneráveis. Os altos índices de evasão escolar também estão concentrados nessa regional, sobretudo pelas crianças e adolescentes que não têm participação nas práticas delitivas e que configura um desafio diário em ser vitimado numa ação violenta. A marca de 125% de homicídios dolosos ocorridos em 2016 em relação a 2015 configura a participação no grupo das três regionais mais violentas da capital.

Gráfico 16 - Histórico de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na área da 5ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

O quadro 08 demonstra a distribuição de homicídios na 5ª regional, nos bairros que têm sido repetidamente considerados um dos mais violentos das duas regionais administrativas (Tancredo Neves e São Francisco).

A concentração das vítimas de homicídios, nos últimos cinco anos deu-se em, pelo menos, 10 bairros nessa área, repetidamente no período de 2012 a 2016. A característica de formação do bairro é um dos aspectos a ser considerado, sobretudo pelo constante processo de "expansão" das áreas de invasão.

Quadro 08 - Distribuição de vítimas de homicídios dolosos por bairro/conjunto na área da 5ª Regional de Segurança Pública em Rio Branco, de 2012 a 2016.

REGIONAL	BAIRRO (OCORRÊNCIA)	2012	2013	2014	2015	2016	Total
5ª REGIONAL	JARDIM ELDORADO	1	2	1	2	8	**14**
	VITORIA	4	4	2	1	2	**13**
	MONTANHES	4	0	2	3	3	**12**
	TANCREDO NEVES	1	1	4	1	5	**12**
	JORGE LAVOCAT/CALADINHO	0	2	1	2	4	**9**
	CHICO MENDES	0	3	1	1	4	**9**
	DEFESA CIVIL	0	2	4	2	1	**9**
	ALTO ALEGRE	1	4	1	0	2	**8**
	ZONA RURAL NORTE	1	0	0	3	3	**7**

	SÃO FRANCISCO	0	1	3	0	3	**7**
	PLACAS	1	2	0	1	2	**6**
	ZONA RURAL LESTE	0	0	0	1	4	**5**
	IRINEU SERRA	0	0	0	0	4	**4**
	RESIDENCIAL SANTA CRUZ	0	0	0	0	2	**2**
	INVASAO DO PANORAMA	0	0	0	1	1	**2**
	LOTEAMENTO SANTA LUZIA	0	0	0	1	1	**2**
	OSCAR PASSOS	0	0	0	0	1	**1**
	JARBAS PASSARINHO	0	0	0	0	1	**1**
	RAIMUNDO MELO	0	0	0	1	0	**1**
	PANORAMA	0	0	0	1	0	**1**
	ZONA RURAL	0	0	1	0	0	**1**
	LOTEAMENTO ALTAMIRA	0	0	0	1	0	**1**
	VILA NOVA	0	0	0	1	0	**1**
	WANDERLEY DANTAS	0	0	1	0	0	**1**
	LOTEAMENTO JAGUAR	0	1	0	0	0	**1**
	CONJ XAVIER MAIA	0	0	1	0	0	**1**
	LOTEAMENTO JARDIM SÃO FRANCISCO	0	0	1	0	0	**1**
	ADALBERTO SENA	0	1	0	0	0	**1**
TOTAL		**14**	**23**	**23**	**23**	**51**	**134**

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

A primeira análise espacial marcante apresentada no quadro 09, nos últimos cinco anos, foi a concentração de mortes ocorridas em vias públicas. Ao considerarmos anos anteriores, pouco diferem e refletem o aumento de mortes por "motivos torpes" que contribuem sobremaneira à aversão aos espaços públicos e à permanência do medo que não cessa após uma vitimização por ações violentas.

Quadro 09 - Homicídio por tipo de local das ocorrências de 2012 a 2016.

TIPO DE LOCAL	2012	2013	2014	2015	2016
VIA PÚBLICA	88 (49,2%)	102 (52,0%)	88 (46,1%)	93 (47,7%)	152 (42,8%)
RESIDÊNCIA	28 (15,6%)	32 (16,3%)	42 (22,0%)	39 (20,0%)	90 (25,4%)
COLÔNIA[93]	26 (14,5%)	26 (13,3%)	19 (9,9%)	30 (15,4%)	46 (13,0%)
RAMAL	8 (4,5%)	12 (6,1%)	18 (9,4%)	10 (5,1%)	21 (5,9%)
URS-FOC e ISE	1 (0,6%)	2 (1,0%)	1 (0,5%)	3 (1,5%)	10 (2,8%)
BAR	2 (1,1%)	2 (1,0%)	4 (2,1%)	6 (3,1%)	7 (2,0%)
COMÉRCIO	1 (0,6%)	2 (1,0%)	2 (1,0%)	1 (0,5%)	7 (2,0%)

[93] Seringal, fazenda, chácara, comunidade rural, colocação sítio, floresta e projeto de assentamento.

TERRENO BALDIO	8 (4,5%)	6 (3,1%)	3 (1,6%)	3 (1,5%)	5 (1,4%)
ESTRADA	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (1,0%)	1 (0,5%)	3 (0,8%)
RIO	2 (1,1%)	2 (1,0%)	3 (1,6%)	0 (0,0%)	3 (0,8%)
RODOVIA	2 (1,1%)	4 (2,0%)	3 (1,6%)	1 (0,5%)	2 (0,6%)
POSTO DE COMBÚSTIVEL	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (0,6%)
PRAIA	1 (0,6%)	1 (0,5%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)	2 (0,6%)
CASA NOTURNA	3 (1,7%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,3%)
IGARAPÉ	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)	1 (0,3%)
ORGÃO PÚBLICO	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,3%)
PORTO	1 (0,6%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,3%)
BALNEÁRIO	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,3%)
ESTACIONAMENTO	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
UNIVERSIDADE	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
PONTE	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
BARRANCO DE RIO	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)
TERMINAL URBANO	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
CERÂMICA	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
PARQUE	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)
POSTO DE LAVAGEM	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)
PRAÇA PÚBLICA	1 (0,6%)	1 (0,5%)	1 (0,5%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)
CLUBE	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (1,0%)	0 (0,0%)
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
TERMINAL RODOVIÁRIO	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
DELEGACIA DE POLÍCIA	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)
EMBARCACÃO	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
CASA LOTÉRICA	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
QUADRA DE ESPORTES	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
ESCOLA	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
MERCADO PÚBLICO	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Ainda em análise, e em segundo, nos últimos anos, nota-se a preponderância em mortes em residência particular, e ao correlacionarmos esse quadro com os gráficos que tratam vítimas em relação ao gênero, nota-se que houve uma predominância das vítimas do sexo masculino e que nos leva a problematizar que o contingente de vítimas em residências particulares, possivelmente, seja do sexo feminino, como analisado por RIBEIRO (2014, pág. 41),

> (...) ocorre em casa, no âmbito do lar, local este que deveria acolher, muitas vezes é o lugar do horror, ocorrendo também no ambiente de trabalho, (...) contudo os tipos de violência ocorrem no âmbito familiar.

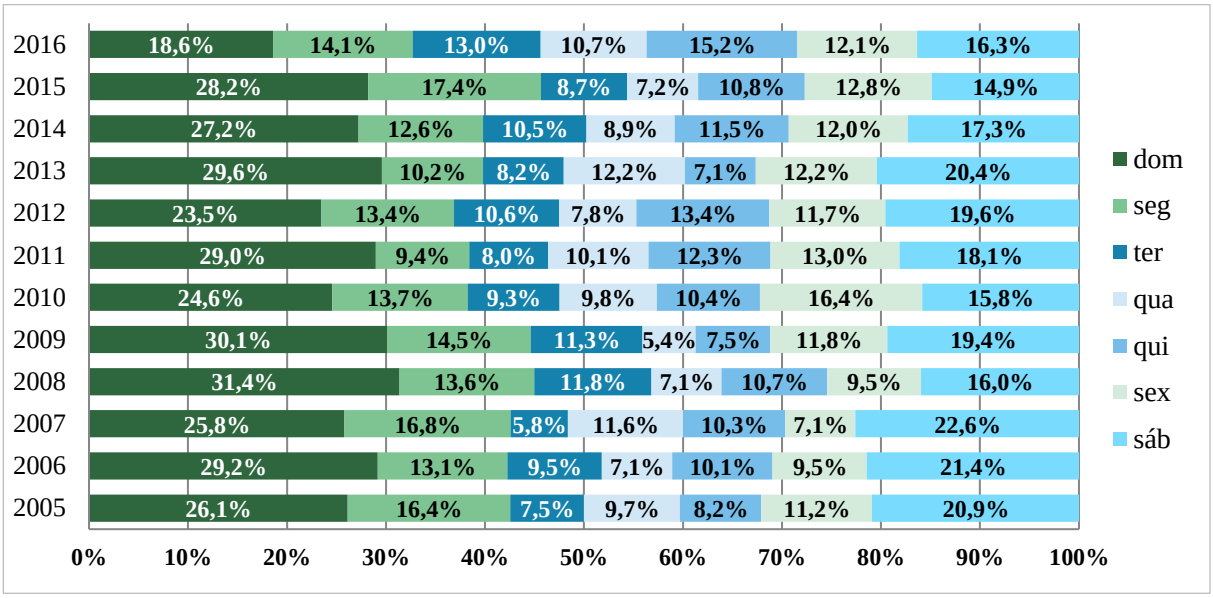
Empiricamente, o fato de que grande parte dos homicídios acontecem em residência particular denota que existe uma relação de proximidade, ainda que primárias, entre autor e vítima, indicando que caberia uma outra análise, em relacionar estatisticamente, qual o grau de

ligação e ou parentesco, entre o autor e a vítima e, ainda, a circunstância que ocorreu a prática do homicídio doloso.

Notou-se também, que houve uma concentração de homicídios em áreas mais afastadas da cidade, como as colônias, chácaras, ou seja, as vias rurais. Ao relacionarmos esses homicídios às circunstâncias do crime, ficou evidente o aumento de roubos de carros, seguidos de morte. Diante do cenário, ficou evidente a autoria desses crimes por faccionados, sendo o veículo um dos suportes a fugas, transporte de drogas e armas e, ainda, para despistar as polícias.

Dados dos bancos de dados das polícias Civil e Militar demonstraram que a maior concentração de homicídios dolosos ocorreu no final de semana, sábado e domingo, repetidamente, a mais de dez anos, e refletem nas informações expressas no gráfico 17.

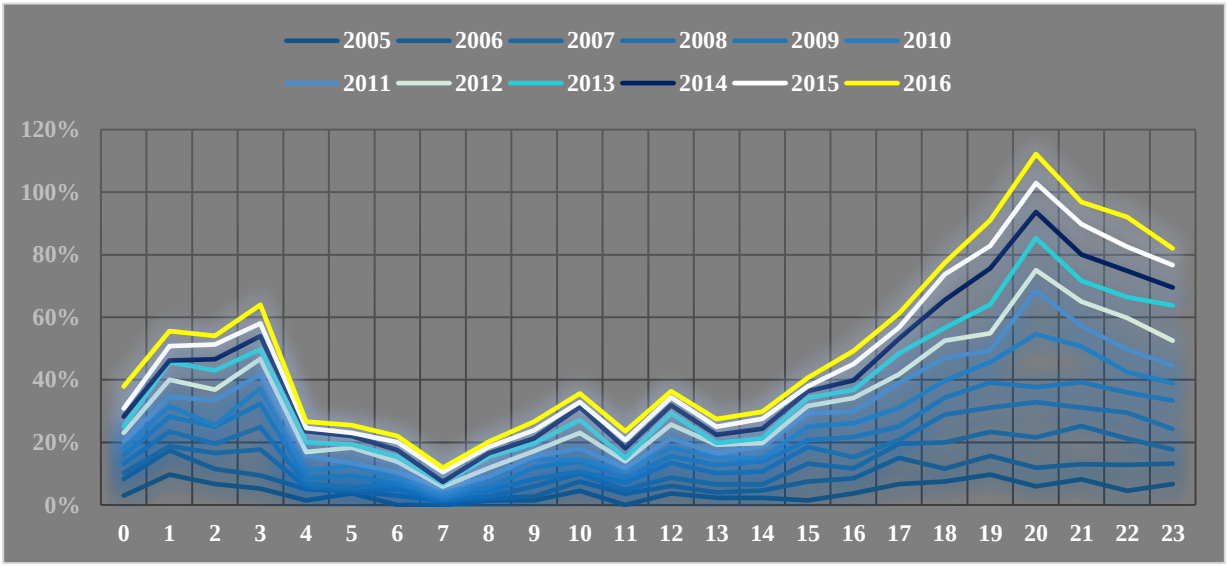
Gráfico 17 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos por dia da semana, de 2005 a 2016



Fonte: Bancos de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública - Polícia Civil e Polícia Militar. Organizado pela autora, 2018

Aliado às informações do dia de ocorrência, notamos que o período compreendido entre 19h e 23h tem o seu ápice e, que, em seguida, reflete na madrugada de segunda-feira, após 02h da manhã, demonstrado no gráfico seguinte.

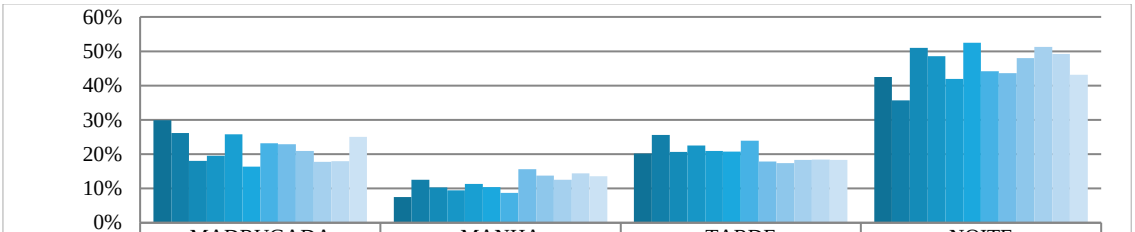
Gráfico 18 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos por hora de ocorrência, de 2005 a 2016



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

A frequência dada pelo gráfico 18 confirma-se pelos dados do gráfico 19, que demonstra a maior incidência de homicídios no período da noite e madrugada.

Gráfico 19 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios por período do dia, de 2005 a 2016.



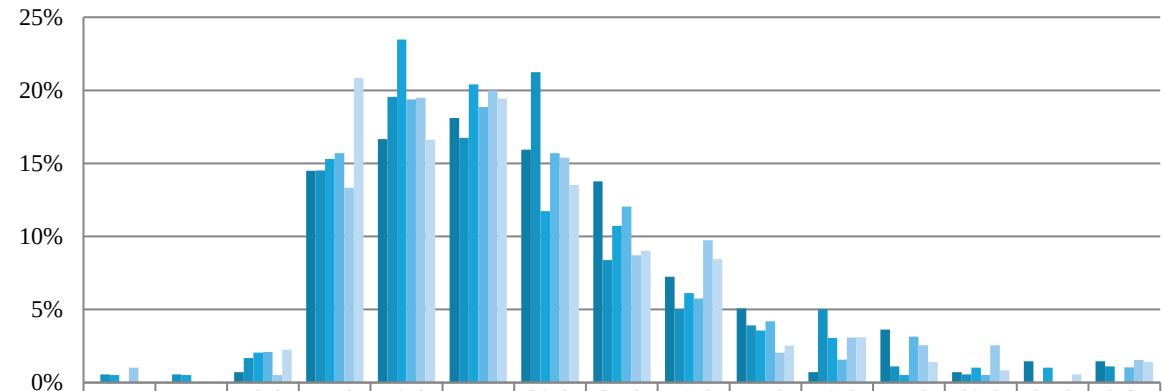
	MADRUGADA	MANHA	TARDE	NOITE
2005	30%	7%	20%	43%
2006	26%	13%	26%	36%
2007	18%	10%	21%	51%
2008	20%	9%	22%	49%
2009	26%	11%	21%	42%
2010	16%	10%	21%	52%
2011	23%	9%	24%	44%
2012	23%	16%	18%	44%
2013	21%	14%	17%	48%
2014	18%	13%	18%	51%
2015	18%	14%	18%	49%

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

O histórico demonstrado no gráfico 20 chama a atenção aos elevados níveis de vítimas de homicídios com idade entre 15 e 30 anos, seguindo o padrão nacional. Considerando os últimos cinco anos, houve um continuado aumento das mortes de jovens e adultos jovens, sobretudo do sexo masculino (gráfico 21, pág. 109).

Uma ocorrência relevante diz respeito à disputa por território entre os grupos que controlam o tráfico de drogas na capital. Muitos jovens são mortos por acerto de contas e por disputas entre as facções rivais que consistem na necessidade constante da manutenção e expansão do consumo e local de drogas.

Gráfico 20 - Histórico da frequência relativa de homicídios dolosos por faixa etária da vítima, de 2011 a 2016.



	0 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 24	25 A29	30 A 34	35 A 39	40 A 44	45 A 49	50 A 54	55 A 59	60 A 64	65 A 69	70 OU MAIS
2011	0%	0%	1%	14%	17%	18%	16%	14%	7%	5%	1%	4%	1%	1%	1%
2012	1%	1%	2%	15%	20%	17%	21%	8%	5%	4%	5%	1%	1%	0%	1%
2013	1%	1%	2%	15%	23%	20%	12%	11%	6%	4%	3%	1%	1%	1%	0%
2014	0%	0%	2%	16%	19%	19%	16%	12%	6%	4%	2%	3%	1%	0%	1%
2015	1%	0%	1%	13%	19%	20%	15%	9%	10%	2%	3%	3%	3%	0%	2%
2016	0%	0%	2%	21%	17%	19%	14%	9%	8%	3%	3%	1%	1%	1%	1%

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

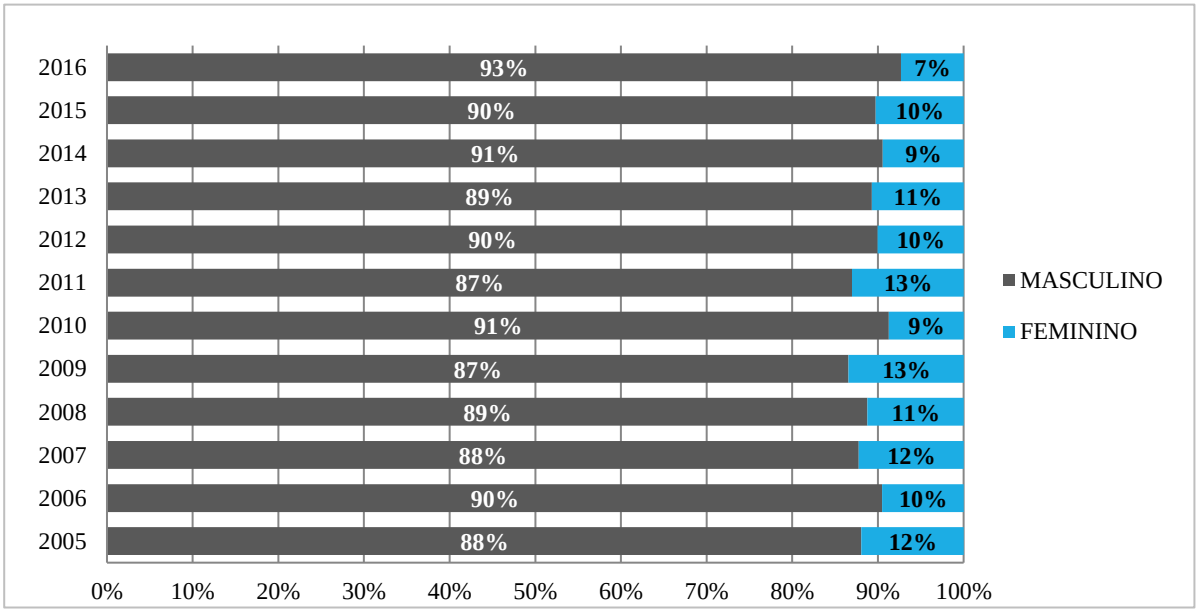
No entanto, Tavares dos Santos (2002) nos alerta a ter um olhar diferenciado nas causas obscuras das mortes na juventude brasileira, indicando a reconhecer o conflito como parte da dinâmica social da juventude, sobretudo no processo de transição para a vida adulta, quando sua “agressividade” é necessária para que encontre um lugar no espaço social.

Nesse entendimento, partilham Nascimento (2004) e Zaluar (2004, p.366), que relacionam a violência à adesão de alguns recursos simbólicos e às demonstrações de bravura

perante o enfrentamento da morte, onde "há um etos de masculinidade, que posteriormente foi substituído pelo de etos guerreiro".

Todavia, há outra interpretação para esse "desaparecimento" de jovens e, não associada à masculinidade[94], mas relacionado às condições sociais a qual estão inseridos, sobretudo na inexistência de políticas públicas para juventude, que reflete na invisibilidade social e sendo a violência uma forma de acentuar, ou se estabelecer no convívio social, ainda que de forma arriscada, sendo mais expressivo em espaços segregados socialmente, onde o índice de desemprego ou desestruturação familiar é mais concentrado e mais exposto à violência.

Gráfico 21 - Histórico da frequência relativa de homicídios dolosos por sexo da vítima, de 2005 2016.

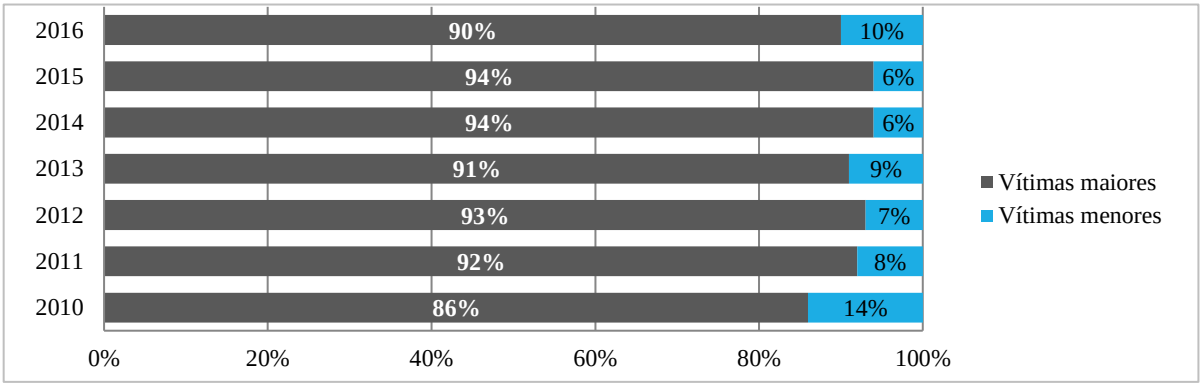


Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Há estudos, em Schencker e Minayo (2003), que justificam a predominância de mortes violentas do sexo masculino e maiores de 18 anos, no sentido que são os que mais se expõem ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, ao uso de arma de fogo e maior concentração no mercado informal de trabalho, em atividades lícitas e ilícitas.

[94] Um conjunto de atributos, comportamentos e papéis geralmente associados a meninos e homens, construída socialmente, mas composta por tanto fatores socialmente definidos quanto criados biologicamente.

Gráfico 22 - Histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos maiores e menores de idade, de 2010 a 2016.

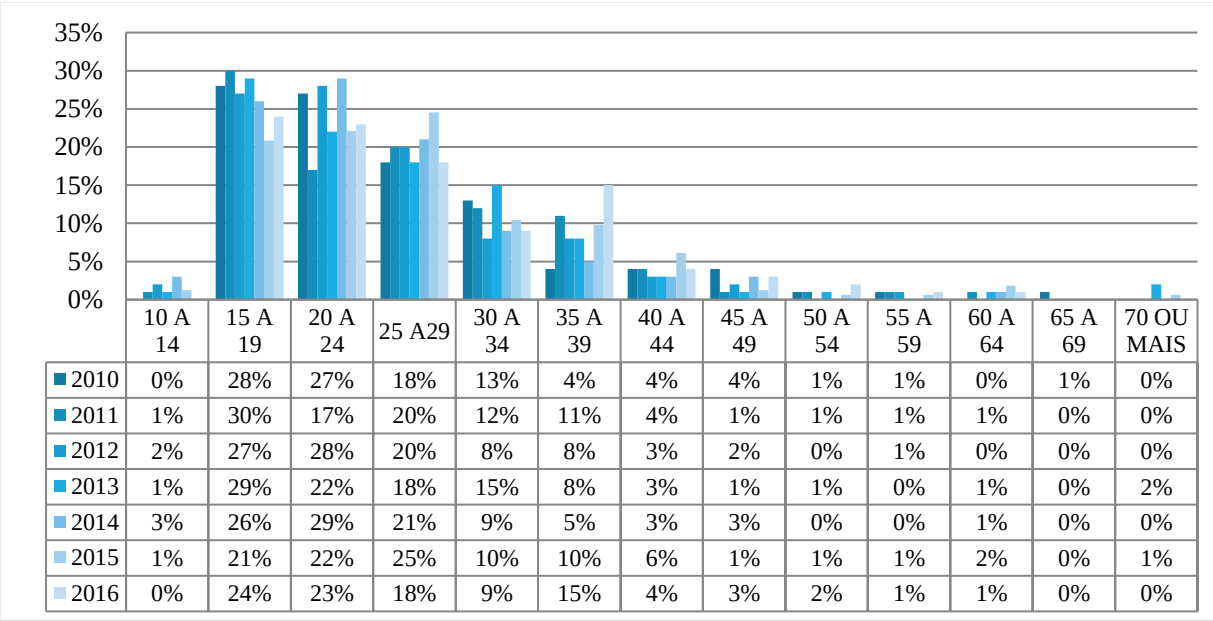


Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

No gráfico 23, é possível observarmos, o grande contingente de menores autores de homicídios dolosos, entre 15 e 19 anos e que configuram, nos últimos cinco anos, em proximidade ou nas maiores taxas, se comparados a faixa etária de 20 a 24 anos no mesmo período.

Esse dado é alarmante e compõe o conjunto de autores e vítimas de mortes violentas na faixa etária de 15 a 29 anos, ao passo que denota uma tragédia anunciada, de que cada vez mais temos como alvo da violência a juventude brasileira, masculina, negra, e de baixa escolaridade.

Gráfico 23 - Histórico da frequência relativa de homicídios dolosos por faixa etária do autor, de 2010 a 2016.



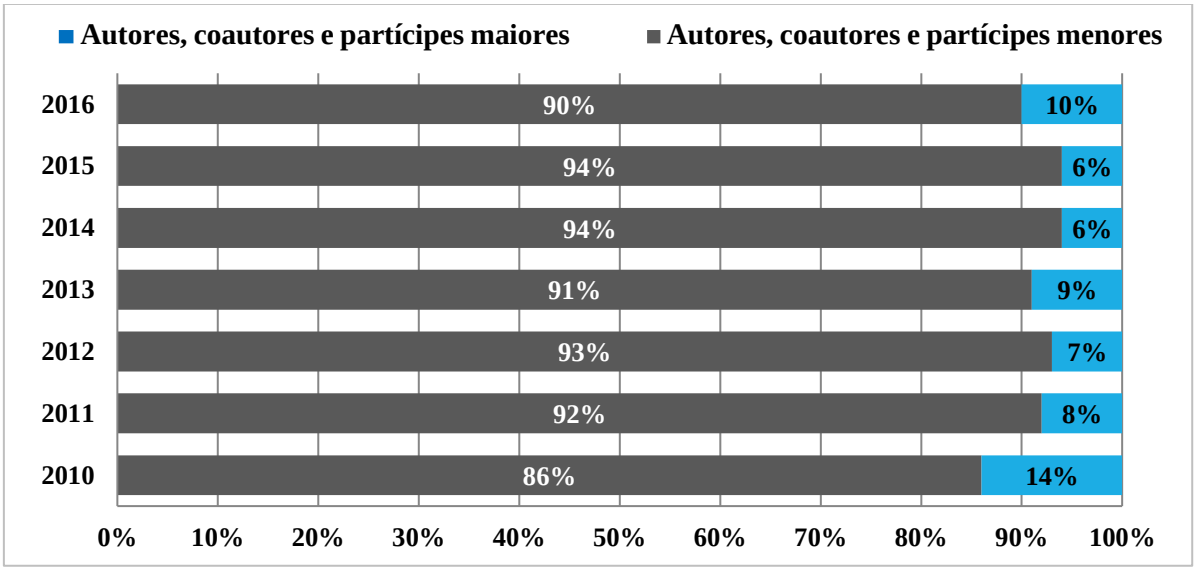
	10 A 14	15 A 19	20 A 24	25 A29	30 A 34	35 A 39	40 A 44	45 A 49	50 A 54	55 A 59	60 A 64	65 A 69	70 OU MAIS
2010	0%	28%	27%	18%	13%	4%	4%	4%	1%	1%	0%	1%	0%
2011	1%	30%	17%	20%	12%	11%	4%	1%	1%	1%	1%	0%	0%
2012	2%	27%	28%	20%	8%	8%	3%	2%	0%	1%	0%	0%	0%
2013	1%	29%	22%	18%	15%	8%	3%	1%	1%	0%	1%	0%	2%
2014	3%	26%	29%	21%	9%	5%	3%	3%	0%	0%	1%	0%	0%
2015	1%	21%	22%	25%	10%	10%	6%	1%	1%	1%	2%	0%	1%
2016	0%	24%	23%	18%	9%	15%	4%	3%	2%	1%	1%	0%	0%

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

As análises demonstraram um aumento significativo do número de crianças e adolescentes envolvidos em autorias e coautorias de homicídios dolosos em 2016. No gráfico 24, é possível observar o número elevado de autores e coautores maiores de idade. Todavia, o percentual da participação de menores configura uma nova dinâmica da criminalidade, sobretudo, não somente pelas pessoas que foram vitimadas, mas pelo aprisionamento ou morte das lideranças adultas que dominam o tráfico de drogas, e que abre um caminho, ou ainda, a "oportunidade" para que um número expressivo de crianças e adolescentes menores de 18 anos entre para o tráfico de drogas e ocupem posições que antes eram apenas ocupadas por criminosos adultos.

Das 370 mortes violentas em 2016, 79 são menores de 19 anos e, muitas vezes, é a própria facção da qual o jovem é integrante que acaba o matando por medo de delações.

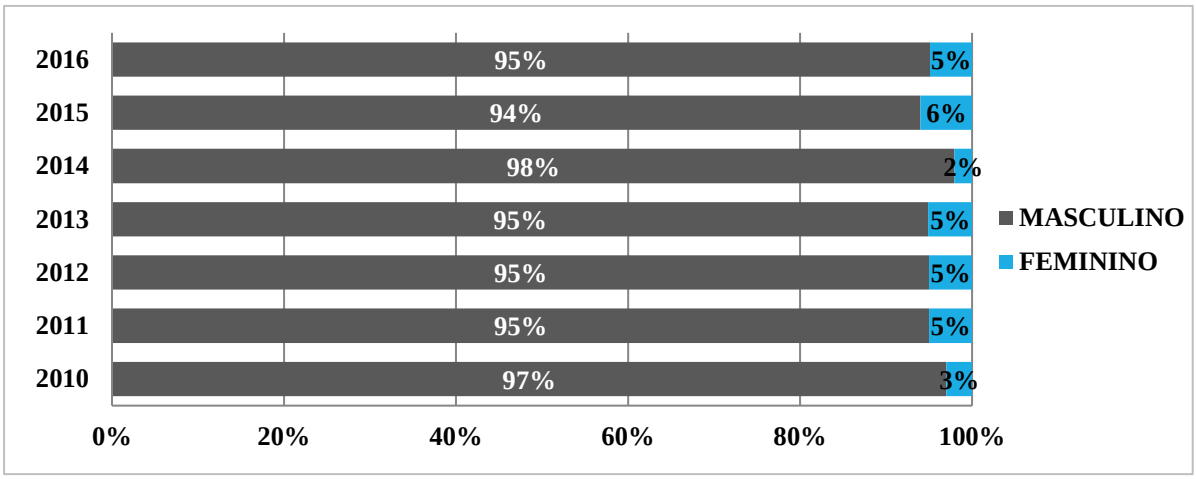
Gráfico 24 - Histórico da frequência relativa de autores, coautores e partícipes de homicídios dolosos maiores e menores de idade, de 2010 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Os dados do gráfico 25 confirmam que os autores de homicídios dolosos são, em sua maioria, em média, nos últimos cinco anos, 95,4% do sexo masculino e que se expõem na mesma motivação dos que são vítimas, ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, ao uso de arma de fogo e a participação em atividades ilícitas.

Gráfico 25 - Histórico da frequência de homicídios dolosos por sexo do autor, de 2010 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Os dados do quadro 10 demonstram o nível de escolaridade declarado pelos autores de homicídios presos. Nele, foi possível constatarmos o elevado percentual de reeducandos com o ensino fundamental incompleto. São adultos jovens, que cedo evadiram-se da escola para a prática delinquente.

Quadro 10 - Frequência relativa de reeducandos autores de homicídios que ingressaram na URS-FOC por nível de escolaridade declarada pelo reeducando, de 2012 a 2016.

Nível de escolaridade declarado pelo reeducando	2012	2013	2014	2015	2016
Ensino Fundamental incompleto	49,6%	57,7%	54,8%	62,3%	64,5%
Ensino médio incompleto	9,9%	7,5%	6,5%	5,7%	8,9%
Ensino Fundamental completo	11,5%	8,5%	5,2%	7,5%	7,5%
Ensino médio completo	8,4%	3,3%	6,5%	4,4%	7,5%
Alfabetizado	6,1%	8,5%	5,2%	8,2%	3,7%
Não informado	4,6%	3,8%	15,5%	4,4%	3,7%
Analfabeto	8,4%	8,9%	6,5%	7,5%	2,8%
Ensino Superior completo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Ensino Superior incompleto	1,5%	1,9%	0,0%	0,0%	0,5%
Total geral	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informações Penitenciária – Sipen. Organizado pela autora, 2018

Quando analisamos a situação civil dos autores de homicídios, os dados do sistema penitenciário apontam que o risco entre casados é bem menor do que entre solteiros. Alguns estudos apontam que os homens solteiros expõem-se mais a situações de risco do que os

casados. Talvez, o casamento (mulher e filhos) seria um limitador aos indivíduos das probabilidades de cometer ações criminosas.

Quadro 11 - Frequência relativa de reeducandos autores de homicídios que ingressaram na URS-FOC por estado civil declarada pelo reeducando, de 2012 a 2016.

Estado civil declarado pelo reeducando	2012	2013	2014	2015	2016
Solteiro	55,0%	59,6%	52,9%	57,9%	61,2%
Amaseado (a)	35,9%	30,0%	29,7%	27,7%	25,7%
Casado (a)	6,9%	8,5%	10,3%	9,4%	9,8%
Não informado	0,8%	0,0%	6,5%	4,4%	2,3%
Viúvo (a)	0,8%	0,9%	0,0%	0,6%	0,5%
Divorciado (a)	0,8%	0,9%	0,6%	0,0%	0,5%
Total geral	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informações Penitenciária – Sipen. Organizado pela autora, 2018

A população negra (pardos e negros) no sistema penitenciário brasileiro representa cerca de 90% e não difere na maioria dos estados brasileiros. No Acre, 93% dos reeducandos em 2016, autodeclararam-se pardos ou negros, como demonstrado no quadro 12.

Quadro 12 - Frequência relativa de reeducandos autores de homicídios que ingressaram na URS-FOC por raça/cor, de 2012 a 2016.

Raça/cor do reeducando	2013	2014	2015	2016
Pardo (a)	85,0%	87,1%	83,6%	86,4%
Negro (a)	9,4%	3,9%	5,7%	6,5%
Branco (a)	3,8%	5,8%	8,8%	5,6%
Não informado	1,9%	2,6%	1,3%	1,4%
Amarelo (a)	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%
Indígena (a)	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%
Total geral	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informações Penitenciária – Sipen. Organizado pela autora, 2018

A maioria dos reeducandos declarou não ter filhos (82%) e, pelo menos, 8% declararam ter pelo menos um filho em 2016.

Quadro 13 - Frequência relativa da quantidade de filhos declarada pelo reeducando que ingressou na URS-FOC pela prática de homicídio, de 2012 a 2016.

Quantidade de filhos declarados pelo reeducando	2012	2013	2014	2015	2016
0	67,7%	73,1%	81,3%	84,9%	82,0%
1	18,1%	11,9%	7,1%	6,9%	8,0%
2	7,1%	6,7%	3,9%	3,1%	5,0%
3	6,3%	5,2%	5,2%	1,9%	1,5%
4	0,8%	1,0%	1,9%	1,9%	2,0%
5	0,0%	1,0%	0,0%	0,6%	1,0%
6	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
7	0,0%	0,0%	0,6%	0,6%	0,5%
8	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Total geral	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

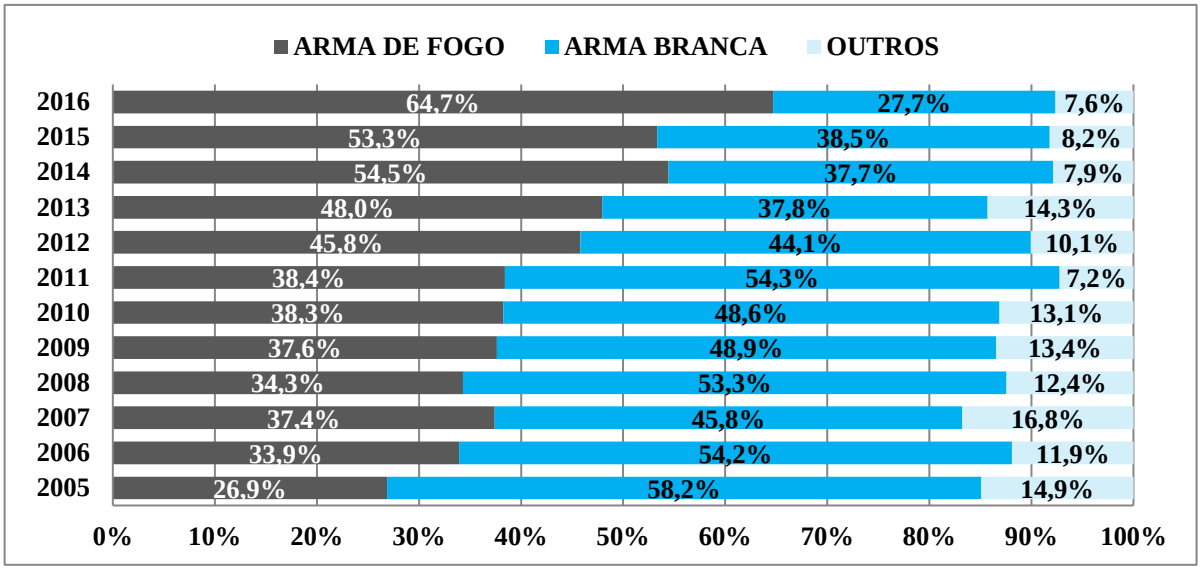
Fonte: Sistema de Informações Penitenciária – Sipen. Organizado pela autora, 2018

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, 48% dos crimes no Acre estão ligados a armas de fogo. A maioria em situação irregular.

A taxa de mortes por armas de fogo para cada 100 mil habitantes é de 10,2 (2010). Nos primeiros meses de 2016, morreram mais pessoas do que em todo o ano de 2015. O estado subiu uma posição no *ranking* da violência por arma de fogo, saindo do 22º para o 23º lugar.

Observa-se no gráfico 26 (pág. 114) que, até o ano de 2011, o instrumento mais utilizado para a prática de homicídio consumado era a arma branca. Após, a dinâmica mudou. A partir de 2012, o número de homicídios consumados em que os autores utilizaram arma de fogo para consumar o crime, passou a ter a maior representação percentual, sobretudo no último semestre de 2015 e o ano de 2016. Ao estabelecermos uma relação entre os motivos de homicídios (quadro 14) e a utilização das armas de fogo, chegamos à conclusão de que os homicídios por armas de fogo tiveram o ápice em circunstâncias de execução e que, na maioria dos casos, têm origem nos acertos de contas entre as facções que disputam o mercado e o território do tráfico de drogas.

Gráfico 26 - Histórico da frequência de homicídios dolosos por instrumento utilizado para prática do delito de 2015 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Ao tratarmos sobre os dados do quadro 14, os crimes motivados por acertos de contas representam 40,3% do total de motivações, intensificado nos últimos dois anos e que coincide com outros atributos, a faixa etária jovem e vítimas do sexo masculino.

Quadro 14 - Frequência relativa da motivação identificada para o cometimento do homicídio, no período de 2005 a 2016.

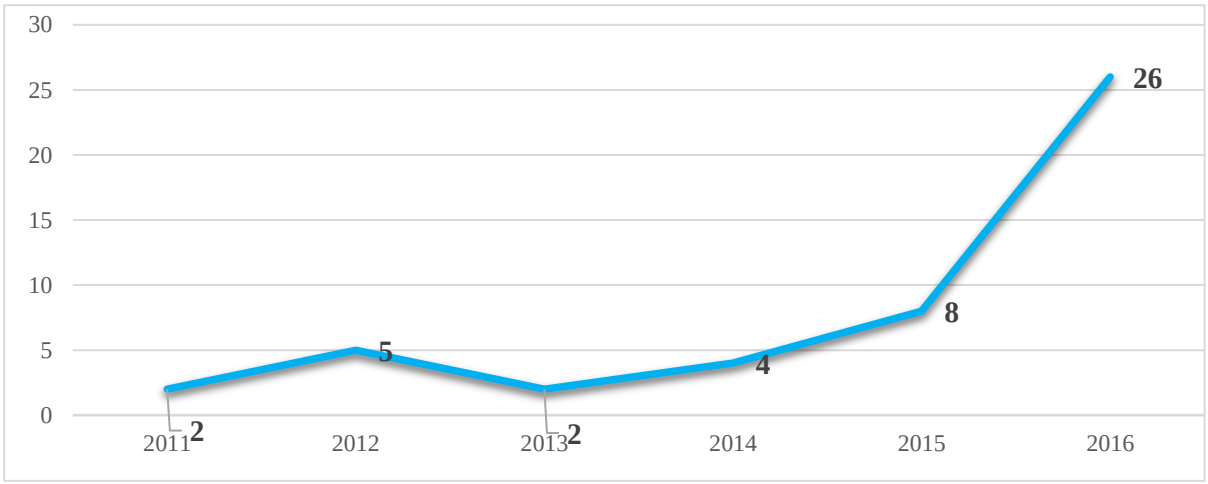
MOTIVAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DROGA/ACERTO DE CONTAS	7,5%	6,5%	9,7%	9,5%	5,4%	8,6%	13,7%	10,6%	12,2%	15,7%	31,8%	40,3%
INDETERMINADA	5,2%	6,0%	11,6%	13,6%	28,5%	24,3%	16,5%	17,9%	32,7%	35,1%	12,3%	18,3%
FÚTIL	9,7%	10,7%	18,1%	18,9%	17,7%	23,8%	23,0%	29,6%	21,4%	20,4%	19,0%	17,2%
MORTE POR INTERVENÇÃO POLICIAL EM SERVIÇO OU FORA DE SERVIÇO	2,2%	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	1,4%	2,8%	1,0%	2,1%	4,1%	7,3%
PASSIONAL	9,7%	10,7%	9,7%	13,6%	9,1%	8,6%	13,7%	7,8%	6,1%	7,3%	5,1%	5,6%
VINGANCA	11,9%	13,7%	10,3%	8,3%	11,3%	10,8%	8,6%	15,6%	9,2%	5,8%	11,8%	4,8%
BEBEDEIRA	38,1%	42,3%	28,4%	22,5%	18,3%	15,1%	15,1%	6,1%	12,2%	9,9%	9,2%	4,5%
LEGÍTIMA DEFESA	1,5%	0,0%	5,2%	3,6%	2,2%	4,3%	2,2%	3,4%	1,5%	0,0%	3,6%	2,0%
DISPUTA POR TERRA	1,5%	1,2%	0,0%	0,6%	0,5%	0,5%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%
INSANIDADE MENTAL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
MAUS TRATOS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%
PERVERSIDADE	0,7%	0,6%	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
RIXA	11,9%	6,0%	5,8%	7,7%	3,8%	3,2%	0,7%	3,9%	2,0%	3,7%	2,1%	0,0%
TORPE	0,0%	1,8%	0,6%	0,6%	1,1%	0,5%	5,0%	0,6%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%
TORTURA	0,0%	0,6%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Considerando os dados do quadro anterior, verificamos que o percentual relativo de mortes decorrentes de intervenção policial saltou de 4,1%, em 2015, para 7,3%, em 2016. Em relação ao gráfico acima, a variação de 2016 em relação a 2015 foi de 225% de aumento nas mortes decorrentes de confronto com as polícias, principalmente no que tange ao "uso legal, necessário e proporcional da força" para garantir a segurança imediata de si e/ou de terceiros e, na prática, fazer uso de arma de fogo durante ocorrências, elucidou, de forma geral, o recrudescimento das mortes decorrentes de intervenções[95].

Desde 2015, momento em que culminou a guerra entre as Orcrims no estado, observa-se um empoderamento por parte dos faccionados, pois, desde então, passaram a enfrentar com mais ousadia as forças policiais.

Gráfico 27 - Total de vítimas de homicídios dolosos por intervenção policial em serviço e fora de serviço, de 2011 a 2016.



Fonte: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

O quadro 15 demonstra o perfil dos homicídios ocorridos no Acre em 2016, a partir das variáveis de maior incidência relacionadas ao tempo, espaço, pessoas envolvidas e as causas predominantes.

[95] Nota da Sesp.

Quadro 15 - Resumo do perfil dos homicídios ocorridos no Acre em 2016.

<table>
<tr><th>ONDE?</th><th>QUANDO?</th><th>QUEM?</th><th>COMO?</th><th>POR QUE?</th></tr>
<tr><td>63% na capital</td><td>63% no 2º semestre</td><td>57% vítimas com idade de 15 a 29 anos</td><td>Em 33% das ocorrências testemunhadas, foi informado que houve a utilização de veículo</td><td rowspan="8">CAUSAS IMEDIATAS PREDOMINANTES

O conflito inter e entre Orcrims representou a maior motivação para os crimes de homicídio dolosos em 2016.

Das motivações identificadas, 50% dos homicídios foram por acertos de contas entre os faccionados da mesma Orcrim ou entre faccionados de Orcrims rivais.

Via de regra, os enfrentamentos são de cunho disciplinar (Inter-Orcrim) e mercadológico/ territorial (Entre-Orcrims).</td></tr>
<tr><td>79% em área urbana</td><td rowspan="3">52% na 2ª quinzena do mês</td><td>86% vítimas maiores de idade</td><td rowspan="2">Em 42% das ocorrências testemunhadas, foi informado que houve a participação de 2 ou mais autores</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Os cinco bairros mais violentos: Taquari, Belo Jardim I e II, Transacreana e Distrito Industrial</td><td>93% vítimas do sexo masculino</td></tr>
<tr><td>65% autores com idade de 15 a 29 anos</td><td rowspan="2">65% com o uso de arma de fogo</td></tr>
<tr><td>84% autores maiores de idade</td></tr>
<tr><td rowspan="3">23% na 2ª Regional</td><td rowspan="3">35% aos sábados e domingos</td><td>95% autores do sexo masculino</td><td rowspan="2">50%, com circunstâncias de execução</td></tr>
<tr><td>65% autores com ensino fundamental incompleto</td></tr>
<tr><td>61% autores solteiros</td><td rowspan="2">7% das vítimas de homicídio foram mortas em decorrência da necessidade de intervenção policial em serviço ou fora de serviço</td></tr>
<tr><td>42% em via pública</td><td>43% no período noturno</td><td>82% autores sem filhos</td></tr>
<tr><td></td><td></td><td>93% pardos e negros</td><td></td></tr>
</table>

Fontes: Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC e Assessoria de Inteligência e Análise Criminal da PMAC (ASSEIAC/PMAC). Organizado pela autora, 2018.

Diante das causas imediatas predominantes, cabe resgatar o início da história do crime organizado no Acre[96], que teve um período marcado do final da década de 80 e início da década de 90, pela atuação do "Esquadrão da Morte", liderado por um militar, responsável por ordenar a execução de várias pessoas e que atuava na cobrança de dívidas, acertos de contas, tráfico de drogas. No final da década de 90, o líder e mais 46 integrantes do Esquadrão da Morte foram presos.

[96] As informações foram baseadas nos registros da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil e do Gaeco do Ministério Público do estado do Acre.

Até 2011, não foram mais constatadas ações criminosas atribuídas à atuação de grupos criminosos no estado do Acre. Contudo, em meados de 2012, foi identificada a atuação da organização criminosa paulista, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que estava desenvolvendo a formação de uma célula no estado, fato que deu origem a investigações pelas instituições da segurança pública.

Em 2013, um grupo de traficantes da capital, que dominava o comércio de drogas nos bairros, com o objetivo de enfrentar o processo de expansão do PCC no estado do Acre, reuniu-se e, integrado por 13 criminosos, deu origem à organização criminosa denominada "Bonde dos 13" (B13).

Nesta série temporal, em 2015, foram constatadas pelas investigações da Polícia Civil, a atuação da organização criminosa Comando Vermelho (CV) no Acre. Em 2016, foram denunciados, 46 faccionados que integravam a referida Orcrim.

Mesmo identificados, o "braço" das organizações criminosas tende a se territorializar pela expansão e domínio do comércio de drogas. Assim, no segundo semestre de 2015, tiveram início diversas ações violentas no Acre, quando o B13, em represália à morte de dois de seus integrantes, iniciou uma onda de atentados à capital acriana, espalhando o toque de recolher e que deixou em pânico a população. Desse período de 2015 até a atualidade (2018), a característica marcante da violência na capital é a guerra entre as facções, ocasionando uma explosão nos índices de crimes violentos, em especial nos homicídios dolosos e roubos.

Os cenários apresentados, através da correlação de algumas variáveis, traçaram a natureza criminal em que a maioria das pessoas, autores e vítimas, tem um histórico e perfis heterogêneos. Crianças, jovens, adultos e idosos, em suas características de raça, gênero e classe social, independentes, levaram-nos a refletir se, individualmente, revelam situações intrínsecas de violência, ou são somente frutos de uma sociedade desigual; ou se seria suficiente a vinculação entre essas "variáveis" para compor um perfil de vítima, ou um perfil criminoso.

Pressupomos pensar as mortes violentas enquanto construção social e histórica, no espaço e no tempo, sobretudo, analisar a ausência ou a presença do Estado como uma "variável" e estabelecer a relação entre a permissão de outros poderes se constituírem em um território, sobretudo, um poder não paralelo ao Estado. Será que devemos nos acostumar com

essa imbricação, onde o Estado e o crime nos convidam a nos "acostumar[97]" com essa realidade?

Um ponto salutar é problematizar a atuação das polícias, principalmente pelas estratégias carregadas de suspeitas prévias que, preferencialmente, têm pelos pobres e negros. Isso porque, repetidamente, apontam a causa da violência à pobreza, raça e desigualdades sociais. Todavia, é preciso definir em específico a que desigualdade nos referimos, sobretudo as desigualdades que carregam um estereótipo de um ciclo vicioso, "é jovem, é negro, mora na periferia, é, portanto, delinquente". São vícios recorrentes e de uma classificação pré-concebida de uma condição social e baseados em argumentos pífios de que essa "parcela" constitua um perigo permanente à segurança.

A maior parte dos encarcerados provém de família de baixa renda que tiveram um histórico de vida muito desigual, e as famílias deparam-se com as situações de delinquência e não sabem lidar com isso, pois não tiveram condições de criar os seus filhos, sendo, esses, atraídos por diversas "modalidades" delitivas.

4.4. O Cenário de Roubos em Rio Branco

Os crimes contra a propriedade são muito mais numerosos do que os homicídios. Pesquisadores apontam que o desemprego está mais próximo de ser um dos determinantes de crimes que visam obter bens e dinheiro, e que difere do homicídio, que tem uma característica direcionada a uma pessoa, não tendo, em sua maioria, uma motivação econômica, salvo os homicídios por acerto de contas que, ainda sim, tem uma característica de proximidade com o vitimado.

A violência é um meio para a perpetração de muitos crimes contra a propriedade, podendo provocar um aumento na taxa de homicídios, destarte que, são afirmações empíricas que colidem em seus aspectos de oportunidade e motivação intrínseca para ação criminosa.

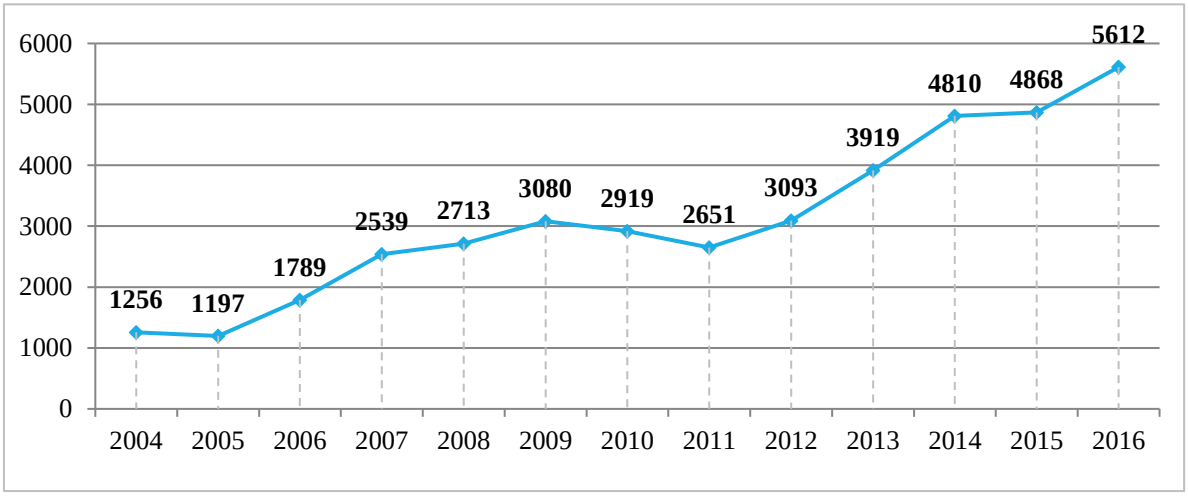
Os registros de roubos ocorridos na capital demonstram um crescimento contínuo considerando os últimos cinco anos. Comparando o total de roubos ocorridos na capital em

---

[97] Nota da secretaria de segurança no dia 04/07/18 à CBN Amazônia: https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/precisamos-nos-acostumar-diz-secretario-de-seguranca-sobre-guerra-entre-faccoes-no-acre.ghtml e entrevista concedida para a pesquisa em 11/06/2018.

2016 com o ocorrido em 2011, verifica-se um crescimento de 112% no número de registros de ocorrência. Em 2016, foi registrado o maior número de ocorrências de roubos. Foram 5612 registros, considerando o legado de informações do Centro integrado de Operações em Segurança Pública – Ciosp, demonstrado no gráfico 28.

Gráfico 28 - Histórico da frequência absoluta de roubos ocorridos em Rio Branco, de 2004 a 2016.



Fonte: Centro Integrado de Segurança Pública – Ciosp. Organizado pela autora, 2018

A média diária de roubos em Rio Branco em 2016 foi de 15 ocorrências. Isso significa dizer que, em 2016, ocorreram dois roubos a cada três horas, enquanto em 2011, a razão era de uma ocorrência para cada três horas decorridas.

No geral, observa-se na dinâmica dos roubos em Rio Branco, que não se trata mais apenas de uma questão de oportunidade para o delinquente, mas sim de uma tarefa regular que integra o conjunto de ações criminosas desenvolvidas em prol da supremacia e sustentabilidade econômica das Orcrims.

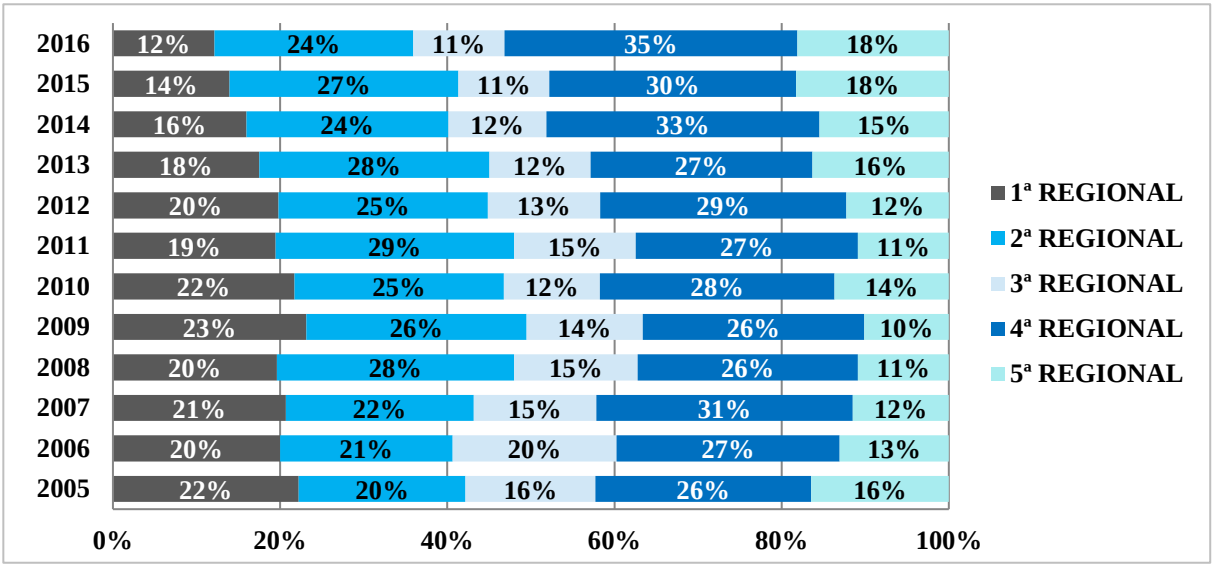
Em 2016, houve um grande aumento de roubos em residências ou, ainda, potenciais vítimas que foram atraídas com grande interesse em subtração de veículos, em especial camionetes, que são considerados automóveis de preferência dos assaltantes, pois têm maior facilidade de troca por drogas e armas na Bolívia.

As estatísticas são genéricas, um quantitativo alto ou baixo torna-se efetivo se as instituições responsáveis, em termos práticos, utilizar esse dado na promoção de operações que

possam potencialmente intervir nas áreas de concentração dos roubos, seja com um policiamento inteligente ou com um planejamento elaborado direcionado à redução dos roubos.

Ao analisarmos a frequência de roubos por regional de segurança, o gráfico 29 demonstra os resultados que incidiram na 1ª, 2ª e 4ª regionais de segurança. São resultados próximos em termos da quantidade de roubos executados. Um número expressivo concentra-se na parte central e comercial da cidade, na 1ª regional de segurança urbana.

Gráfico 29 - Histórico da frequência relativa de roubos nas cinco regionais de segurança da ocorrência, de 2005 a 2016.

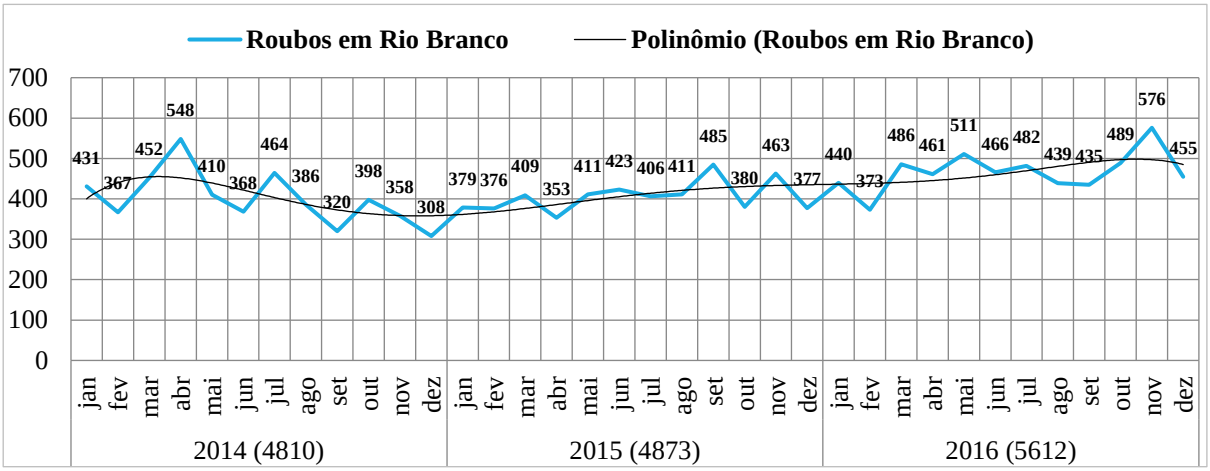


Fonte: Centro Integrado de Segurança Pública – Ciosp. Organizado pela autora, 2018

Essa representação gráfica demonstra que há anos a incidência de roubos é frequente nas três regionais citadas; são territórios de oportunidade para o crime. Baseadas nessa informação, as polícias, em seus planejamentos, devem ou deveriam incluir na sua atuação a análise do território em potencial e do criminoso que, intencionalmente, ajusta suas práticas criminosas a partir de oportunidades oferecidas pelo ambiente. São locais que tem como características primárias as rotinas e hábitos das vítimas em potencial e que, vinculados ao ambiente, compõem um território do crime, a exemplo, locais com grande movimentação de pedestres, pessoas com aparelho celular na mão, bolsas ou mochilas com equipamentos eletrônicos, sacolas de compras, trajeto pelos parques, estacionamento em locais pouco movimentados e/ou escuros, malotes de dinheiro para entrega em bancos ou saque de dinheiro em bancos nos dias de pagamento, entre outros.

O gráfico 30 demonstra a frequência de roubo mês a mês, no período de 2014 a 2016. Nele é possível observar que a incidência foi maior no 2° semestre, nos últimos três anos. Em se tratando de latrocínio (roubo seguido de morte), em 2016, em todo o estado, tivemos 14 casos. Em regra, os roubos que resultam em morte ocorrem pelo fato da vítima ter esboçado algum tipo de reação na tentativa de frustrar a ocorrência ou devido ao interesse do autor em manter-se incógnito.

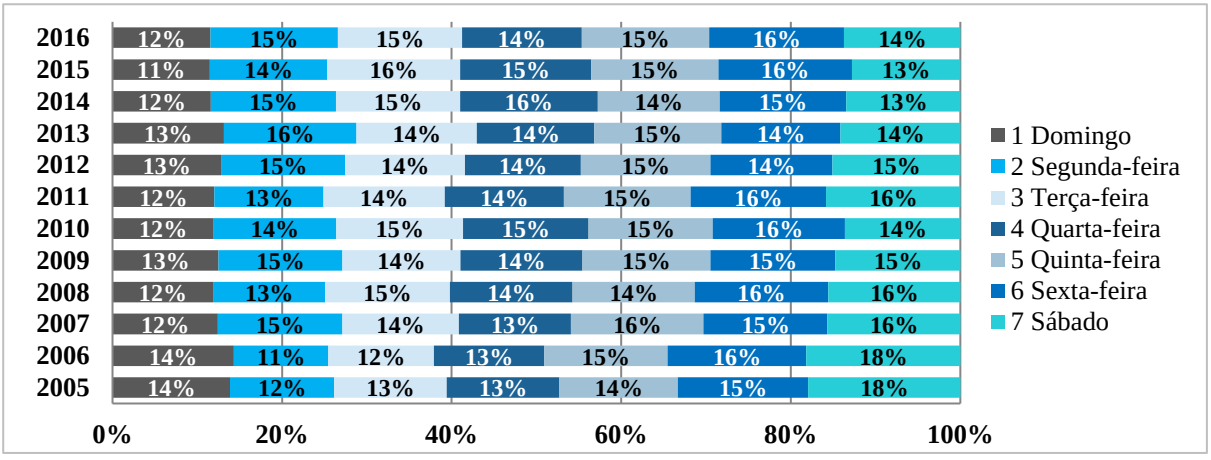
Gráfico 30 - Demonstrativo mensal da frequência absoluta e do desvio padrão de roubos ocorridos em Rio Branco, de 2014 a 2016.



Fonte: Ciospweb. Organizado pela autora, 2018

O gráfico 31 demonstra que os roubos distribuem-se de forma equânime nos dias da semana. Uma frequência um pouco maior seria na sexta-feira. Isso só confirma que o crime de roubo não acontece em um dia específico e, sim, manifesta-se na oportunidade para a prática criminosa.

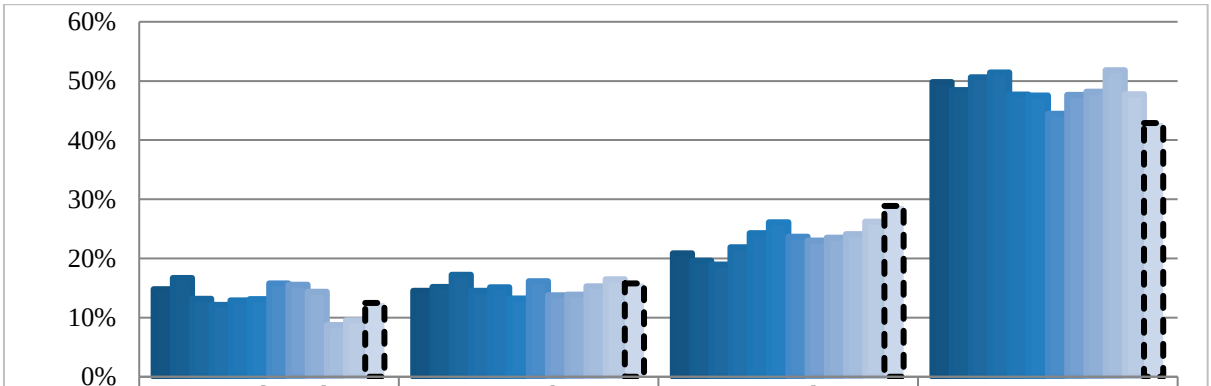
Gráfico 31 - Histórico da frequência relativa de roubos por dia da semana da ocorrência de 2005 a 2016.



Fonte: Centro Integrado de Segurança Pública – Ciosp. Organizado pela autora, 2018

Potencialmente, os roubos ocorrem nos períodos da tarde e à noite, nos horários compreendidos entre 19h e 23h, demonstrados nos gráficos 32 e 33. Verifica-se que a maior incidência de roubo está associada a fatores de oportunidade e risco que o horário oferece. A frequência é maior no final de semana, quando as pessoas ficam mais expostas e potencialmente podem ser mais uma vítima. Todavia, durante a semana, as ocorrências estão muito relacionadas aos estilos de vida da população na capital. Destacamos os cultos evangélicos, onde tem uma maior concentração de carros estacionados na rua e em locais pouco movimentados e, por vezes, escuro; e os jogos de futebol, onde há uma concentração de pessoas numa localidade, seja residência ou um estabelecimento comercial, ambos nos dias de quarta-feira, e que, de forma generalizada, motiva o cidadão a sair de casa para locais que oferecem uma oportunidade para a prática criminosa, a exemplo, uma grande quantidade de carros estacionados, à noite, em uma rua escura, pouco movimentada, é um atributo atrativo ao infrator.

Gráfico 32 - Histórico da frequência relativa de roubos por período do dia da ocorrência, de 2005 a 2016.

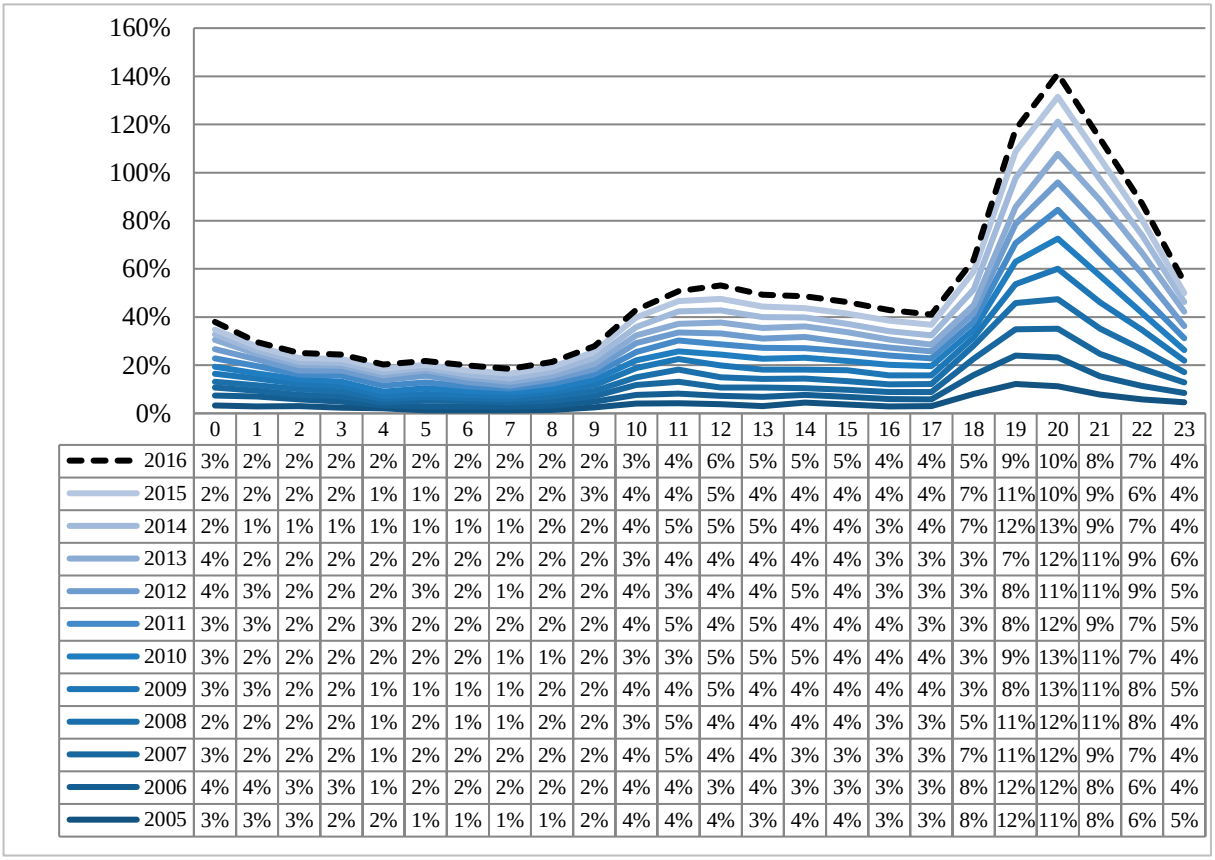


	1 Madrugada	2 Manhã	3 Tarde	4 Noite
2005	15%	15%	21%	50%
2006	17%	15%	20%	48%
2007	13%	17%	19%	51%
2008	12%	15%	22%	51%
2009	13%	15%	24%	48%
2010	13%	13%	26%	48%
2011	16%	16%	24%	44%
2012	16%	14%	23%	48%
2013	14%	14%	24%	48%
2014	9%	15%	24%	52%
2015	10%	16%	26%	48%
2016	12%	16%	29%	43%

Fonte: Centro Integrado de Segurança Pública – Ciosp. Organizado pela autora, 2018

O *modus operandi* mais comum é a aproximação de dupla conduzindo motocicleta ou bicicleta apontando arma de fogo ou arma branca, objetivando a subtração de dinheiro e/ou objetos de fácil receptação, como é o caso dos aparelhos celulares, as vítimas, homens, mulheres, jovens, não há uma escolha definitiva quanto a isso; o criminoso, após identificar a oportunidade, o benefício e o risco, comete o crime.

Gráfico 33 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora da ocorrência, de 2005 a 2016.



	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
2016	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	4%	6%	5%	5%	5%	4%	4%	5%	9%	10%	8%	7%	4%
2015	2%	2%	2%	2%	1%	1%	2%	2%	2%	3%	4%	4%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	7%	11%	10%	9%	6%	4%
2014	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	4%	5%	5%	5%	4%	4%	3%	4%	7%	12%	13%	9%	7%	4%
2013	4%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	4%	4%	4%	4%	4%	3%	3%	3%	7%	12%	11%	9%	6%
2012	4%	3%	2%	2%	2%	3%	2%	1%	2%	2%	4%	3%	4%	4%	5%	4%	3%	3%	3%	8%	11%	11%	9%	5%
2011	3%	3%	2%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	4%	5%	4%	5%	4%	4%	4%	3%	3%	8%	12%	9%	7%	5%
2010	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	1%	1%	2%	3%	3%	5%	5%	5%	4%	4%	4%	3%	9%	13%	11%	7%	4%
2009	3%	3%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	4%	4%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	3%	8%	13%	11%	8%	5%
2008	2%	2%	2%	2%	1%	2%	1%	1%	2%	2%	3%	5%	4%	4%	4%	4%	3%	3%	5%	11%	12%	11%	8%	4%
2007	3%	2%	2%	2%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	4%	5%	4%	4%	3%	3%	3%	3%	7%	11%	12%	9%	7%	4%
2006	4%	4%	3%	3%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	4%	4%	3%	4%	3%	3%	3%	3%	8%	12%	12%	8%	6%	4%
2005	3%	3%	3%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	2%	4%	4%	4%	3%	4%	4%	3%	3%	8%	12%	11%	8%	6%	5%

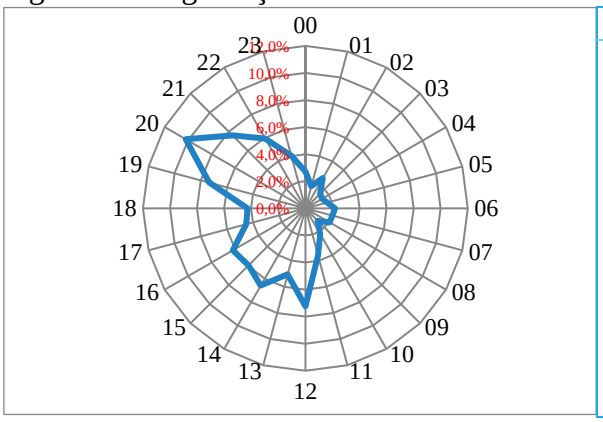
Fonte: Centro Integrado de Segurança Pública – Ciosp. Organizado pela autora, 2018

O *modus operandi* do roubo difere do homicídio em vários aspectos. Inicialmente, no que tange aos homicídios, não relacionamos, ou determinamos como causas de mortes violentas as características do espaço geográfico do crime. No roubo, algumas inferências necessitam de reflexão, como as características de uma localidade que facilita a prática delitiva.

Ao distribuirmos o quantitativo de roubos e a hora de maior frequência na 1ª regional, temos o gráfico 31. O bairro bosque e o Centro concentram o maior quantitativo, em horários que chamaríamos de "horário de pico". É a hora de maior fluxo no trânsito, saída das crianças e adolescentes da escola, intervalo do trabalho. Os habitantes estão em um pique que alguns

“alertas” comuns do dia a dia passam desapercebidos, facilitando a oportunidade para a prática delituosa.

Gráfico 34 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 1ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016.

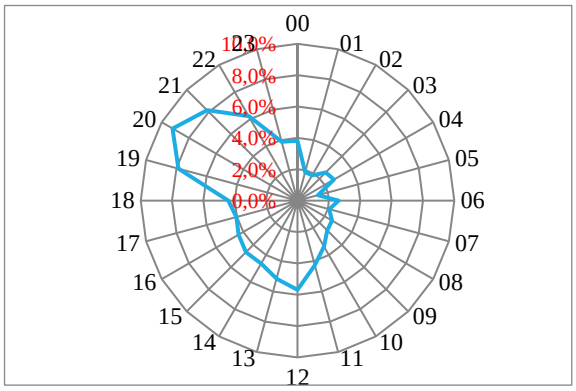


Regional	Bairro	Total ocorrências
1ª Regional	Bosque	218
	Centro	129
	Vila Ivonete/Procon/ Solar	70
	Capoeira	52
	Aviário	48
	Cadeia Velha	42
	Morada do Sol	40
	José Augusto	21
	Conj. Jardim Tropical	21
	Conj. Guiomard Santos	18

Fonte: Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

A 2ª regional, segunda em quantidade de habitantes na região, têm as maiores incidências do crime de roubos, principalmente na Zona Rural Sul e Belo Jardim II, e, nas outras áreas que “sofrem” anualmente com as enchentes, Taquari, Triângulo Velho e Seis de Agosto, nessas áreas em específico, tem o agravante de estarem localizadas em áreas mais afastadas da parte urbana da cidade, são pouco movimentadas, são bairros que ficam na BR 364 e em uma das maiores regionais em extensão territorial, com grande quantidade de vias rurais e ruas de difícil acesso. Os dois bairros em destaque estão localizados nessa área, são bairros que concentram não somente os roubos, mas diversos crimes de outra natureza, como a violência doméstica.

Gráfico 35 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 2ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016.

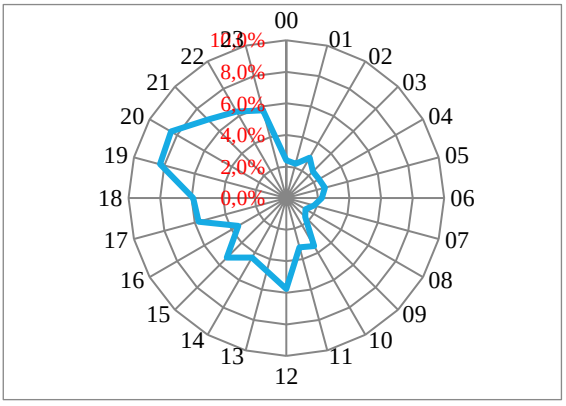


Regional	Bairro	Total ocorrências
2ª Regional	Zona rural Sul	313
	Belo Jardim II	258
	Areal	99
	Taquari	96
	Triângulo Velho	86
	Seis de agosto	81
	Santa Inês	65
	Comara	57
	Cidade Nova	46
	Lot. Santo Afonso	45

Fonte: Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

A 3ª regional faz parte de uma área que tem um potencial de independência, principalmente na área comercial. No local, uma variedade de estabelecimentos comerciais, mercados, unidades de saúde, escolas, mercado de escoamento de produção, e a rota de acesso para a Transacreana e Br-364, ginásio esportivo, centro de atividades para juventude, idosos e uma grande quantidade de líderes comunitários; parte localizada na linha limite do rio e a segunda área que concentra a formação de bairros mais antigos da capital. É nessa parte mais antiga, no bairro Aeroporto Velho, que tem a maior concentração de roubos. São ruas que estão mais afastadas da parte central da regional e, por estar na "beira" do rio, potencializa as rotas de fuga, através de catraias ou em locais usado como esconderijo, locais onde não há um policiamento ou uma estrutura para isso.

Gráfico 36 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 3ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016.

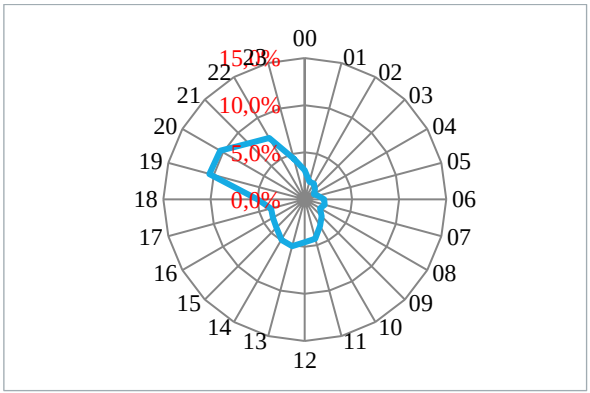


Regional	Bairro	Total ocorrências
3ª Regional	Aeroporto Velho	169
	Floresta Sul	90
	Pista	64
	João Eduardo I	62
	Sobral	51
	Boa Vista	45
	Boa União	44
	João Paulo II	41
	Ayrton Sena	25
	Bahia Nova	22

Fonte: Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

A 4ª regional faz parte do quadro estatístico das três regionais com maior incidência de roubos, os dois bairros com maior incidência de roubos não são tão próximos, o que nos leva a confirmar que o território do crime tem características peculiares que fornecem elementos para prática criminosa. O bairro Portal Amazônia, o primeiro na quantidade de maior incidência de roubos em 2016, é uma área de loteamentos que tem crescido no mercado mobiliário, para casas, edifícios de apartamentos e condomínios fechados. Nos últimos anos, órgãos públicos, federais e estaduais, estão se estabelecendo nessa área e tem a previsão de mais órgãos serem transferidos para esse espaço. O Conj. Tucumã configurou um potencial local da prática de roubo, por que, nessa localidade, tem o "Parque do Tucumã com as mesmas características do Parque da Maternidade, localizado na parte central da cidade, que compreende a 1ª regional.

Gráfico 37 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 4ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016.

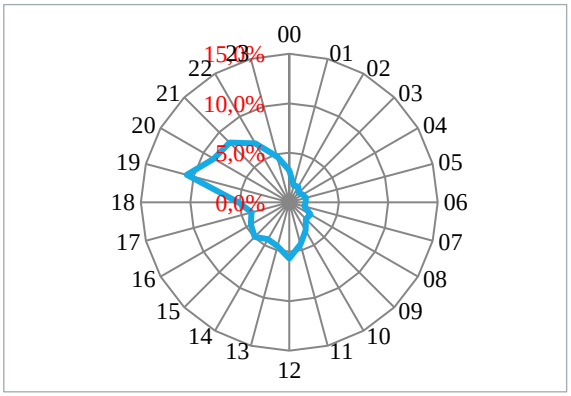


Regional	Bairro	Total ocorrências
4ª Regional	Portal da Amazônia	190
	Conj. Tucumã	138
	Distrito Industrial	103
	7º BEC	94
	Estação Experimental	89
	Abraão Alab	86
	Conquista	79
	Nova Esperança	68
	Conj. Manoel Julião	63
	Conj. Laélia Alcântara	59

Fonte: Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

A 5ª regional teve a menor incidência de roubos em 2016. A zona rural norte foi a que teve a maior parcela; foram 111 ocorrências. A localidade tem características bem distintas em relação às anteriores. É uma área que concentra vários ramais e também tem uma concentração de casas populares e condomínios com casas e apartamentos em benefícios à população cadastrada no programa MCMV.

Gráfico 38 - Histórico da frequência relativa de roubos por hora de maior ocorrência na 5ª regional de segurança e os 10 bairros com maior incidência na área em 2016.



Regional	Bairro	Total ocorrências
5ª Regional	Zona rural Norte	111
	Eldorado	81
	Parque dos Sabiás	81
	Placas	78
	Montanhês	75
	Lot. Jaguar	73
	Zona rural nordeste	69
	Vitória	65
	Tancredo Neves	64
	Jorge Lavocat	52

Fonte: Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

Os bairros mais vitimados pela violência ainda são as áreas menos privilegiadas com pouca infraestrutura e da periferia, onde a necessidade é generalizada e, somada à violência do cotidiano, expõe os seus habitantes e, estes, indefesos, são as principais vítimas da violência e do roubo, sobretudo por que têm rosto e vozes, quase anônimos, traduzindo os números estatísticos que não demonstram a realidade, pois, em sua maioria, não comparecem às

instituições em busca de soluções, e que resultam em dados subnotificados e, em sua maioria, impunes.

Quadro 16 - Histórico de roubos ocorridos em Rio Branco considerando os 10 bairros de maior incidência de todas as áreas das regionais de 2012 a 2016.

Ano	Bairro	Total
2012	Bosque	152
	Centro	138
	Aeroporto Velho	136
	Zona Rural Sul	100
	Portal da Amazônia	96
	Belo Jardim II	96
	Taquari	88
	7º BEC	81
	Estação Experimental	79
	Abraão Alab	78
2013	Centro	165
	Bosque	162
	Aeroporto Velho	146
	Zona Rural Sul	134
	Belo Jardim II	122
	Portal da Amazônia	111
	Seis de Agosto	108
	Triângulo Velho	107
	7º BEC	103
	Taquari	100
2014	Zona Rural Sul	227
	Bosque	191
	Aeroporto Velho	164
	Portal da Amazônia	146
	Belo Jardim II	146
	Centro	135
	7º BEC	107
	Conjunto Tucumã	100
	Areal	97
	Abraão Alab	95
2015	Zona Rural Sul	304
	Belo Jardim II	220
	Bosque	172
	Portal da Amazônia	166
	Aeroporto Velho	132
	Centro	132
	Areal	125
	Conjunto Tucumã	107
	Santa Inês	100
	Seis de Agosto	99
2016	Zona Rural Sul	313
	Belo Jardim II	257
	Bosque	235
	Portal da Amazônia	190
	Aeroporto Velho	169
	Conjunto Tucumã	139
	Centro	129
	Zona Rural Norte	111
	Floresta Sul	99
	Areal	99

1: A Zona Rural Sul compreende a extensão pertencente à capital, da Rodovia BR-364 sentido Porto Velho, da Rodovia BR-317 (estrada de Boca do Acre), da Rodovia AC-40 e ramais adjacentes.
2: A Zona Rural Norte compreende a extensão pertencente à Capital da Rodovia AC-10 (Estrada de Porto Acre) e da Estrada do Custódio Freire.

Fonte: Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC. Organizado pela autora, 2018

De um modo geral, o condicionante do espaço[98] que possa facilitar uma prática criminal não é suficiente ou definitivo para proporcionar condições de um fenômeno estabelecer-se, mas direciona a ter um olhar diferenciado ao que compõe um espaço, a exemplo, os espaços que concentram empreendimentos comerciais tem mais possibilidades de ocorrer furtos e roubos maior do que em outra região; locais mais afastados, com uma desordem na infraestrutura, tendem a proporcionar ambientes para a prática de diversos delitos; todavia, essas e outras características não são fator decisivo para a frequência e determinante de uma ação criminosa.

De acordo com relatório técnico da Diretoria de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Rel. Téc. Nº 011/2017/DISESP):

> [...] no tocante ao crime de roubo, os roubos à residência se destacam. Não por ser a modalidade de roubo mais incidente, mas sim por estar entre as que mais cresceram. Analisando a variação na incidência de roubos a residências no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, observasse que houve um grande aumento no número de registros: de 2014 para 2015 a variação foi de 19%; de 2015 para 2016 ficou em 44%; de forma que a variação total ocorrida no intervalo desses três anos foi de 72% [...].

O quadro 17 demonstra os tipos de locais com maior incidência de roubos. Constatamos que em pouco difere o tipo de localidade nos últimos cinco anos. A frequência de roubos deu-se, em sua maioria, em via pública. O registro da informação em residência tem um decréscimo se comparado à via pública; todavia, retomamos o que foi dito anteriormente. O criminoso faz uma análise antecipada do local no aspecto da oportunidade, benefício e risco.

Os postos de combustível são locais em potenciais e obedecem ao mesmo critério de análise feito pelo criminoso antes de realizar a prática do roubo. Uma observação é que os postos deixaram de disponibilizar seus espaços para caixas eletrônicos, por ser um atrativo à prática delituosa. Na capital, temos o registro de apenas um posto de combustível com caixa eletrônico.

Nos postos, a frequência de roubos ocorre na madrugada, horário que tem uma menor concentração de pessoas e de carros abastecendo, onde as vítimas estão expostas por ser um local que recebem os pagamentos do combustível, na maioria das vezes em espécie.

---

[98] Pesquisas realizadas nas cidades médias mineiras de Beato, Diniz e Batella apontaram para esses condicionantes, mas não determinantes.

Quadro 17 - Histórico de roubos ocorridos em Rio Branco, considerando os 10 tipos de locais de maior incidência em todas as áreas das regionais, de 2012 a 2016.

Ano	Bairro	Total
2012	Via pública	2218
	Residência particular	276
	Estabelecimento comercial	272
	Posto de combustível	154
	Parque da Maternidade	29
	Outros locais	26
	Zona rural (chácara, fazenda)	13
	Escola	9
	Delegacia de polícia	9
	Praça pública	9
2013	Via pública	2751
	Estabelecimento comercial	435
	Residência particular	358
	Posto de combustível	98
	Parque da Maternidade	48
	Outros locais	46
	Escola	25
	Praça pública	20
	Quarteirão	19
	Delegacia de polícia	15
2014	Via pública	3470
	Residência particular	391
	Estabelecimento comercial	312
	Outros locais	78
	Parque da Maternidade	46
	Posto de combustível	44
	Praça pública	33
	Escola	17
	Zona rural (chácara, fazenda)	13
	Bar	12
2015	Via pública	3705
	Residência particular	495
	Estabelecimento comercial	347
	Outros locais	71
	Posto de combustível	57
	Praça pública	29
	Escola	23
	Parque da Maternidade	21
	Zona rural (chácara, fazenda)	21
	Bar	10
2016	Via pública	3918
	Residência particular	702
	Estabelecimento comercial	593
	Outros locais	103
	Posto de combustível	95
	Escola	31
	Zona rural (chácara, fazenda)	23
	Parque da Maternidade	18
	Praça pública	15
	Bar	14

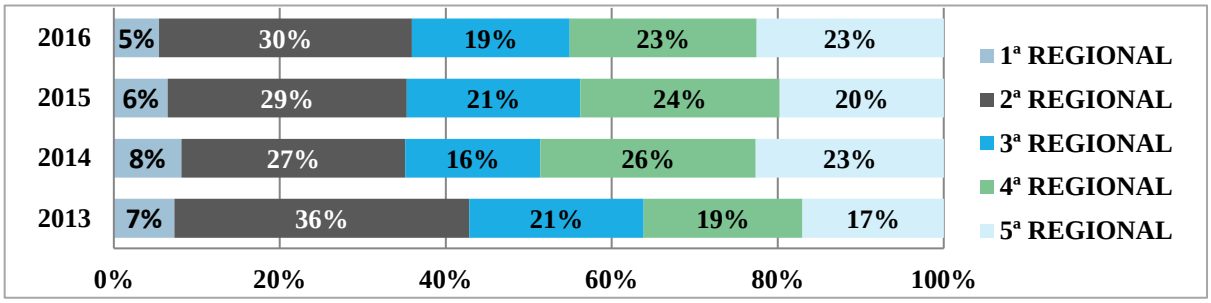
1. A Zona Rural Sul compreende a extensão pertencente à Capital da Rodovia BR-364 sentido Porto Velho, da Rodovia BR-317 (estrada de Boca do Acre), da Rodovia AC-40 e ramais adjacentes.
2. A Zona Rural Norte compreende a extensão pertencente à Capital da Rodovia AC-10 (Estrada de Porto Acre) e da Estrada do Custódio Freire

Fonte: Ciospweb. Organizado pela autora, 2018

O gráfico e tabelas seguintes apresentam informações do sistema penitenciário, com estatísticas do local de moradia, idade, grau de instrução e raça declarados pelos infratores que ingressaram na URS-FOC.

O gráfico 39 demonstra uma maior concentração nas 2ª, 4ª e 5ª regionais de segurança, onde os reeducandos declararam residir. São áreas que concentram alguns dos bairros da periferia, com todas as limitações e características informadas anteriormente.

Gráfico 39 - Histórico da frequência relativa de reeducandos por regional de Segurança onde declararam residir, que ingressaram na URS-FOC por ter cometido roubo, de 2013 a 2016.



Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Sipen. Organizado pela autora, 2018

No que se refere à idade do infrator, pouco difere dos homicídios. A faixa etária que se encontra presa na URS-FOC é, em sua maioria, na faixa etária de 18 a 29 anos. Ressalta-se ainda que, em um mundo em que os coeficientes de mensuração têm matrizes econômicas, o mesmo se aplica ao crime do roubo, refletidos principalmente nos jovens que não são assistidos por políticas públicas direcionadas às suas necessidades.

Tabela 04 - Histórico da frequência relativa da faixa etária dos reeducandos que ingressaram na URS-FOC por ter cometido roubo, de 2012 a 2016.

Faixa etária	2012	2013	2014	2015	2016
18 a 24	57,8%	57,6%	56,9%	57,7%	35,2%
25 a 29	24,6%	21,3%	21,6%	25,9%	25,8%
30 a 34	13,7%	13,1%	12,3%	9,9%	16,7%
35 a 39	3,0%	5,0%	6,3%	4,9%	12,2%
40 a 44	0,6%	1,3%	2,2%	0,8%	3,8%
45 a 49	0,0%	0,7%	0,2%	0,5%	3,9%
50 a 54	0,0%	0,2%	0,2%	0,0%	1,4%
55 a 59	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,3%
60 a 64	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,3%
65 a 69	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
70 ou mais	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,3%
Não informado	0,3%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Total geral	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Sipen. Organizado pela autora, 2018

A maioria dos reeducandos declarou possuir o ensino fundamental incompleto, um dado preocupante e complexo, pois, ao considerarmos a idade atual desses reeducandos que estão na penitenciária, denota-se que, ao sair, o processo de ressocialização, acesso ao emprego e renda, se tornará mais difícil ainda, potencializando o retorno à pratica criminosa.

Tabela 05 - Histórico da frequência relativa por escolaridade dos reeducandos que ingressaram na URS-FOC por ter cometido roubo, de 2012 a 2016

Escolaridade	2012	2013	2014	2015	2016
Ensino fundamental incompleto	54,3%	51,2%	50,2%	62,6%	63,6%
Ensino fundamental completo	7,3%	8,9%	7,7%	10,2%	9,7%
Ensino médio incompleto	13,7%	17,5%	14,5%	10,4%	7,7%
Ensino médio completo	9,3%	9,1%	7,5%	5,4%	7,0%
Alfabetizado	4,8%	5,1%	2,8%	4,8%	6,0%
Não informado	4,2%	4,2%	12,9%	4,0%	3,0%
Analfabeto	5,8%	3,2%	3,4%	2,1%	1,9%
Ensino Superior incompleto	0,6%	0,8%	0,8%	0,3%	0,7%
Ensino Superior completo	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	0,4%
Total geral	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Sipen. Organizado pela autora, 2018

Um dado preocupante está relacionado à cor/raça declarada pelo reeducando. A maioria é pardo ou negro. Considerando o local de moradia declarado, o grau de escolaridade e faixa etária, chegamos à análise de um conjunto de variáveis, no qual é possível prever a dificuldade de acesso à emprego e renda. A falta de uma política de ressocialização e direitos humanos ao ex-preso colabora, diretamente, para o retorno ao presídio, pela mesma prática criminosa ou pior e em pouco tempo.

Tabela 06 - Histórico da frequência relativa por cor/raça dos reeducandos que ingressaram na URS-FOC por ter cometido roubo, de 2012 a 2016.

COR/RAÇA	2012	2013	2014	2015	2016
Pardo (a)	83,0%	82,7%	82,9%	86,0%	87,3%
Negro (a)	9,3%	9,5%	8,7%	7,9%	5,8%
Branco (a)	6,1%	6,3%	5,2%	5,4%	5,6%
Não informado	1,4%	0,6%	3,2%	0,4%	1,1%
Amarelo (a)	0,2%	0,9%	0,0%	0,3%	0,2%
Total geral	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Sipen. Organizado pela autora, 2018

Está cada vez mais visível as estratégias adotadas pela população, na adesão a diversos aparatos de segurança e que configuram um requisito necessário na escolha de onde morar ou, ainda, como construir. Essa morfologia espacial configura a representação simbólica do medo e estigmatizam espaços que dispõem ou não de estruturas de "proteção", ao passo que tendencia a população a viver em "reclusão", ampliando o panoptismo foucaultiano a todos os espaços funcionais[99] e de vivência.

Com efeito, Misse (2008, p.8) reforça que "vivemos um histórico de acumulação social da violência que já dura cerca de meio século", e que são evidenciados na maioria dos estados brasileiros. O cenário apresentado sobre o Acre é de agravamento. As naturezas criminais de homicídios e roubos não expressam a dimensão da barbárie para qual estamos caminhando, mas já chocam e nos leva a refletir que, entre esses crimes analisados e outros, há uma banalização da violência e o desrespeito à condição de ser humano.

[99] Locais que extrapolam o local de moradia, com alguma função socioeconômica, cultural, sejam locais públicos ou privados.

CAPÍTULO V - SEGURANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

"es un error creer que se detiene el malo por el rigor de los suplicios, su imagen se desvanece bien pronto. Pero las necesidades que sin cesar atormentan a un desgraciado le persiguen por todas partes. Encuentra ocasión favorable? Pues no escucha más que esa voz importuna y sucumbe a la tentación."[100]

(Jean Paul Marat)

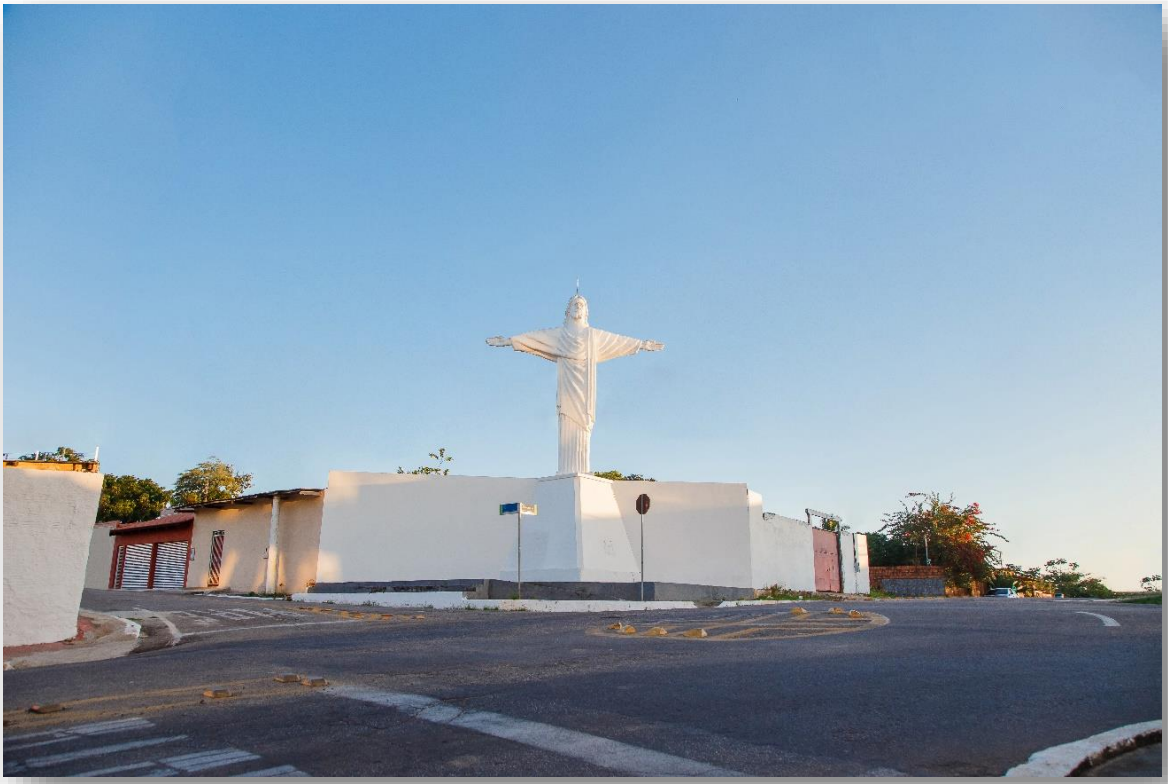


Figura 44 - Monumento do "Cristo" e entrada de acesso aos bairros Dom Giocondo e Papoco
Fonte: SOUSA, Jaqueline. Junho, 2018

[100] Traduzido pela autora: "*É um erro acreditar que o bandido pára por causa do rigor das torturas, sua imagem desaparece muito em breve. Mas as necessidades que incessantemente atormentam um infeliz perseguem-no em toda parte. Encontre uma ocasião favorável? Pois ele não ouve mais do que aquela voz incômoda e sucumbe à tentação."* MARAT, Jean Paul. (2000, p.78), Plan de Legislación Criminal, Buenos Aires: Hamurabi.

5.1. A Segurança Pública e as políticas de segurança no estado do Acre

O cotidiano vivido pela população acriana é de tensão e de medo. Estamos diante de uma situação caótica do aumento da criminalidade e da violência, na qual as pessoas reivindicam soluções urgentes em um cenário de crise onde o "controle" pelo estado esvaiu-se diante de um ciclo vicioso da violência[101], no limbo da legitimidade e a incredibilidade das instituições que tem como papel nos proteger, sobretudo, punir justamente os responsáveis pelo número crescente de crimes violentos, de conter execuções sumárias cometidas pelas milícias[102] e as vinganças encomendadas a justiceiros, porque as pessoas tendem a resolver os conflitos por conta própria.

Quem está no comando? Qual a posição do órgão que tem como premissa a garantia pelo estado de direito e a consolidação do regime democrático? Por definição, em um regime democrático, a segurança pública deve ser assessorada pelo Estado, garantindo a proteção dos direitos individuais dos cidadãos e o pleno exercício da cidadania pela população.

Putnam (2006) incita a questionarmos por que alguns governos "democráticos" têm bom desempenho e outros não? E direciona a premissa de que o desempenho prático das instituições é moldado pelo contexto social em que elas atuam.

Os estudos de Putnam são pautados por abordagens no que tange ao desempenho institucional, sobretudo nos governos regionais italianos, sob critérios de que a "eficácia de uma instituição depende, sobretudo, de sua capacidade de bem produzir seus internos (1996, p.79)".

No contexto, destacamos "altos e baixos" da criminalidade e violência, tratados no capítulo IV. No período de 2011, houve um declínio significativo, justificado pela gestão de segurança à época. Isso nos trouxe à reflexão que a mudança de gestão ou a descontinuidade dos planejamentos estratégicos definidos, sobretudo àqueles que potencialmente foram bem executados, refletiram sobremaneira no cenário da segurança pública.

Beato (1999), em seus estudos, demonstrou que, em Minas Gerais, há mais de uma década, a polícia é considerada como uma das mais eficientes do país e que segue a uma tradição de pesquisas criminológicas para diminuição do crime e da violência; todavia, no que tange à

---

[101] Contextualizado no capítulo I.

[102] Designação genérica das organizações militares ou paramilitares, ou de qualquer organização que apresente grande grau de atuação.

efetividade dos resultados, se comparados aos de países desenvolvidos, apresenta uma taxa elevada de homicídios.

Nesse sentido, Arendt (2008) aponta que "a esfera pública perdeu o poder de iluminação que era parte de sua natureza original". As reflexões de Hannah Arendt tornam-se atual quando os problemas fundamentais da sociedade consistem precisamente na falta de organização política e na incapacidade de pensar criticamente, sendo conduzidas a assumir condutas passivamente.

Arendt defende, portanto, o exercício da autoridade legítima como elemento essencial na construção de uma sociedade mais humana, e não o da prática enganosa do autoritarismo que, sem dúvidas, nos aproxima mais ainda da barbárie e denota mais incertezas na possibilidade de humanização do mundo. Bauman (2009, p.167), analisando a autora, inspirada em Brecht, descreve suas consequências:

> Se é função da esfera pública lançar luz sobre "assuntos dos homens" fornecendo um espaço de aparências em que eles possam mostrar, por ações e palavras, para o bem e para o mal, quem são e o que podem fazer, então as trevas chegaram quando essa luz foi extinta por "falta de credibilidade" e "governos invisíveis", por um discurso que não revela o que é, mas varre seus atributos para baixo do tapete, por exortações morais ou de qualquer outro tipo que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, rebaixam toda verdade à trivialidade sem sentido.

Para Putnam (2006, p. 175), sociedades pautadas no uso da coerção tendem a "ser menos eficiente, mais sacrificantes e menos satisfatórias do que aquelas onde a confiança é mantida por outros meios". Como compreender a realidade de um cenário que nos conduz a uma interrogação muito mais ampla diante das perplexidades que estamos vivenciando? [...] "Quem governa? E quão bem" faz isso? (2006, pág. 77).

Parte-se do princípio que crimes violentos não são fenômenos aleatoriamente distribuídos, mas geograficamente concentrados; daí essa concentração pode auxiliar o sistema da justiça criminal[103] a antecipar-se aos criminosos, ao invés de apenas reagir; a exemplo, um crescimento súbito sugere fatores novos, que necessitam das análises no que tange ao espaço geográfico e outros segmentos, políticos ou socioeconômicos.

Numa dimensão objetiva, faz-se necessário algumas considerações sobre as Políticas de Segurança Pública no Brasil. Desde os governos de Fernando Henrique Cardoso até Lula, foram produzidos planos nacionais de segurança que denotam uma complexidade jurisdicional,

---

[103] Tratamos nesse contexto, os órgãos do Judiciário e polícias Civil e Militar.

principalmente no que tange à implementação; todavia, o que se evidencia é a não-efetividade dessas políticas.

A realidade dos planos de segurança na capital acriana não difere em aspectos metodológicos, sobretudo por existir um "pacote" de ações com uma capacidade propositiva muito alta e uma operacionalidade que não se manteve desde 2014.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostraram que, no ano passado, R$ 84,7 bilhões foram aplicados por municípios, Estados e União na segurança, sendo a maior parcela (R$ 69,8 bilhões) pelos estados, que são os responsáveis pelo funcionamento das polícias militares e civis. O Acre foi o segundo que mais recebeu investimentos em segurança pública.

Em entrevista com o secretário de Segurança Pública do estado do Acre, Dr. Vanderlei Thomas, foi relatado que, no primeiro semestre de 2018, foram retomadas a atuação de forma regionalizada[104] e integrada, onde formulou-se as linhas gerais das estratégias para segurança na capital e, na atualidade, rotineiramente, são realizadas reuniões estratégicas de acompanhamento, tanto no nível tático quanto o operacional.

Foi relatado que as causas determinantes dos homicídios no Estado estão relacionadas ao advento das organizações criminosas, iniciadas no final de 2015 e com seu ápice em 2016. O aumento de homicídios teve uma correlação direta com as ocorrências de crimes na área de fronteira e na disputa pelo território, culminado com a morte do chefe do narcotráfico Jorge Rafaat[105], refletindo em vários estados brasileiros e que posicionou a capital, Rio Branco, como uma das cidades mais violentas do Brasil em 2016.

Após a morte de Rafaat, o PCC ocupou o espaço geográfico[106] que fornece a droga, tomando para si a área de passagem (MT e MS), que antes era de Rafaat. O CV teve que buscar

---

[104] Baseado nas divisões em cinco regionais implementadas pela Segurança Pública.

[105] No dia 15/06/2016, a morte do brasileiro Jorge Rafaat Toumani mudou a rotina da fronteira, inimigo das facções brasileiras, não coadunava com o PCC e Comando Vermelho, aliado a Luiz Carlos da Rocha, conhecido como "Cabeça Branca", hoje, condenado a 34 anos de prisão e foragido. Fortaleceram a rede de distribuição de maconha que Rafaat já tinha criado no Paraguai e através dessa aliança, montaram uma poderosa rede para distribuição da cocaína produzida no Peru e na Bolívia, que entrava no Brasil pela fronteira com MS. Após sua morte, o aumento de execuções à luz do dia e roubos de carros e que configurou no começo de uma nova fase, o domínio das facções brasileiras, que agora travam uma guerra pelo controle do tráfico de drogas e de armas.

[106] O Paraguai é essencial ao esquema criminoso das facções, sendo um dos cinco mais importantes fornecedores de maconha do mundo, segundo o relatório produzido pela ONU para Drogas e Crime (UnodC). O clima e o solo do país são favoráveis ao cultivo e os produtores locais adotaram em larga escala o plantio da maconha transgênica, uma semente geneticamente modificada que reduziu o tempo de colheita, de 180 dias para 90 dias, e fez explodir a produtividade.

outro caminho, e interiorizou-se, posicionando-se no Acre, nas fronteiras, e quem não se alia ao CV é morto. Antes, o B13, como organização criminosa principal aliada ao PCC, teve um franco declínio e, hoje, o CV tem suas bases instaladas na área de fronteira, dominando vários bairros da capital acriana.

No que se refere aos instrumentos de apoio para prevenção à criminalidade e violência, foi relatada a contribuição da plataforma do Sistema Integrado de Gestão Operacional – Sigo, implantado em 2009, e que funcionou até o final de 2016; devido a uma crise econômica, o Estado não conseguiu manter a operacionalidade da ferramenta e, dada à necessidade de ter um sistema que tivesse as mesmas funcionalidades e que fornecesse informações para subsidiar as ações estratégicas de segurança, o estado do Acre foi o terceiro a aderir à plataforma denominada Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

O secretário destacou o Encontro de Governadores do Brasil pela Segurança e Controle das Fronteiras, ocorrido no Acre, em 27 outubro de 2017, promovido pelo governador do estado, Tião Viana, com o objetivo de discutir soluções no combate ao narcotráfico e pela defesa da segurança nacional e que, no final, foi pactuado com a Carta do Acre, no compromisso com o estabelecimento de uma verdadeira integração entre a União e os Estados, no marco da Constituição Federal de 1988, na direção de políticas públicas transformadoras que tenham impacto direto sobre o bem-estar da população brasileira, em especial das gerações futuras[107].

Ainda foi explanado pelo secretário que o debate sobre a temática precisa ser ampliado, sobretudo diante da realidade onde os problemas são olhados sob o ponto de vista que a atuação policial tem as soluções para um problema arraigado na sociedade; nos incita a refletir sobre direcionar os esforços às causas da criminalidade, a exemplo, a crescente estatística do desemprego no estado, onde o cidadão, para sobreviver, opta pelo caminho mais fácil e emprega o uso da violência.

No relato, o secretário destaca as formas de atuação e propõe uma reflexão à sociedade:

---

[107] Por Alexandre Gonzaga, da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do Ministério da Defesa, acesso na íntegra em https://www.defesa.gov.br/noticias/36398-ministros-e-governadores-debatem-solucoes-para-a-seguranca-publica-e-o-controle-das-fronteiras.

> Se faz necessário o envolvimento de vários outros setores, principalmente na questão social e o envolvimento nas ações de prevenção ao crime, primárias e secundárias, ao qual destaco algumas iniciativas importantes da segurança pública que fortalecem a cultura de paz, como as ações das escolas militares, o Proerd[108], os projetos Esporte na Comunidade e Conciliação de Conflitos nas delegacias, capitaneados pela Segurança Pública, Polícia Civil e Militar. [...] O que a segurança pública pode fazer por mim? É chegado o momento de se fazer essa pergunta de outra forma à sociedade: O que eu posso fazer pela segurança pública?

Então, seria necessário que a sociedade fizesse algo antes e o Estado agisse depois em resposta à sociedade? A integração dos órgãos de segurança e outros segmentos são necessários; contudo, incluir a sociedade no debate é prioridade; todavia, atribuir à sociedade uma solução que não parece existir é negligenciar estudos, pesquisas acadêmicas, literaturas e cientistas que desenvolvem pesquisas há anos voltadas ao fenômeno da violência.

5.2. O retrato do sistema carcerário no Brasil e no Acre

Dados oficiais do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) nos caracterizam como a terceira maior população carcerária do mundo, com 729.463; e 50,3% tem idade entre 15 e 29 anos. Ao considerarmos apenas a juventude masculina entre 15 e 19 anos, esse indicador atinge a marca dos 56,5%; 64% são negros. O perfil dos detentos é, majoritariamente, de presos do sexo masculino (91,22%); de baixa escolaridade (36% tem ensino fundamental incompleto); e de baixa renda, dimensionando em um padrão recorrente nas penitenciárias do país. No Acre, 95% da população carcerária é negra.

Considerando somente a região norte, os presídios recebem quase três vezes mais que a sua capacidade. Um dado nacional é de que dois presos ocupam uma vaga. Um número que chama a atenção é o de estabelecimentos em que houve mortes, tendo como período de referência março de 2017 a fevereiro de 2018. Do total de 1.456 unidades, morreram presidiários em 474 delas.

Hulsman (1999, p.69) afirma que o sistema carcerário brasileiro revela uma crise no quadro socioeconômico que não é surpreendente, revelador de injustiças sociais, aliado ao

---

[108] Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, desenvolvido pela Policia Militar do Acre, em parceria com a Secretaria de Estado e Educação, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, para a prevenção do uso e abuso de drogas e a violência entre crianças e adolescentes nas escolas.

racismo arraigado em nossa sociedade e que reflete sobremaneira no processo de ressocialização, contribuindo para a formação de criminosos e revoltados.

> Em inúmeros casos, a experiência do processo e do encarceramento produz nos condenados um estigma que pode se tornar profundo. Há estudos científicos, sérios e reiterados, mostrando que as definições legais e a rejeição social por elas produzida podem determinar a percepção do eu como realmente 'desviante' e, assim, levar algumas pessoas a viver conforme esta imagem, marginalmente. Vemo-nos de novo diante da constatação de que o sistema penal cria o delinquente, mas, agora, num nível muito mais inquietante e grave: o nível da interiorização pela pessoa atingida do etiquetamento legal e social.

Wacquant (2001, p. 145) denota que "a gestão penal da insegurança social se alimenta de seu próprio fracasso programado", onde o reeducando[109], após deixar o cárcere, encara uma realidade injusta e desigual, ao passo que, sem escolhas, evidencia o retorno a todas as privações, inclusive o retorno ao cárcere.

Bauman (2009, pág. 66) afirma que "na sociedade de hoje, não se espera que alguém sofra de dor a menos que ela seja administrada pelas autoridades competentes como punição merecida por mau comportamento". É um tema amplamente debatido hoje a questão do grau em que a dor é administrada, em relação à gravidade do mau comportamento, ou, portanto, o que a torna plena e verdadeiramente merecida. O direito de decidir sobre esse assunto é um dos principais objetivos da luta pelo poder, e as decisões que refletem a atual hierarquia de forças permanecem em vigor enquanto essa hierarquia persistir. Sofrer algo diferente da penalidade adequada por um crime ou contravenção é percebido como evitável e injustificado. Quando isso ocorre, alguém tem de ser culpado, e dever haver um réu ligado à culpa. Todo caso de sofrimento é potencialmente, até que se prove o contrário, um caso de vitimização e qualquer pessoa que sofra é uma vítima.

Considerando os dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado no ano de 2016, a capacidade do sistema prisional do estado do Acre, em 2014, era de 2.508 vagas. Tomando como base este número de vagas e o número de presos em dezembro de 2016, que foi de 5.203, temos como razão 2,1 presos/vaga e, consequentemente, um *déficit* de 2.695 vagas. Segundo informações do Instituto de Administração Penitenciária (Iapen), o Sistema prisional do estado dispunha em dezembro de 2016 de 703 celas. Nesse caso, considerando o número de reeducandos no referido período, a razão foi de 7,4 presos por cela no referido ano.

---

[109] Aquele que é objeto de reeducação, que está sendo reeducado.

Dados do 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018 apontam o Acre como o segundo estado brasileiro que mais prende, que mais investe na segurança pública e, numa proporção equivalente, é o segundo mais violento. A crença de que prender mais possa ser um mecanismo de controle das taxas de criminalidade violenta mostra-se equivocada, haja vista que o encarceramento ocorre em condições precárias, em presídios superlotados e dominados por facções criminosas, reforçando a tendência de crescimento da criminalidade.

As figuras, gráficos e tabelas, contextualizados neste capítulo, apresentam algumas variáveis que possibilitam o acesso a um conhecimento importante no que diz respeito às informações do sistema carcerário do Acre. Certamente, nas análises, não esgotamos o universo de informações possíveis de serem correlacionadas, mas acreditamos que a sistematização e a apresentação padronizada de indicadores representam um grande passo para a criação e discussão de procedimentos que minimizem os problemas enfrentados e justifiquem a importância da pauta sobre o sistema prisional.

A taxa de aprisionamento, representado na figura 45, foi elaborado com os dados do último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), relativo a junho de 2016. O estado do Acre ocupava, no referido ano, a 2ª posição no *ranking* nacional, considerando a ordem da maior taxa para a menor.

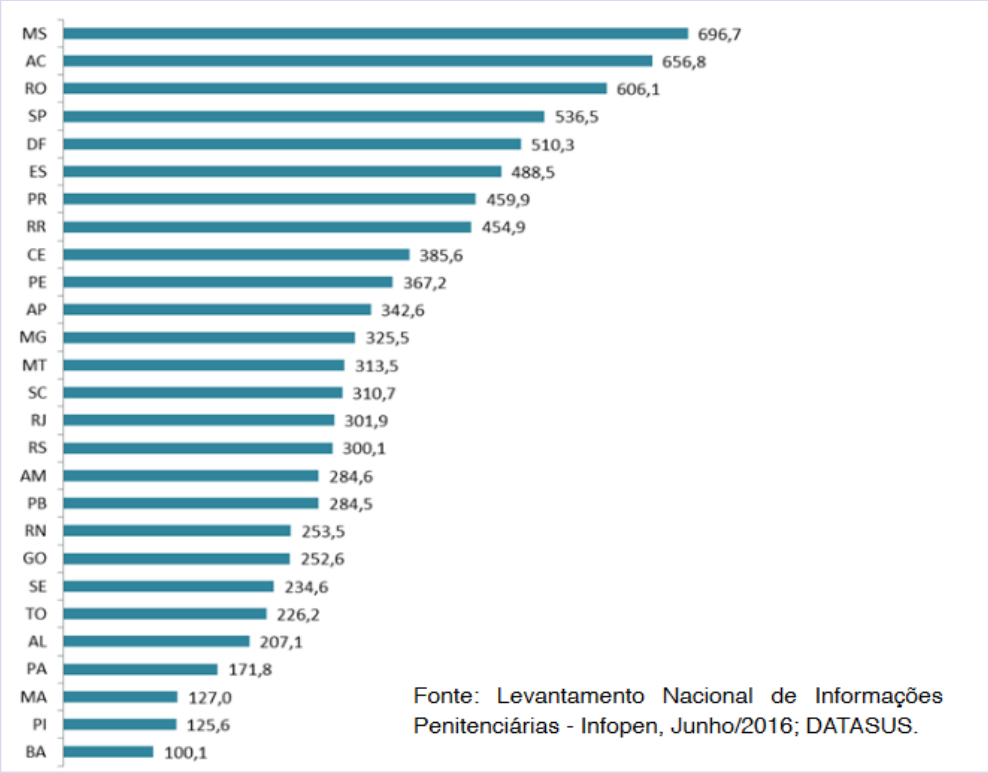
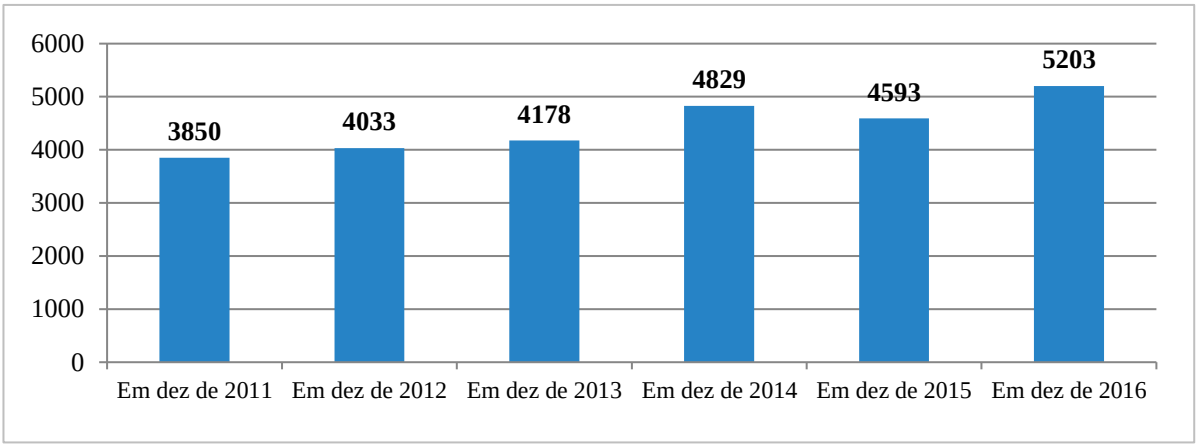


Figura 45 - Taxa de aprisionamento por unidade de federação de 2016.
Organizado pela autora, 2018

A população prisional no estado do Acre, em dezembro de 2016, foi de 5.203 reeducandos, demonstrado no gráfico 40. Considerando este número, a população estimada pelo IBGE, em 2016, 816.687 habitantes, e o número de vagas do sistema prisional do estado publicada no último levantamento do Infopen, a taxa de encarceramento no Acre em 2016 foi de 637,1 presos por grupo de 100 mil habitantes, representando uma superlotação.

Gráfico 40 - Histórico do efetivo carcerário do estado do Acre em dezembro de 2011 a 2016



Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Sipen. Organizado pela autora, 2018

Ainda em colaboração à pesquisa, o secretário de segurança pública informou que há uma previsão de abertura de, pelo menos, duas mil vagas no presídio local, com a prerrogativa de desafogar a superlotação e oferecer condições dignas aos encarcerados no estabelecimento prisional e, ainda, refletidas em melhores condições de trabalho ao agente penitenciário e a quem atua no sistema prisional; e acrescenta que "a premissa de um presídio é o tratamento não-digno, e o governo tem a preocupação em manter o que é estabelecido como direito humano." [110]

Paradoxalmente, oferecer duas mil novas vagas "dignas" no presídio parece-nos colidir com a política de educação implementada pelo estado no início de 2018, que ofertou 2,1 mil vagas no ensino regular[111]. Não existiria uma contradição nessa política de segurança? Onde a

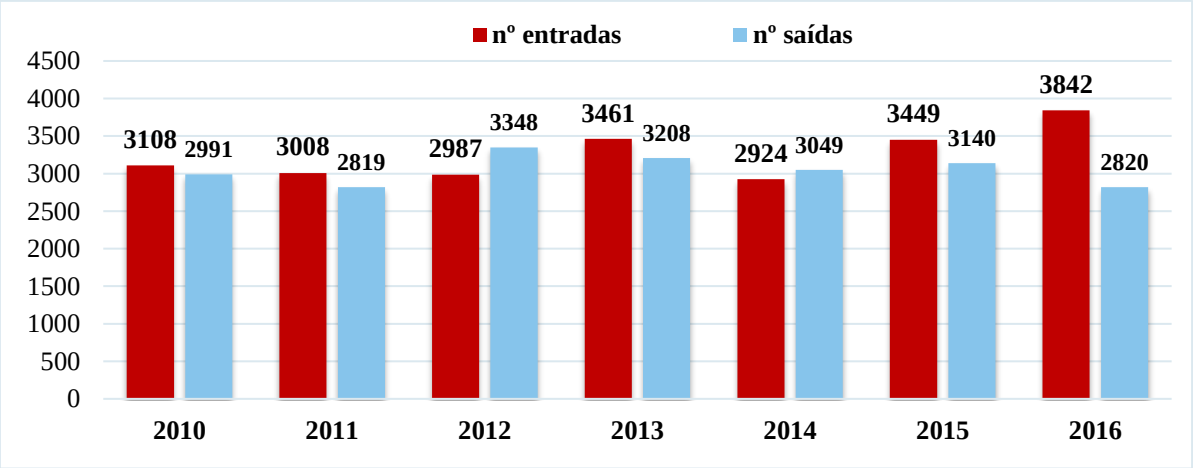
[110] Trecho da fala do secretário de segurança pública, Dr. Vanderlei Thomas.
[111] Cfe. www.g1.globo.com Escolas da rede pública têm mais de 2,1 mil vagas para ensino regular e integral em Rio Branco, acessado em 05/10/2018.

política de oferta de vagas em todas as séries e creches que compõem o sistema educacional no estado deveria ser superior ao do sistema prisional, e que refletisse na diminuição do ingresso de infratores jovens nos sistemas de ressocialização, os presídios e centros de correção.

Nesse aspecto, a superlotação nos presídios, impulsionou e propagou o poder das Orcrims no estado. Atualmente, os presos recém-chegados, via de regra, são distribuídos no presídio do Acre conforme a facção à qual os mesmos pertencem, e que não difere na forma de "distribuição" em outros presídios brasileiros e federais. Esse procedimento representa, de certa forma, uma medida de segurança no que tange à integridade física dos reeducandos.

Em 2016, na unidade de Recuperação Dr. Francisco de Oliveira Conde (URS-FOC), o número de entradas foi 35% maior do que número de saídas, demonstrado no gráfico 41. Ressocializar presos nas condições subumanas da maioria das prisões é, potencialmente, um campo para gerar mais crimes. Quando estes saem, em algum momento, há correntes que defendem a restrição da liberdade como uma ação prejudicial à sociedade, por violentar a personalidade do preso e torná-lo mais perigoso do que era.

Gráfico 41 - Histórico do número de entradas e saídas de reeducandos na URS-FOC de 2010 a 2016



Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Sipen. Organizado pela autora, 2018

Um dado crítico, em 2016, apenas 37,6% dos reeducandos ingressaram pela primeira vez. Os demais já tinham passagem, uma estatística grave que demonstra o quadro caótico dos infratores que retornam ao sistema penitenciário, haja vista que os principais motivos de ingresso e reingresso estão relacionados à uma matriz econômica, aos "benefícios" do tráfico

de drogas, furtos e roubos para "sustentar" as organizações criminosas e à falta de oportunidades de integração digna na sociedade. São jovens adultos que são cooptados à colaboração à prática criminosa, haja vista que a exigência para integrar uma organização é diferente do exigido pela sociedade; tem passagem pela polícia? É negro? É pobre? Mora na periferia? Não tem o ensino fundamental completo? Quer ser respeitado? A aceitação é imediata. São informações que não dificultam a entrada ao mundo do crime.

O quadro 18 apresenta o cenário dos últimos três anos de entrada e reingresso de infratores nos anos de 2014 a 2016.

Quadro 18 - Número de entradas e reingresso na URS-FOC de 2014 a 2016

2014		2015		2016	
Nº de entradas	**Total de entradas 2014**	**Nº de entradas**	**Total de entradas 2015**	**Nº de entradas**	**Total de entradas 2016**
Entrou pela 1ª vez na URS	1013	Entrou pela 1ª vez na URS	1296	Entrou pela 1ª vez na URS	1446
Entrou pela 2ª vez na URS	608	Entrou pela 2ª vez na URS	660	Entrou pela 2ª vez na URS	788
Entrou pela 3ª vez na URS	404	Entrou pela 3ª vez na URS	458	Entrou pela 3ª vez na URS	525
Entrou pela 4ª vez na URS	285	Entrou pela 4ª vez na URS	370	Entrou pela 4ª vez na URS	380
Entrou pela 5ª vez na URS	200	Entrou pela 5ª vez na URS	248	Entrou pela 5ª vez na URS	259
Entrou pela 6ª vez na URS	102	Entrou pela 6ª vez na URS	180	Entrou pela 6ª vez na URS	175
Entrou pela 7ª vez na URS	65	Entrou pela 7ª vez na URS	91	Entrou pela 7ª vez na URS	119
Entrou pela 8ª vez na URS	31	Entrou pela 8ª vez na URS	65	Entrou pela 8ª vez na URS	63
Entrou pela 9ª vez na URS	57	Entrou pela 9ª vez na URS	33	Entrou pela 9ª vez na URS	87
Entrada superior a 9ª	7	Entrada superior a 9ª	48	Entrada superior a 9ª	42
Total dos que ingressaram pela 1ª vez	**1013**	Total dos que ingressaram pela 1ª vez	**1296**	Total dos que ingressaram pela 1ª vez	**1446**
Total de reeducandos que já tinham passagem antes de 2014 ou que apresentam mais de um ingresso em 2014	**1759**	Total de reeducandos que já tinham passagem antes de 2015 ou que apresentam mais de um ingresso em 2015	**2153**	Total de reeducandos que já tinham passagem antes de 2016 ou que apresentam mais de um ingresso em 2016	**2438**
% Já tinha passagem ou entrou novamente	**63%**	% Já tinha passagem ou entrou novamente	**62%**	% Já tinha passagem ou entrou novamente	**63%**
Total de indivíduos que entraram	**2537**	Total de indivíduos que entraram	**3078**	Total de indivíduos que entraram	**3493**
Reingresso em 2014	**235**	Reingresso em 2015	**371**	Total de reingresso em 2016	**391**
% reingresso em 2014	**8%**	% reingresso em 2015	**11%**	% reingresso em 2016	**10%**

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Sipen. Organizado pela autora, 2018

A maior parcela da população prisional encontra-se presa em razão de crimes contra o patrimônio (33,6%)[112]; tráfico de drogas (24%); e homicídios (6,9%), como demonstrado no quadro 19. Dados da Segurança Pública apontam que 80% dos crimes de homicídio nos estados não foram solucionados e seguem impunes.

Quadro 19 - Histórico da frequência relativa dos 10 maiores motivos de entrada na URS-FOC, de 2012 a 2016.

Ano	Motivo da entrada	% relativo
2012	Tráfico nacional/internacional de entorpecentes	20,6%
	Roubo simples/qualificado	13,1%
	Furto simples/qualificado	13,0%
	Lei Maria da Penha	6,8%
	Homicídio simples/qualificado (consumado e tentado)	7,0%
	Porte/Posse ilegal de arma de fogo	3,0%
	Receptação	1,8%
	Ameaça	1,8%
	Estupro	2,3%
	Lesão Corporal	1,5%
	Outros crimes	29,1%
2013	Tráfico nacional/internacional de entorpecentes	21,0%
	Roubo simples/qualificado	18,9%
	Furto simples/qualificado	17,4%
	Homicídio simples/qualificado (consumado e tentado)	8,2%
	Lei Maria da Penha	7,0%
	Porte/Posse ilegal de arma de fogo	4,5%
	Conduzir veículo automotor sob o efeito de álcool	3,8%
	Estupro	3,1%
	Ameaça	2,1%
	Receptação	1,6%
	Outros crimes	12,5%
2014	Tráfico nacional/internacional de entorpecentes	21,1%
	Roubo simples/qualificado	20,2%
	Furto simples/qualificado	17,9%
	Homicídio simples/qualificado (Consumado e tentado)	8,3%
	Lei Maria da Penha	5,7%
	Porte/Posse ilegal de arma de fogo	4,5%
	Estupro	2,6%
	Receptação	2,0%
	Conduzir veículo automotor sob o efeito de álcool	2,0%
	Ameaça	1,6%
	Outros crimes	14,1%
2015	Tráfico nacional/internacional de entorpecentes	27,6%
	Roubo simples/qualificado	24,2%
	Furto simples/qualificado	14,1%
	Homicídio simples/qualificado (Consumado e tentado)	6,8%
	Porte/Posse ilegal de arma de fogo	5,0%
	Receptação	3,6%
	Lei Maria da Penha	3,2%
	Estupro	3,6%
	Ameaça	2,9%
	Lesão Corporal	2,7%

[112] Roubos e furtos.

	Outros crimes	6,2%
2016	Tráfico nacional/internacional de entorpecentes	24,1%
	Roubo simples/qualificado	23,0%
	Furto simples/qualificado	10,6%
	Homicídio simples/qualificado (Consumado e tentado)	6,9%
	Porte/Posse ilegal de arma de fogo	5,1%
	Lei Maria da Penha	3,4%
	Estupro	2,8%
	Receptação	2,5%
	Associação/Organização Criminosa	2,2%
	Ameaça	2,0%
	Outros crimes	17,5%

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Sipen. Organizado pela autora, 2018

O levantamento foi feito com base no "Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros 2014", estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando dados dos 26 estados e do Distrito Federal, revelando que o país possui um policial militar para cada 473 habitantes, e um policial civil para cada 1.674 habitantes.

5.3. Encarceramento feminino: uma questão de gênero

Seguindo o contexto de análise de inteligência criminal, foi constatado durante o tratamento e análise de dados, um problema iminente[113].

No Brasil, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 455% no Brasil. Dados do Infopen Mulheres[114] 2016 apontam que três em cada cinco mulheres presas respondem por crimes ligados ao tráfico. Até junho de 2016, dados do Infopen Mulheres apontam o quantitativo de 42.355 mulheres em situação carcerária, sendo que, 50% têm de 18 a 29 anos; 62% são negras; 45% têm o ensino fundamental incompleto e 62% estão presas por crimes ligados ao tráfico.

Esse quantitativo supera a Tailândia (41.119), ficando atrás somente dos Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478).

---

[113] Que ameaça concretizar-se, que está a ponto de acontecer; próximo, imediato.
[114] Documento que traça o perfil das mulheres privadas de liberdade no Brasil, bem como, dos estabelecimentos prisionais em que se encontram.

Tabela 07 - Posição da população prisional feminina brasileira no *ranking* internacional em 2016

País	População prisional feminina	Taxa de aprisionamento de mulheres (100 mil/hab)
Estados Unidos	211.870	65,7
China	107.131	7,6
Rússia	48.478	33,5
Brasil	**42.355**	**40,6**
Tailândia	41.119	60,7

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres, Junho/2016. Organizado pela autora, 2018

No *ranking* brasileiro, o Acre ocupa a 22ª posição, com 288 presas nesse mesmo período (2016). Ao aprofundarmos a análise, as pesquisas apontam que as mulheres delinquem menos; todavia, não configura que elas estejam isentas da criminalidade. Em sua maioria, ocupam posições secundárias dentro de um estratagema criminoso e, quase sempre, aparecem no papel de mães, esposas ou namoradas dos delinquentes.

Alves (2017) constatou, em recente pesquisa na Penitenciária Feminina Estadual de Rondônia, que as mulheres que estão encarceradas, mesmo antes da prisão, possuíam alguma relação com o universo carcerário, sendo constatada a existência de irmãos, pais, namorados e maridos que cumprem ou já cumpriram pena em regime fechado, indicando uma tendência por algum (ou alguns) tipos de relacionamentos destrutivos, desencadeando o interesse pelo "amor bandido".

Na perspectiva de Hobsbawn (1966, p.341), o estereótipo social do bandido é assim definido:

> "O bandido" – Trata-se de um pobre que não aceita o papel tradicional dos pobres e que adquire sua liberdade através dos únicos meios de que dispõe: a força, a coragem, a astúcia e a determinação. Isso o aproxima do sistema do qual não faz parte: a hierarquia do poder, a riqueza, o jogo das influências. (...) quanto mais triunfa o bandido, mais assume o papel de representante e campeão dos pobres, e elemento do sistema dos ricos.

Dados do Infopen (2016) apontam que crime cometido por 62% delas está relacionado ao tráfico de drogas e, diante de toda a privação da liberdade, ainda demandam necessidades específicas que, em suma, não são atendidas, como as relacionadas à maternidade, agravadas com a perda financeira, o uso de drogas, a violência e o abandono familiar, diferentemente do quadro e da realidade dos homens privados de liberdade.

Os resultados apresentados instigam a academia a refletir e aprofundar as análises sobre a questão de gênero, onde temos uma população carcerária que está mudando em função de relacionamentos destrutivos, representados por uma união criminosa fatal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ibamos a vivir toda la vida juntos.
Ibamos a morir toda la muerte juntos.
Adiós.

No sé si sabes lo que quiere decir adiós.
Adiós quiere decir ya no mirarse nunca,
vivir entre otras gentes
reírse de otras cosas,
morirse de otras penas.

Adiós es separarse, ¿Entiendes?, separarse,
olvidando, como traje inútil, la juventud.
¡Ibamos a hacer tantas cosas juntos!

(Manuel Scorza[115])

Figura 46 - Retrato do Acre.
Fonte: MACHADO, Altino. Setembro, 2014

[115] Tradução livre pela autora: "*Nós íamos viver toda a nossa vida juntos. Nós íamos morrer toda a morte juntos. Adeus. Eu não sei se você sabe o que quer dizer adeus. Adeus significa não mais olhar para si mesmo, viver entre outras pessoas, rir de outras coisas, morrer de outras tristezas. Adeus é separar, você entende, separar, esquecendo, como um traje inútil, juventude. Nós íamos fazer tantas coisas juntos!"* Manuel Scorza.

As conclusões apresentadas não configuram uma pesquisa finalizada e ou absoluta. A pesquisa proporcionou muitos outros dados de interesse, sobretudo, para refletirmos sobre os impactos da violência em vários segmentos sociais.

Ao longo desse trabalho, procurou-se, prioritariamente, responder aos objetivos iniciais da pesquisa, na tentativa de aclarar sua acepção. Após a extensa atividade de análise e contextualização das abordagens propostas, as inquietações acerca da insegurança pública evidenciam um campo produtivo para a pesquisa em Geografia do Crime.

No contexto da pesquisa, não tivemos o intuito de solucionar o problema da violência que se encontra arraigada à sociedade mundial e se mantém resistente e atuante, mas sim, contribuir com o estudo das causas da violência, de forma que nos levasse a refletir de forma macro os resultados das análises realizadas, e situar a pesquisa, no sentido de que é a integração e o esforço conjunto de segmentos que detém a possibilidade de desenvolver estratégias mitigadoras no combate à criminalidade violenta e manutenção da segurança pública.

Na forma introdutória, apresentamos o cenário da criminalidade no Brasil. São estatísticas que impressionam, mas não determinam a real dimensão do problema no país.

A espacialização dos homicídios e roubos na capital acriana; a constatação da concentração desses eventos criminais em determinados locais numa série temporal; e a migração do crime forneceram subsídios para problematização e reflexão em contextos onde identificamos um “abismo” entre quem domina e quem é dominado, que não tem, em sua maioria, recursos para criar um panóptico de defesa, na prevenção da criminalidade violenta.

No que tange às polícias, estas possuem características particulares em relação às formas de atuação, desempenham uma multiplicidade de funções que, frequentemente, são executadas de forma isolada. A atuação conjunta é defendida pelas instituições de segurança e pelo Sistema de Justiça Criminal. O discurso da integração é defendido, numa perspectiva teórica; todavia, não se sustenta como um projeto estruturante para uma efetiva continuidade.

Na contextualização, apontamos que as medidas repressivas aplicadas cada vez mais aumentam as estatísticas das práticas criminosas, sobretudo no aumento da população carcerária, e que não evidenciam o meio mais eficaz de prevenção da criminalidade; essa afirmação foi corroborada pela eminente atuação das facções criminosas que determinam a prática de delitos dentro e fora dos presídios; o ambiente carcerário não reeduca e, *quiçá*, ressocializa àqueles que têm o crime como fator inerente à sua conduta.

Atribuir ao tráfico de drogas o aumento das desigualdades seria, portanto, direcionar as políticas públicas em relação a uma pauta negligenciada, a da descriminalização do uso das

drogas; destarte que não estamos defendendo um discurso de liberação das drogas; esta é uma pauta complexa, que merece um estudo aprofundado, com a colaboração de vários segmentos da sociedade, e que precisa sim, ser discutida e rediscutida. O que pautamos é "ofertar" o mesmo "tratamento dado[116]" a um não-usuário de drogas àquele usuário pobre estigmatizado.

Vivemos em uma sociedade onde o perfil criminoso está associado aos espaços. Os dados do sistema penitenciário demonstraram um recorte que aumenta sobremaneira a ideia de que um criminoso é pobre, negro, baixa escolaridade e morador de periferia, e nos direciona a investigações futuras sobre elaborar um discurso entre o real e o estereótipo do criminoso.

A posição geográfica do estado do Acre, somado à característica dos tempos atuais, o crime globalizado, especialmente o tráfico de drogas e de armas, apontou para um possível histórico de acumulação social da violência esboçado por Michel Misse (1999), a disseminação da ideia de que a insegurança faz com que a população comece a se comportar como se estivesse, o tempo todo, sujeita a um ato violento. Tem-se refletido no comportamento da sociedade, onde procuram, cada vez mais, espaços na cidade, onde exista uma plena garantia de segurança, factuando a relação entre esse "novo modo de morar" e a crescente insegurança a que a cidade está submetida. Não é difícil observar, do ponto de vista espacial, o aparecimento de todo um aparato de proteção e novas formas de construir um imóvel, seja residencial ou comercial, onde vivemos uma arquitetura do crime e do medo, como discorreu Lira (2014)[117].

Nas análises, a segunda regional destaca-se pelo tamanho da área (66,4m^2) e a quarta regional pela quantidade de número de bairros (65 bairros) e população (136.794 mil).

É na capital que se concentra o maior número de mortes violentas, na segunda regional, nos bairros Taquari, Belo Jardim I e II, Transacreana e Distrito Industrial; mais de 40% em via pública, nos finais de semana e à noite; a maioria das vítimas e autores com idade de 15 a 29 anos, do sexo masculino, solteiros, sem filhos, ensino fundamental incompleto e negros; crimes perpetrados com o uso de armas de fogo e com características de execução, motivados por acerto de contas e disputa por pontos de drogas. O acesso às armas potencializa desfechos violentos e desfechos fatais.

---

[116] Subentende-se que o atendimento da saúde ao cidadão brasileiro, atende, ainda que em parte, uma sociedade que não é vítima das drogas ilícitas, e que o estereótipo de um "drogado" o exclui de um atendimento no mínimo similar ao que seria dado a um não-usuário.

[117] LIRA, Pablo Silva. Geografia do Crime e Arquitetura do Medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. Oficina Editora Ltda. 2014. p.86.

A frequência de roubos deu-se, em sua maioria, na segunda e quarta regionais de segurança. Aproximado a esses percentuais, um número expressivo na 1ª regional, que compreende a parte central da cidade, não há uma preferência pelo dia da semana, mas as ocorrências concentraram-se à noite, no período entre 19h e 23h, e um pico no horário de almoço. Os dez bairros com maior incidência de roubos em relação a todas as regionais em 2016 são: Zona Rural Sul, Belo Jardim II, Bosque, Portal da Amazônia, Aeroporto Velho, Conj. Tucumã, Centro, Zona Rural Norte, Floresta Sul e Areal. A maioria ocorreu em via pública em 2016. Foram 3.918 notificados. Em relação a esse dado, empreende-se que ele seja superior, haja vista os casos subnotificados.

Os autores, em sua maioria, estão na faixa etária de 18 e 29 anos, baixa escolaridade, pardos e negros, pobres e moradores da periferia.

A população carcerária está mudando, a realidade da presença das mulheres em presídios por envolvimento com o tráfico de drogas nos últimos anos tem sido exponencial, no *ranking* brasileiro, o Acre ocupa a 22ª posição, com 288 presas em (2016).

Diante de dados tão alarmantes na capital, dos últimos cinco anos e dados oficiais recentes, restou evidenciado que a criminalidade violenta está à frente daquele que, potencialmente, deveria proteger a sociedade. Os atuais acontecimentos acerca da insegurança pública nos levaram a questionar a atuação do Estado, sobre quais políticas relativas à segurança pública e os padrões tradicionais de desempenho das polícias; ao invés de controlar, estão colaborando para a acentuação da violência na capital acriana, haja vista que o Acre é o segundo estado brasileiro que mais aprisiona e um dos maiores receptores de investimento financeiro para a segurança. Em contrapartida, o terceiro mais violento do Brasil, já no primeiro semestre de 2018.

Há uma contrariedade nesse aspecto, no que tange aos recursos empregados e os resultados esperados. Estaria o Estado empregando de forma inadequada os recursos? Isso corrobora a premissa de que, quando as instituições da ordem falham em mediar conflitos de forma adequada, pode-se esperar que os cidadãos ajam por conta própria.

É fato que, ao refletirmos sobre os direitos humanos, há uma profunda dicotomia entre sua positivação e sua efetividade, havendo no presente imensas desigualdades sociais. Os recentes massacres em presídios são uma problemática que precisa ser mais aprofundada. A prisão não pode ser a casa definitiva, ela é temporária. Que identidade estamos formando onde vivemos, em uma sociedade que tira o direito de ser humano? O que define a alguns ter o direito

a conviver socialmente e outros, por terem cometidos crimes, sejam moralmente excluídos ou mortos?

Bauman (2008) diz que a luta contra os medos tornou-se tarefa para vida inteira, enquanto os perigos que os deflagram passaram a ser companhias permanentes e indissociáveis da vida humana.

Mesmo diante desse cenário, não podemos considerar que o traço que nos singulariza é a violência. Pesquisadores demonstram que a violência tem multissignificações, e o desafio é romper as conexões equivocadas, divulgar as pesquisas, é compreender o enraizamento social desconsiderando a violência como um dado normal das relações sociais. É um fenômeno que nos divide, acentua as desigualdades e, como reflexo, acentua o funcionamento das instituições de modo desigual.

A pesquisa recomenda aprofundar os estudos no que tange a efetividade da implementação de políticas estruturantes, como os programas voltados à infância e adolescência; nas questões de gênero e desigualdades dentro dos sistemas dos presídios às mulheres; nos debates sobre o uso e abuso de drogas; na efetividade das políticas públicas voltadas para a ressocialização dos presos e presas; sobre a política de acesso às armas de fogo; a efetividade dos programas de capacitação continuada das polícias; nos métodos de trabalho nos sistemas de saúde voltados a um fluxo de acolhimento às pessoas vítimas da criminalidade e desigualdades sociais; e, nas alternativas que não sejam equivocadamente combater violência com mais violência, atribuindo à classe pobre, negra e da periferia o aumento da quantidade de mortes no país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hellen Virgínia da Silva. **Grades invisíveis:** as características socioespaciais da prisão a partir da percepção das mulheres encarceradas na penitenciária feminina de Rondônia. Porto Velho, RO. Dissertação de mestrado. PPGG-UNIR. 2017. 243 f.: il.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Relatório da 9ª Ed. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/Acesso em: 09/06/2017

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 10ª Ed. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/Acesso em: 11/07/2018

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 11ª Ed. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/Acesso em: 11/07/2018.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 12ª Ed. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/Acesso em: 11/07/2018

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios.** Tradução Denise Bottmann. — São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: Antisemitismo, Imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. — São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução André de Macedo Duarte. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. 12. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

ASTI VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. Tradução de Maria Helena Guedes Crespo e Beatriz Marques Magalhães. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

BACHELARD, Gaston. **Epistemologia.** 2.ed.Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 7ª tiragem. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 242 p. (Coleção Tópicos, 1ed. 1989).

BATELLA Wagner Barbosa; DINIZ, Alexandro Magno Alves; TEIXEIRA, Ana Paula. **Explorando os determinantes da geografia do crime nas cidades médias mineiras**. Revista de Biologia e Ciências da Terra. Vol.8 nº1, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, 119 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2008.

BEATO, F.C.; PEIXOTO, B. T. e ANDRADE, M. V. (2004). **Crime, Oportunidade e Vitimização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 19 n. 55.

BEATO FILHO, Cláudio C. **Ação e estratégia das organizações policiais**. In: CONGRESSO DO PROJETO "POLÍCIA E SOCIEDADE DEMOCRÁTICA", 1999, Rio de Janeiro. Anais... Polícia e Sociedade Democrática, 1999a.

BEATO FILHO, Cláudio C. **Políticas Públicas de Segurança e a questão policial:** Eficiência, equidade e accountability. In: MELO, Marcus André (Org.). Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangano, 1999b, v. 1, p. 335-365.

BECKER, G. S. (1968), **"Crime and Punishment: an economic approach"**. Journal of Political Economy. v. 76, n. 2.

BORDIN, Marcelo. **Geografia do crime em Curitiba**: a produção de espaços segregados pela violência. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Código Penal**. Vade Mecum Saraiva. 2ª Edição. Ed. Saraiva, 2018.

CALDEIRA Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro, São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000. 400 p.

CANO, Ignacio. **As origens da criminalidade**. Revista Super Interessante, abril/2002.

CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal:** Uma forma de organização Camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988b. 124p. (Boletim técnico, 22).

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CIOSPWEB. **Centro Integrado de Operações de Segurança Pública** – CIOSP. Rio Branco/AC. 2016. Extrator de informação da base de dados. Disponível em: http://10.1.3.39:8080/ciospWeb/autentica.jsf. Base de dados atualizada diariamente e com acesso restrito aos usuários credenciados.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF. **A faixa de fronteira**. Disponível em: http://cdif.blogspot.com/search/label/1%29%20A%20Faixa%20de%20Fronteira.

COMPNET. **Sistema Integrado de Gestão Operacional – SIGO**. Rio Branco/AC. 2016. Extrator de informação da base de dados. Disponível em: http://www.analise.sigo.ac.gov.br/analise/. Base de dados atualizada periodicamente e com acesso restrito aos usuários credenciados.

DANTAS, G.F.L. et al. **As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial**. 2006. Disponível em <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/pdf, acesso em 17/08/18.

DATA CRIME. **Decodificando a segurança pública no Brasil**. Disponível em http://dapp.fgv.br/seguranca-e-cidadania/datacrime/#home. Acesso em 23/08/2018.

EHRLICH (1973), **"Participation in Illegitimate Activities**: A Theoretical and Empirical Investigation". Journal of Political Economy, v. 81, n. 3.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. **Território da violência**: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo, Anais. São Paulo: USP, 2005. p. 155-168.

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. **Distribuição Espacial da Violência em Campinas:** Uma análise por geoprocessamento. Tese de doutorado, PPGG da UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28 a. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GAUER, Gabriel J. Chittó Gauer e Ruth M. Chittó (org.). **A Fenomenologia da Violência.** Curitiba: Juruá, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: **território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HOBSBAWM, Eric. (1966), "**Les primitifs de la revolte dans l'Europe Moderne"**. Paris, Fayard.

HULSMAN, Louk, **Penas Perdidas** – O Sistema Penal em Questão, Niterói: Luam, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Estimativa Populacional 2018.** Disponível em: <http://www.censo2018.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23/07/2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Resultado do Censo 2018.** Disponível em: <http://www.censo2018.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23/07/2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Resultado do Censo 2016.** Disponível em: <http://www.censo2016.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17/11/2016

INFOPEN Mulheres. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 23/08/18.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Fronteiras do Brasil**: uma síntese dos trabalhos da oficina de Brasília. Brasília: Ipea, 2017. (Relatório Institucional). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/171019_relatorio_institucional_fronteiras_do_brasil.pdf

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

KLÖSGEN, W.; ZYTKOW, J. M. **Handbook of DATA MINING and KNOWLEDGE DISCOVERY**. New York. USA: Oxford University Press, 2002. 1026 p.

LIBAULT, A. **Os quatro níveis da pesquisa geográfica**. Métodos em Questão n.1, São Paulo. IG-USP, 1971.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MISSE, M. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos.** A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Tese de doutorado em sociologia. 1999.

Núcleo de Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do estado do Acre - NACSESP. **Banco de dados de acompanhamento de mortes violentas**. Formato XLS. Rio Branco. 2016. Arquivo eletrônico.

Observatório de Análise Criminal. Rio Branco/AC. Núcleo de Apoio Técnico – NAT. Ministério Público do Estado do Acre. **Base de dados de Mortes Violentas. 2005 a 2016**. Banco de dados em EXCEL. Informações gerais de mortes violentas ocorridas em todo o Estado do Acre atualizadas semanalmente.

Organização Mundial de Saúde (OMS). **Taxas de mortalidade**; 2002.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas. 5. Ed. 2006. 260p.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática,1993.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon. **Geotecnologias, geografia e crime:** espacialização da violência doméstica na área urbana de Porto Velho, Rondônia. Dissertação de mestrado. PPGG-UNIR. 2014. 130p.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções sobre território**. 4. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SCHENKER, M. & Minayo, M.C. (2003) **A implicação da família no uso abusivo de drogas ilícitas entre jovens em situação de risco**. Revista de Saúde Pública, 39 (4).

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública** /organização: Cristiane do Socorro Loureiro Lima... [et al.]. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 260 p.: il. color. – (Coleção Pensando a Segurança Pública; v. 4). Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publicacao/fluxo-do-registro-de-mortes-violentas. Acesso em 09/06/2018.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Definição do CVLI - Crime violento letal intencional.** Brasília: Ministério da Justiça, 2006**.**

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria Tropical**: desterros para as regiões do Acre em 1904 – 1910. 2. Ed, Rio Branco: Nepan Editora, 2017.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não Matarás**: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 200p.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O território:** Sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et al. (orgs.): Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filososfia:** Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo. 3. Reimpressão. Ed. Unesp. 2004.

STIGLER, J. G. (1970), **"The Optimum Enforcement of Laws".** Journal of Political Economy. n. 78.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Microfísica da violência, uma questão social mundial**. Ciência e Cultura, São Paulo, ano 54, n. 1, 2002.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2001, v.1.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GLOSSÁRIO

Amostra: Em termos estatísticos, é uma parcela representativa da população, examinada para se tirar conclusões sobre esta. Na estatística, existem técnicas apropriadas de seleção da amostra que asseguram, com pequena margem de erro, a extensão das conclusões da amostra para toda a população.

Análise Gráfica: Na utilização de ferramentas estatísticas, deve-se ter em mente que os números ficam melhor representados através de tabelas e gráficos, pois eles fornecem informações relevantes e visualização imediata dos quesitos de interesse.

Atributo: É uma qualidade do dado estatístico. Trata-se de um rótulo, uma designação não numérica, uma ramificação que não pode ser medida. Em relação à variável qualitativa, atributo é, portanto, sua representação.

Coeficientes: É a comparação entre duas grandezas, onde uma está contida na outra. Razão entre o valor de uma variável e outra variável, da mesma espécie, tomada como referência. Os coeficientes são valores sempre menores que um, pois o numerador é menor que o denominador.

Dado estatístico: É um dado numérico, considerado a matéria-prima sobre a qual se vão aplicar os métodos estatísticos.

Distribuição Estatística: Ferramenta matemática que tem como função prever a ocorrência de um fenômeno, baseado na coleta de um número limitado de informações.

Estimador: É uma característica numérica determinada na amostra. É uma função dos dados amostrados. Genericamente, estimadores são as equações matemáticas utilizadas para determinar um parâmetro da amostra.

Estimativa: É um valor aproximado do parâmetro e é calculado com o uso da amostra. Todo valor obtido da amostra é denominado estimativa.

Fenômeno: É todo fato observado na natureza. Para os fins da Estatística, interessam aqueles fatos que possam ser medidos de algum modo, seja numericamente, seja quanto à variação de suas qualidades. A análise quantitativa de fenômenos é de simples compreensão, porque trata

da quantidade de vezes em que eles são observados. Por seu turno, a análise qualitativa requer outro tipo de percepção, que tente apreender o estado como o fenômeno se apresenta.

Índices: Os índices são comparações entre duas grandezas, uma das quais não está incluída na outra. É a comparação entre duas grandezas independentes.

Média: É o quociente da divisão de dois números. Na parte superior da divisão (numerado), coloca-se o resultado da soma dos valores dos elementos do conjunto de dados. Na parte inferior da divisão (denominador), coloca-se o número que corresponda à quantidade de elementos desse mesmo conjunto. A média deve ser usada quando a distribuição dos dados é simétrica. Consideram-se simétricos os dados de um conjunto que ficam distribuídos de maneira relativamente uniforme em torno da média, isto é, existe uma quantidade, aproximadamente, semelhante entre o grupo de elementos que está acima e o que está abaixo da média. Portanto, na presença de valores muito discrepantes, deve-se evitar o uso de média, pois essa medida é suscetível à presença de valores extremos.

Mediana: É uma medida de tendência central em que 50% do conjunto de dados fica abaixo de um certo valor e os outros 50%, acima. Tal valor é denominado mediana, tratando-se de uma medida posicional.

Números absolutos: Frequência ou intensidade com que fenômenos de interesse ocorrem. Não levam em consideração outras dimensões. Deve-se ter cuidado ao estabelecer comparações ou explorar relações entre variáveis mensuradas desta forma.

Parâmetro: É toda medida estatística que caracteriza uma determinada distribuição de probabilidades ou que fornece alguma informação sobre os dados amostrais. Exemplos: média, mediana.

Percentagens: Representam os dados derivados mais conhecidos e aplicados. Consistem em fazer o total equivalente a 100%, deduzindo-se a percentagem correspondente a uma parcela qualquer.

População: É o conjunto total de elementos portadores de, pelo menos, uma característica comum ou observável. Também pode ser definida como qualquer coleção de indivíduos ou valores, finita ou infinita.

Taxas: Toma como base o índice e/ou o coeficiente multiplicados por 10, 100, 1000 etc. o que torna o fator mais inteligível.

Taxa média de crescimento: Podem ser aritméticas ou geométricas:
A taxa média de crescimento é um número relativo ao dado inicial e final do período analisado. Taxa de crescimento indica o ritmo médio de crescimento ocorrido em um período considerado.

Variável: É o conjunto de resultados possíveis de um fenômeno.

Variável contínua: Resulta normalmente de uma mensuração e a escala numérica de seus possíveis valores corresponde ao conjunto dos números reais, ou seja, podem assumir, teoricamente, qualquer valor entre dois limites ou, equivalentemente, é aquela que pode assumir qualquer valor ao longo de uma reta. Exemplo: altura de pessoas em centímetros.

Variável discreta: É o tipo de variável expressa em números inteiros, não negativos. Em matemática, equivale ao conjunto dos números naturais. Geralmente, resulta de contagens e assume valores inteiros. Por exemplo: 12 homicídios; 14 furtos. Variáveis como essas não devem ser expressas em valor como 15,5, pois não existe, para a Estatística, registro de meio delito.

Variável nominal: Não existe ordenação entre as categorias. Exemplo: sexo, cor dos olhos, doente, sadio, etc.

Variável ordinal: Existe uma ordenação entre as categorias. Exemplo: escolaridade (ensino fundamental, médio, superior), estágio da doença (inicial, intermediário, terminal), meses do ano (janeiro, fevereiro, março etc.)

Variável qualitativa (ou categórica): É o tipo de variável na qual os valores são expressos por atributos, isto é, por características não-numéricas dos elementos do conjunto, como sexo, cor da pele, estado de conservação, grau de satisfação de cliente etc. São as características que não possuem valores quantitativos; são definidas por categorias.

Variável quantitativa: Tipo de variável expressa em números e à qual está sempre vinculada a ideia de valor e quantidade. Divide-se em variável discreta e variável contínua.